



Ministério da Cultura - MINC
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Departamento de Cooperação e Fomento – DECOF
Centro Lucio Costa: Escola do Patrimônio – CLC
Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – PEP/MP

THAIS MELO ASSIS

Inventários Participativos como metodologias para políticas públicas e participação social:
Curso de capacitação “Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira” em Santa Catarina - SC

Rio de Janeiro

2020

Inventários Participativos como metodologias para políticas públicas e participação social:
Curso de capacitação “Museu Memória e Cultura Afro-Brasileira” em Santa Catarina - SC

Dissertação apresentada ao curso do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientação: Ms^a Juliana Ferreira Sorgine
Supervisão: Ms^a Sônia Regina Rampim Florêncio

A848i

Assis, Thais Melo.

Inventários Participativos como metodologias para políticas públicas e participação social: Curso de capacitação “Museu Memória e Cultura Afro-Brasileira” em Santa Catarina – SC / Thais Melo Assis – Rio de Janeiro, 2021.

150 f: il.

Orientadora: Juliana Ferreira Sorgine

Dissertação (mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2021.

1. Políticas Públicas. 2. Participação Social. 3. Inventários Participativos. 4. Metodologias de Inventários. 5. Patrimônio Cultural. I. Sorgine, Juliana Ferreira. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.

CDD 306.4



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Thais Melo Assis

"Inventários Participativos como metodologias para políticas públicas e participação social:
Curso de capacitação “Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira” em Santa Catarina"

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Defesa por videoconferência em 28 de dezembro de 2020.

Banca examinadora

Professora Me. Juliana Ferreira Sorgine (orientadora e presidente da Banca) – Mestrado Profissional do IPHAN

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal – Mestrado Profissional do IPHAN

Professor Dra. Flávia Klausing Gervásio – Superintendência do IPHAN em Sergipe

Professora Me. Sônia Regina Rampim Florêncio (supervisora) – Departamento de Cooperação e Fomento/IPHAN e Mestrado Profissional do IPHAN



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Feierabend Baeta Leal, Técnico**, em 03/02/2021, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ferreira Sorgine, Técnico**, em 25/03/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Klausing Gervasio, Técnico**, em 22/04/2021, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sônia Regina Rampim Florêncio, Técnico**, em 04/05/2021, às 19:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **2458279** e o código CRC **C079F829**.

Dedico esta Dissertação à minha avó, amigos, professores e colegas do Iphan que me ajudaram e me incentivaram ao longo do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan por conceder a oportunidade de trabalhar e estudar nessa grande Autarquia que preserva e promove o patrimônio cultural nacional.

Ao Mestrado Profissional por ensinar, auxiliar, compreender e dar suporte durante todo o período em que passei pelo Iphan.

A Coordenação de Educação Patrimonial - CEDUC e ao Departamento de Articulação e Fomento – DAF, onde fui recebida em minhas atividades supervisionadas com muito carinho e amor.

A minha supervisora Ms^a Sônia Regina Rampim Florêncio, que abriu as portas para entrar no Iphan, apoiou e me incentivou ao longo de todas as práticas supervisionadas. A qual me proporcionou aprender e a me tornar uma outra pessoa com maior senso crítico ao que tange a preservação do patrimônio cultural junto à educação.

Aos meus colegas de trabalho nas práticas supervisionadas da Ceduc: Fernanda Biondo, Márcio Vianna, Paulo Peters e Mariana Machado, que me ajudaram e me apoiaram tanto em questões técnicas ao longo de cada produto realizado e na produção desta dissertação.

A grande amiga do DAF, Mádia do Prado Pereira pelo apoio e carinho, principalmente emocional, em me incentivar na escrita da dissertação, como em toda a fase de produção das práticas supervisionadas.

Aos colegas do Iphan - Sede que me deram grande suporte em me ensinar sobre a Instituição e seus termos técnicos, os quais foram de exímio proveito em cada fase do Mestrado Profissional.

Ao Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI e Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, pela recepção e apoio a cada dúvida esclarecida, como também pela oportunidade de participar nos seminários, grupos de trabalho e eventos dos mesmos.

A minha orientadora e Ms^a Juliana Ferreira Sorgine, que me aceitou como orientanda, me apoiou, incentivou e teve carinho em compreender a minha situação tornando as várias horas de orientações agradáveis e produtivas.

A Prof ^a. e Dr^a Lia Motta, que sempre defendeu a permanência do Mestrado decorrente do Programa de Especialização em Preservação do Patrimônio – PEP e que proporcionou grandes

momentos de ensinamentos, descobertas e que com apreço pelos alunos sempre os ouviu com grande carinho em cada dúvida e situação de vida.

Ao corpo docente do Mestrado, que levarei para toda a vida com seus ensinamentos e perspectivas sobre como o patrimônio cultural pode ser ressignificado de acordo com as diversas áreas de atuação e ao cenário social e político cotidiano.

A banca de defesa composta pela Prof^a e Dr^a Cláudia Feieraband Baeta Leal, pela Dr^a Flávia Klausing Gervásio, pela Prof^a e Ms^a Sônia Regina Rampim Florêncio e pela Prof^a e Ms^a Juliana Ferreira Sorgine por aceitarem a participar de minha pesquisa em meio a todo cenário político e crise da saúde mundial.

A banca de qualificação composta pela Prof^a e Dr^a Joseane Paiva Macedo Brandão e pela Prof^a. e Dr^a AnaLucia Thompson por aceitarem a participar de minha qualificação e proporcionarem à continuação de minha pesquisa.

Ao apoio emocional e incentivo na escrita desta dissertação, a Prof^a e Dr^a Cláudia Feieraband Baeta Leal, a Prof^a e Dr^a Luana Cristina da Silva Campos, a Prof^a e Dr^a Alejandra Saladino e Prof^a e Dr^a Kátia Brasilino Michelan.

A equipe técnica de servidores, terceirizados e colaboradores do Iphan – Sede Rio que proporcionou um ambiente agradável de sala de aula, visitas de campo e confraternizações entre professores e alunos, em especial à arquiteta Beatriz Adams Landau.

Aos meus colegas da turma de 2015, que proporcionaram grandes momentos de amizade, carinho e companheirismo.

Aos recursos e auxílios do Iphan, que propiciaram viagens de campo para o Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, locais que tiveram grande relevância de aprendizado, assim como na incorporação de tais experiências para esta dissertação.

A Coordenação de Educação Museal – COMUSE, do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram pelos cursos de capacitação ministrados, pelas reuniões intra-autárquicas e pelos materiais disponibilizados quando solicitados.

A Prof^a e Dr^a Maristela Simão por ter ministrado o curso “Caminhos da Memória: fazendo uma exposição” (2017) apresentado no Ibram, o qual descobri o estudo de caso desta dissertação. Agradeço também, pela atenção e carinho correspondidos a cada dúvida esclarecida, assim como ao material disponibilizado para o aprofundamento da pesquisa.

Ao curso de Museologia da Universidade de Brasília - UnB por ter dado base acadêmica em minha graduação e produzido conhecimento técnico e científico fundamental para esta dissertação.

A minha avó e Chefe das telefonistas em Barbacena – Minas Gerais / MG, Nataly de Melo Assis, que ao longo do Mestrado se foi, mas que sempre acreditou em mim, em todas escolhas que fiz, que com carinho e afetividade proporcionou em cada lapso de memória uma lembrança amorosa. Agradeço também, por suas tradições e seus modos de fazer: seus cartões de Natal feitos com papel vegetal esfumaçados à pastel; seu chá caseiro mensal para bronquite e asma, se lembrando da dose a cada pessoa necessitada; seus berços construídos com cestos de pão junto a roupas infantis cuidadosamente tricotados para a comunidade Barbacenense. Agradeço, por sua generosidade e amor, pelos valores ensinados em toda criação. Ao carinho de suas doces histórias contadas com base em sua grande memória, enquanto estava em seu colo com seu famoso traje, o vestido azul escuro com bolinhas brancas. Agradeço ainda, por todos esses anos que fez parte de minha infância em Minas Gerais, pelos passeios de fim de semana em pegar qualquer ônibus urbano até o fim da linha com o único objetivo de parar para fazer um lanche em qualquer cenário; ou por pegar uma passagem e ir à São João Del Rey – MG apenas para tomar um sorvete; por cada frango assado, lasanha ou torta aos domingos; por cada decoração de Natal em que inventávamos momentos felizes pela casa. Enfim, pelos melhores anos de minha vida, obrigada por mostrar a sua simplicidade e generosidade. Retribuo hoje pensando nas comunidades, no ser social, em ter um bom coração e tentar auxiliar à quem encontra-se à margem dessa sociedade não igualitária.

Ao meu avô, que fora auxiliar na construção da linha férrea de MG, Honorato Evangelista de Assis Filho, o qual sempre me apoiou enquanto vivo, e ainda me ensinou sobre colecionismo com albuns de figurinhas de peixes e pássaros, como também pelas suas agradáveis noites escuras ao som suave e ao mesmo tempo crítico da Música Popular Brasileira – MPB, em seus deliciosos discos de vinil. Agradeço, por me fazer ser a pessoa que sou, com a simplicidade de matar mosquitos com Flit (Bomba antiga de matar insetos) simultaneamente a ter amor à natureza em seus modos tradicionais.

A minha prima Bárbara Salgado Costa, pelo suporte emocional e querido a todo o momento.

Aos amigos próximos e distantes pelos bons momentos.

Aos amigos que fiz no jogo “Pokémon Go”, aplicativo de celular que utiliza a Geolocalização da pessoa interagindo-a entre mundo real e virtual por meio de paradas em monumentos históricos, arte urbana, esculturas, templos, lugares de convivência junto a seres da franquia animada Pokémon; amigos esses que me ajudaram em todo suporte emocional e que me deram motivações para continuar à trilhar essa minha trajetória acadêmica.

A minha cadela, Nina, que por 15 anos fora a minha melhor companheira principalmente nos momentos de tristeza e que também se foi no período do Mestrado.

Aos meus gatos Jimmy e Jack, que na reta final me ajudaram a ter inspiração e me proporcionaram amor.

“Heavy stones fear no weather”

Of Monsters and Men Empire. Islândia.
Universal Republic Records. 2015

RESUMO

Essa dissertação busca analisar um exemplo de Inventário Participativo que deu origem a exposição “Vozes que Pulsam” em Santa Catarina, realizado por meio do uso de metodologias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan: o Inventário Pedagógico do Programa “Mais Educação” e o Manual de Aplicação contido na publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”. Para alcançar tal estudo buscou-se compreender o que se entende sobre participação social e a sua diversidade de tipologias, a noção de identidade nacional a qual se modifica e é perpassada nas políticas públicas de preservação, assim como as distintas metodologias de Inventários de conhecimento e de identificação utilizados no âmbito do Iphan.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Participação Social; Inventários Participativos; Metodologias de Inventários; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse an example of Participative Inventory that gave rise to the exhibition “Vozes que Pulsam” in Santa Catarina, this was carried out through the use of methodologies from the National Institute of Historical and Artistic Heritage – Iphan: The Pedagogical Inventory of the “Mais Educação” Program and the Application Manual contained in the publication “Heritage Education: Participative Inventories”. To achieve this study, was sought to comprehend what is understood about social participation and its diversity of typologies, the notion of national identity which changes and is permeated in public preservation policies, as well as the different methodologies of identification and knowledge inventories used within the scope of Iphan.

Keywords: Public Policy; Social Participation; Participative Inventories; Inventorying Methodologies; Cultural Heritage.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica

CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial

CF – Constituição Federal

CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais

COMUSE – Coordenação de Educação Museal

DAF – Departamento de Articulação e Fomento

DCOCEB – Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica

DECOF – Departamento de Cooperação e Fomento

DEDHUC – Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania

DEMU – Departamento de Museus e Centros Culturais

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DID – Departamento de Identificação e Documentação

DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Artístico Nacional

Dr – Doutor

Dr^a – Doutora

FCC - Fundação Catarinense de Cultura

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

GT – Grupo de Trabalho

GTPI – Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus

ICOM – International Council of Museums - Conselho Internacional de Museus

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

INBIMI – Inventário de Bens Móveis e Integrados

INBI/SU – Inventário de Bens Móveis e Sítios Urbanos

INDL – Inventário Nacional de Diversidade Linguística

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPAC/BAHIA – Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia

IPCE – Inventário de Proteção Cultural Europeu

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPs – Inventários Participativos

MADE – Museu Aberto do Descobrimento

MEC – Ministério da Educação

MES – Ministério da Educação e Saúde

MINOM – International movement for a new Museology – Movimento Internacional para uma Nova Museologia

MG – Minas Gerais

MHSC – Museu Histórico de Santa Catarina

MNBA – Museu Nacional de Belas Artes

MPB – Música Popular Brasileira

MR – Museu da República

Ms^a – Mestre

OEI – Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura

ONGs – Organizações não Governamentais

PCH – Programas Cidades Históricas

PEP/MP – Programa de Especialização em Patrimônio / Mestrado Profissional

PNM – Política Nacional de Museus

PNSM – Política Nacional Setorial de Museus

PRODOC – Projeto de Cooperação Técnica Internacional

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

Prof^a – Professora

REPEP – Inventário Participativo Rede Paulista de Educação Patrimonial

SEC/MEC – Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura

SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SPAN – Serviço do Patrimônio Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UDESC - Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fascículo do Programa Mais Educação.....	68
Figura 2. Manual de Aplicação.....	68
Figura 3. Publicação: Educação Patrimonial: Inventários Participativos.....	70
Figura 4. Exemplo de Ficha do inventário.....	70
Figura 5. Plataforma Saber Museus.....	82
Figura 6. Reunião Ceduc e Comuse. Debate sobre os Inventários Participativos.....	82
Figura 7. Capa e Cronograma do Curso.....	86
Figura 8. Fotos das Oficinas.....	88
Figura 9. Imagem referente ao módulo II, do manual do curso de capacitação.....	90
Figura 10. Imagem referente ao módulo II, do manual do curso de capacitação. Parte 1.....	91
Figura 11. Imagem referente ao módulo II, do manual do curso de capacitação. Parte 2.....	91
Figura 12. Mapa de Santa Catarina.....	93
Figura 13. Imagem da Exposição e Oficinas.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Participação Social - Conceitos.....	31
Quadro 2. Resultados da busca avançada.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Resultados para busca simples.....	75
Gráfico 2. Resultados da busca avançada.....	76
Gráfico 3. Quantificação das experiências.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	27
1.1 A relação entre Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social.....	27
1.2 O Estado, participação social e os movimentos sociais no Brasil.....	31
1.3 A criação do Iphan e a ampliação da noção de patrimônio cultural.....	36
1.4 Participação Social nas políticas públicas de preservação do Iphan: Museologia Social e Educação Patrimonial.....	43
1.4.1 A Nova Museologia.....	43
1.4.2 A Educação Patrimonial.....	46
1.4.3 A Museologia Social.....	49
1.4.4 A Educação Patrimonial e a Museologia Social.....	50
2 A COMPREENSÃO DOS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS METODOLOGIAS DE INVENTÁRIOS DO IPHAN.....	51
2.1 O Iphan, a preservação e os inventários.....	51
2.2 Os inventários e suas metodologias: Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI e Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados.....	56
2.3 O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.....	59
2.3.1 Revisão do INRC.....	64
2.4 Inventários Participativos – Iphan.....	66
2.4.1 O Inventário Pedagógico.....	66
2.4.2 O Inventário Participativo.....	70
2.4.3 Conhecimento sobre a utilização dos Inventários Participativos.....	73
3 SOBRE O USO DOS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS NA IDENTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: CURSO DE CAPACITAÇÃO “MUSEU, MEMÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA”	80

3.1 Os Inventários Participativos para o Ibram.....	80
3.2 Sobre o conhecimento do curso de capacitação “Museu, memória e cultura afro- brasileira em Santa Catarina”.....	83
3.3 O Inventário Participativo (Iphan), como ferramenta de pesquisa no curso de capacitação. 89	
3.3.1 Fichas de categorias dos Inventários Participativos (Iphan) na Exposição “Vozes que Pulsam: memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina”.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
APÊNDICE.....	113
ANEXO.....	132

INTRODUÇÃO

O estudo apresentado nesta dissertação tem como **tema** a análise de metodologias¹ de inventários que ao longo dos anos foram se adaptando para um contexto de participação social. A partir deste tema amplo, o **objeto** de estudo se delimitou em torno da proposta de inventário contida na publicação “Inventários Participativos: Educação Patrimonial” (2016), de forma a contextualizar a criação de tal publicação, que visa a produção de conhecimento pedagógico para à preservação de bens culturais comunitários, com as formas de participação social que a mesma deseja ensejar. Neste sentido, buscou-se ao longo da pesquisa descobrir registros do uso efetivo dessa publicação por comunidades ou grupos sociais.

Assim, no percurso da autora em sua experiência prática no Iphan, houve o conhecimento de um curso de capacitação desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, intitulado “Museu, memória e cultura afro-brasileira”. Nesse curso, os participantes utilizaram a metodologia da publicação citada, como forma de identificação do patrimônio cultural, de maneira coletiva resultando, assim em uma exposição museológica. O acervo dessa exposição se constituiu pela documentação dos relatos sobre as referências culturais relevantes pelos participantes do curso, catalogadas por meio do uso das fichas de categorias constantes no inventário participativo realizado.

Conforme previsto na proposta pedagógica do Mestrado Profissional do Iphan, esta pesquisa foi pensada a partir das questões e dificuldades vivenciadas nas práticas cotidianas supervisionadas do curso, enquanto bolsista lotada na Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan – CEDUC², do então Departamento de Articulação e Fomento - DAF.

¹ Neste trabalho, entende-se como metodologias o caminho para a realização de um inventário, ou “melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento” (SIGNIFICADOS, 2018). Ou seja, um direcionamento proposto para se chegar a resultados satisfatórios, não sendo regra, mas um caminho.

² Segundo o Artigo 100 da Portaria do MEC Nº 92, de 5 de julho de 2012, que aprovou o Regimento Interno do Iphan, competia à CEDUC, “promover programas, projetos e ações educativas visando ampliar o diálogo e as formas de participação da sociedade no reconhecimento, usufruto e valorização do patrimônio, na construção de saberes, e no intercâmbio e acesso ao conhecimento sobre a identidade, a memória e a cidadania; II - promover, coordenar, integrar e avaliar a implementação de programas e projetos de educação no âmbito da Política Nacional do Patrimônio Cultural; III - promover o desenvolvimento de pesquisas, metodologias, conteúdos e materiais instrucionais e a sistematização das fontes de informação e de boas práticas na área de educação patrimonial; IV - promover e fomentar a cooperação com instituições de educação, turismo, meio-ambiente e outros setores de interesse da área de educação patrimonial; V - propor, articular e apoiar redes colaborativas em prol da educação patrimonial; VI - coordenar a implementação das diretrizes, projetos e atividades que integrem as ações de educação patrimonial na gestão, preservação e valorização do patrimônio cultural, com fomento às iniciativas dos estados e municípios; e VII - fornecer subsídios para a implantação, manutenção e avaliação do funcionamento das Casas de Patrimônio, de forma articulada com os demais departamentos, unidades especiais e Superintendências do IPHAN, bem como as instituições gestoras de patrimônio e a sociedade civil [...]”. A partir de 2016 o DAF foi transformado em DECOF, Departamento de Cooperação e Fomento, e a Ceduc passou a compor o Núcleo de Educação Patrimonial do novo departamento, estando ainda por ser aprovado o novo Regimento

Assim, o Edital de Seleção de bolsistas (2015) previa o conjunto de atividades práticas supervisionadas específicas ao mestrando selecionado pela Ceduc, cabia o:

desenvolvimento de estudos técnicos e pesquisas voltados às ações de planejamento, articulação, execução e monitoramento das ações da Ceduc/DAF voltadas à educação formal (incluindo as parcerias com os programas do Ministério da Educação: o Programa de Extensão Universitária – Proext e o Programa Mais Educação), e aqueles voltados às ações de gestão compartilhada da Educação Patrimonial (inclusive as do Projeto Casas do Patrimônio). (IPHAN, 2015, p. 18).

Desse universo previsto de atividades, o rumo foi se alterando, visto que o Proext e o Programa Mais Educação³ não tiveram continuidade na parceria entre Iphan e MEC. Além de o Projeto Casas do Patrimônio já estar sendo pesquisado pela consultora da Unesco e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, Fernanda Gabriela Biondo.

Por tal razão e à pedido de sua supervisora e Mestre em Educação Sônia Regina Rampim Florêncio, a mestrandona começou a fazer um mapeamento das experiências de um projeto anterior de inventário: O Inventário Pedagógico para o Programa Mais Educação. O Inventário Pedagógico consistia numa realização de pesquisas sobre referências culturais de maneira coletiva pelos alunos em âmbito escolar. Essas ações incentivavam os mesmos a inventariar patrimônios que julgavam relevantes como exercício afetivo da memória.

Com base em tais trabalhos realizados em âmbito escolar, houve por parte da CEDUC, uma necessidade de levantamento sobre a efetividade do Programa e se as escolas que optaram pela atividade de “Educação Patrimonial” (2014 e 2015) estariam utilizando o material disponibilizado, assim como, se desenvolveram produtos posteriores. O intuito era ter um retorno para a Coordenação sobre às instituições de ensino que se utilizaram do “Inventário Pedagógico” proposto para o Programa. Assim, deparou-se num total de 1640 escolas que optaram pela atividade de Educação Patrimonial, sendo as que tinham ciência da publicação

promoveram oficinas e saídas de campo com o intuito de conhecer os bens culturais nas cidades como também, realizar entrevistas com os integrantes das comunidades. Por outro lado, muitas das escolas não tinham conhecimento do material, ou não contavam com o monitoramento do Ministério da Educação – MEC ou, ainda, não ocorreria o repasse de recursos para a

³ Interno com as atribuições e competências de cada setor.

³ O Programa Mais Educação “instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral” (MEC, 200[?]), e tem como estratégia a realização de oficinas relacionadas à diversas áreas de execução nas políticas públicas, nelas se encontra o eixo de preservação do patrimônio cultural, que em parceria com Iphan estabeleceu Educação Patrimonial por meio dos Inventários Pedagógicos (ASSIS, 2016, p.2).

realização da oficina de Educação Patrimonial. (ASSIS, 2016, p.2).

Com tais dificuldades identificadas, somadas às demandas precedentes⁴ advindas diretamente das comunidades, gerou-se o questionamento sobre à efetividade da parceria Iphan/MEC no “Mais Educação”, e se a publicação que já era de livre acesso poderia ser utilizada de forma mais ampla, para além da educação formal. Foi nesse sentido que a Coordenação, entre os anos de 2015 e 2016, coletivamente adaptou o Inventário Pedagógico para a publicação em questão “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (2016) com o objetivo de mobilizar as comunidades para a importância de seu Patrimônio Cultural por meio de uma atividade em Educação Patrimonial que envolvesse não apenas a produção de conhecimento das comunidades, como também propiciasse a afetividade aos bens culturais elencados por sua coletividade. Cabe ressaltar que para fins desta pesquisa, considera-se como Educação Patrimonial os:

Processos educativos formais e não-formais que tem como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu conhecimento, sua valorização e preservação.” (IPHAN, 2014, p.19).

Esses processos educativos foram construídos ao longo da atuação da CEDUC, com seus parceiros, interlocutores da sociedade civil e outras instâncias governamentais, os quais posteriormente potencializaram a utilização do inventário pedagógico, para além da educação formal.

Assim, com tal ampliação e seu uso pelas comunidades, a pesquisa para esta dissertação começou a se deparar com os inventários sendo utilizados como instrumentos de proteção e acautelamento⁵, em detrimento ao uso dos inventários como instrumentos para mobilização social, sendo dessa forma, um momento de compreender o que um implicaria no outro mutuamente.

A partir dessa proposta, a pesquisa tomou dois vieses: a investigação de inventários que geram compromissos legais já realizados na instituição e os inventários elaborados pelos próprios atores sociais, como instrumentos de levantamento de suas referências culturais

⁴ A comunidade da educação formal, tinha o anseio em contar com o apoio do Iphan para a realização de atividades educativas em preservação do seu patrimônio cultural.

⁵ A Constituição Federal, em seu artigo 216, inciso V, descreve “inventário” como instrumento de proteção e acautelamento, de modo que “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. (BRASIL, 1988).

elencados pelas comunidades. Dessa maneira, o que estava sendo investigado seria se os dois tipos de metodologias de inventários poderiam incluir a população com maior protagonismo, no sentido de inventariar não apenas os patrimônios elencados pelo órgão, mas também o selecionados pelos próprios grupos sociais. Cabe ressaltar, que a proposta não é mensurar qual metodologia é a adequada, mas sim observar como cada metodologia lida com as comunidades e o patrimônio cultural.

Desse modo, tendo tal preocupação como principal fator, dois estudos foram realizados: A investigação dos principais inventários produzidos no âmbito do Instituto e o levantamento de experiências externas de Inventários Participativos. Dito isto, baseou-se num primeiro viés sobre a ciência das principais metodologias de Inventários de proteção realizados pelos técnicos e consultorias contratadas, para um posterior mapeamento virtual dos recém Inventários Participativos efetuados pelas comunidades no âmbito nacional.

Destarte, para essa análise, fora necessária definir num primário momento de pesquisa, a trajetória do Iphan e o que o órgão considerava como patrimônio cultural se conectando aos contextos políticos e identitários, desde a sua criação. Como ainda, as noções de participação social e discursos de memória elencadas nas cartas patrimoniais, para a posteriori delinear a construção cronológica metodológica dos inventários no Iphan, entre eles: os inventários que podem gerar acautelamentos, tais como: o Inventário de Bens Móveis e Integrados – INBIMI, o Inventário de Bens Móveis e Sítios Urbanos – INBI/SU e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. E Inventários como instrumentos educativos e de mobilização social: o Inventário Pedagógico do Programa Mais Educação, os Inventários do Programa Pontos de Memória – Ibram e o Manual de Aplicação - Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Convém ressaltar que o objetivo aqui não foi analisar estudos de casos de aplicação de todas as metodologias, mas sim os métodos e tipologias de bens culturais abordados por cada tipo de Inventário, de forma a compreender onde a participação das comunidades se incluía nessas principais metodologias ao longo das mudanças nas políticas de patrimônio.

Após essa análise, a pesquisa buscou aprofundar a reflexão acerca das metodologias de inventários participativos, como forma de apresentar a ideia de que para a preservação do patrimônio cultural nem sempre uma forma de acautelamento legal se faz necessária.

Dessa maneira, para o conhecimento deste estudo de caso, o contato com um minicurso ministrado pelo Ibram fora essencial para tal dissertação. Nesse Minicurso desenvolvido pelo Ibram-Sede em Brasília, intitulado “Caminhos da Memória: fazendo uma exposição” (2017), fora abordado um exemplo de exposição promovida num curso de capacitação realizado

anteriormente por esse Instituto de nome “Museu, memória e cultura afro-brasileira”, o qual proporcionou aos cursistas à identificação de bens culturais pelo próprio grupo participante. Nesse momento, a ministrante e Dra. Maristela Simão explanou tal processo e como a construção coletiva fora realizada na identificação dos patrimônios culturais pelas comunidades e agentes de cultura de Santa Catarina, por meio do uso de ferramentas de Inventários que promovem mobilização social.

Interessada pelo caso explanado por Maristela Simão, a mestrande pediu maiores informações e foi incluída nas etapas do Curso de Capacitação “Museu, memória e cultura afro-brasileira” na Plataforma Saber Museu⁶, o que proporcionou o acesso à documentação relativa à memória do projeto. Aprofundando-se sobre o tema, foi observado que a capacitação se utilizou, em seu plano de trabalho, das metodologias: Inventário Pedagógico para o Programa Mais Educação, os Inventários Participativos do Programa Pontos de Memória⁷ do Ibram; como também, ao longo do curso, a publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (2016). Dessa maneira, tais ferramentas nortearam um mapeamento de alguns patrimônios culturais afro-brasileiros, identificados pelos participantes do referido curso, ocorrido em Santa Catarina. Buscou-se refletir sobre os limites e as possibilidades do uso dessas metodologias de inventários participativos, não apenas na identificação dos patrimônios culturais, como também no que se refere à preservação da memória como algo que não necessariamente necessita de uma proteção legal instituída.

Assim, o **objetivo geral** dessa dissertação é analisar o papel dos Inventários Participativos como metodologias de políticas públicas de participação social. Sendo os **objetivos específicos**: compreender as políticas públicas culturais relacionando-as ao contexto identitário, social e patrimonial; investigar os inventários participativos com as demais metodologias de inventários no âmbito do Iphan; como também analisar a experiência prática da utilização do Inventário Participativo, nas etapas do curso de capacitação “Museu, memória e cultura afro-brasileira”.

Dessa forma, a presente pesquisa se **justifica** pelo desenvolvimento de um objeto de estudo recente no âmbito do Iphan e na reflexão sobre as políticas públicas culturais que

⁶ A plataforma Saber Museu é um ambiente virtual de aprendizagem que tem como objetivos “propor, organizar, promover e realizar ações formativas – presenciais e à distância – voltadas para aqueles que atuam no campo museal e demais interessados. Do mesmo modo, pretende estimular, apoiar e subsidiar cursos, oficinas, seminários e outras atividades de capacitação.” (IBRAM, 2017, p. 6).

⁷ Segundo o Ibram o Programa Pontos de Memória: tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Com metodologia participativa e dialógica, os Pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo (IBRAM, 2018, p.16).

envolvem a mobilização social. Estas discussões vêm sendo tratadas recentemente, com as políticas de inclusão e ações afirmativas. Neste sentido, propõe-se entender os Inventários Participativos como uma ferramenta que propicia o diálogo e um instrumento que promove o pertencimento identitário das comunidades. Portanto, busca-se com tal estudo, que a análise da metodologia proposta caminhe para o fortalecimento das políticas públicas participativas e que cada vez mais propicie o protagonismo social. Nesse viés, tal estudo encontra-se na seguinte linha de pesquisa do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Patrimônio Cultural: história, política e sociedade - Visa abranger os estudos relativos ao pensamento social, histórico e político da preservação do patrimônio cultural. Analisa os processos sociais, a historiografia e as narrativas em torno da noção de patrimônio cultural e das ações para a sua preservação em perspectiva comparativa. Enfoca os fundamentos teórico-conceituais e as suas implicações sociais e políticas, compreendendo as relações entre os diversos agentes sociais, as representações e os processos de atribuição de valor que compõem as narrativas do patrimônio cultural. Busca ainda uma ampla compreensão das formas de proteção do patrimônio cultural ao longo do tempo, a partir da análise de normas, textos e relatos orais. (IPHAN, 2015).

A realização deste estudo fora possibilitada por meio de consultas a fontes documentais de caráter bibliográfico provenientes do acervo do Iphan, acervo do Ibram e da Biblioteca da Universidade de Brasília – UnB. Utilizou-se também, livros físicos adquiridos ao longo do Mestrado e bancos de dados digitais da internet, o que otimizou a produção acadêmica, principalmente pelos documentos disponibilizados pela Plataforma Saber Museu, constando de textos, planos de trabalho e fóruns de discussão.

Na **metodologia** apresentada prevalece a abordagem qualitativa, que se constitui pelo “ contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista” (CHIZZOTTI, 2003, p. 90). Podendo-se constituir também como uma pesquisa que analisa o “estado da arte” do estudo analisado, ou seja, quando há críticas argumentativas ao assunto indicando “possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais” (ROMANOWSKI, ENS, 2006, p. 39).

Por fim, o primeiro capítulo “Participação Social nas trajetórias das políticas públicas do patrimônio cultural” propõe trazer o histórico das práticas de preservação e políticas públicas culturais. Este capítulo discorre sobre como o conceito de Identidade Nacional é colocado de forma homogeneizadora pelo Estado brasileiro, perpassando em como as culturas que não eram consideradas como representantes de uma “identidade nacional” passam a ter seu espaço na sociedade. Nesse sentido, pretende-se trazer o histórico das políticas preservacionistas culturais

à luz da ressignificação dos bens culturais com as políticas de participação social, educação patrimonial e museologia social.

Já o segundo capítulo, “A compreensão dos Inventários Participativos em relação às demais metodologias de inventários do Iphan”, busca analisar os inventários como instrumentos de proteção do órgão em contraponto aos Inventários Participativos - Iphan⁸. Ao que traz uma discussão sobre como a participação social aparece na construção das metodologias aplicadas a esses diferentes inventários. Esse capítulo também permite compreender como os Inventários Participativos do Iphan foram sendo construídos, baseados no Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, instrumento que posteriormente se tornaria elemento chave nas políticas voltadas para a preservação de patrimônios culturais de natureza imaterial.

Após tais explanações, o terceiro capítulo “Sobre o uso dos inventários participativos na identificação de referências culturais: Curso de capacitação “Museu, memória e cultura afro-brasileira”, prevê uma análise da utilização da metodologia do Inventário Participativo do Iphan, buscando apresentar e detalhar as fases do Curso de Capacitação promovido pelo Ibram, que ocasionaram no levantamento de patrimônios culturais afro-brasileiros, em Santa Catarina.

⁸ Para esta dissertação considera-se Inventários Participativos do Iphan: o material utilizado para o Programa Mais Educação e nomeado como Inventário Pedagógico pela publicação “Educação Patrimonial: Históricos, Conceitos e Processos” (2014) e a sua posterior adaptação, a publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (2016).

1 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS TRAJETÓRIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

1.1 A relação entre Patrimônio Cultural, Identidade e Memória Social

As políticas públicas no tocante ao patrimônio cultural nem sempre dispuseram de discursos ampliados sobre participação social, o que propiciou uma legitimação de discursos únicos de história e memória (BOUNIA, 2004). Pode-se perceber que a perspectiva de reconhecimento sobre uma “pátria oficial” legitimadora, surge, no século XIX na Europa e chega ao Brasil com discursos provenientes de produções por intelectuais reunidos no âmbito do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, como mostra Abreu:

O principal expoente do IHGB foi Francisco Adolfo Varnhagen, historiador que sintetizou uma tendência da historiografia expressa na idéia de que a história era o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Esses estudiosos incorporavam a visão iluminista de que o historiador era um homem esclarecido capaz de influir, com seu conhecimento, nos destinos do país. [...] A preocupação fundamental dos historiadores o IHGB consistia em dar conta da especificidade nacional brasileira, forjando sua identidade. Varnhagen explicitaria “os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização européia”. A nação brasileira seria definida enquanto “representante da idéia de civilização do Novo Mundo”. O conceito de nação, assim operado resultaria fortemente excludente, ficando restrito aos brancos das elites. (ABREU, 1996, p.53).

A partir dessa passagem, pode-se inferir que essa seleção por uma representação identitária, não apenas é capaz de colocar em desinência as demais formas de expressões culturais, como também cria uma identidade comparativa com a realidade europeia. Contexto esse que homogeneíza as demais identidades com um discurso político oficial de nação, omitindo assim, as distintas manifestações e identidades coletivas.

Já no começo do século XX, especialmente a partir da década de 1930, no contexto cultural e político do Estado Novo Varguista, presenciou-se um outro momento marcante no processo de construção de uma identidade nacional no Brasil, vinculado ao projeto de modernização do Estado, com destacada atuação do Ministério da Educação e Saúde (MES) de Gustavo Capanema e seus colaboradores. Assim, como não havia muitas instituições destinadas ao tratamento de tais questões, em 1937⁹ fora criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, vinculado ao MES, como uma instituição que objetivava a elaboração de representações do passado da nação. Tal instituição se encarregaria de reconhecer

⁹ Por meio da promulgação da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937.

essa nação materializada no território nacional, como nos mostra a socióloga Mariza Veloso Motta Santos

torna-se verdadeiramente uma “academia”, ou seja, é a institucionalização de um lugar da fala, que permite a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a idéia de patrimônio. (SANTOS, 1996, p. 77).

Nesse período, as discussões começariam a aparecer entre os principais intelectuais da instituição como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade e Lúcio Costa, os quais propunham que a construção da identidade se daria pelo reconhecimento da universalidade da cultura brasileira, com predominância da herança europeia portuguesa, que situaria o Brasil no “mundo das nações civilizadas” (CHUVA, 2003, p.313). Ainda conforme Márcia Chuva

era preciso escapar do individual, que era fragmentário, em busca do público ou do bem comum, unificador. Somente a unidade das origens e a ancestralidade comum de toda a nação deveriam servir para ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo. As práticas de preservação cultural foram inauguradas no Brasil no bojo desse projeto, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o SPHAN, em 1937. (CHUVA, 2003, p.313, 314).

De forma exemplificativa, o modelo encontrado pelos modernistas mineiros articulados em torno do SPHAN, mostrava uma certa desvalorização dos regionalismos, tomando-os como “sinais de atraso” e “obstáculos” à atualização e modernização da cultura nacional (CHUVA, 2003, p. 316)¹⁰. Há de se notar que a simbologia de uma identidade nacional foi sacralizada, de acordo com critérios estéticos selecionados pelo o órgão (JULIÃO, 2006), a exemplo o barroco brasileiro como universalidade da civilização ocidental.

Contudo, ainda que esses discursos prevalecentes da corrente modernista tenham uma relação política como disputas de poder, em que determinadas culturas se “sobressaíssem” às outras, o reconhecimento de “novas práticas” identitárias nesse período proporcionaram um começo de legitimidade aos diferentes grupos sociais. Como exemplo à inauguração do Museu do Folclore na década de 60, que expôs a ideia de que as identidades seriam construídas pelo costume e tradição do povo brasileiro, como explana Abreu:

Ficava explicitada nessas palavras a idéia-mestra que levou em vários países

¹⁰ Conforme Chuva os elementos das matrizes indígena e africana seriam representativos desse atraso (CHUVA, 2003).

à descoberta do povo: a alma de uma nação poderia ser encontrada nas manifestações primitivas e folclóricas. [...] A cultura nacional emergia assim como uma hidra de duas cabeças. De um lado, os objetos-testemunhos de uma marcha evolutiva do país em direção ao progresso e a civilização. De outro lado, os objetos-testemunhos da singularidade nacional, onde a especificidade irredutível da nação era materializada nas manifestações culturais mais primitivas e puras (quase naturais) (ABREU, 1996, p.59).

Ou seja, se por um lado o Estado selecionava testemunhos que remetiam ao progresso e a busca de uma identidade nacional, por outro estavam as demais manifestações culturais. Nesse sentido, pode-se inferir que quando há uma identidade nacional enraizada pelo progresso e crescimento do país, uma única visão identitária éposta, colocando-a como uma “tradição inventada”¹¹ para a criação do espírito de nação. Ainda que de certa forma toda tradição seja “inventada”, partindo do pressuposto de sua criação, há de se questionar que sempre existe o reforço às representações de uma herança cultural oficial pela população, fato que Benedict Anderson considera como “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008). Contudo, mesmo que uma identidade nacional fosse unificada com o reforço de um discurso hegemônico, não há como suprimir à diversidade de culturas presentes em uma nação. Visto que os processos de construção identitária teriam o seguinte questionamento, conforme descrito por Stuart Hall:

Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? Essa idéia está sujeita à dúvida, por várias razões. Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união, e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural. Consideremos os seguintes pontos: A maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta - isto é, pela supressão forçada da diferença cultural. [...] Em segundo lugar, as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero. [...] Em terceiro lugar, as nações ocidentais modernas foram também os centros de impérios ou de esferas neoimperiais de influência, exercendo uma hegemonia cultural sobre as culturas dos colonizados. (HALL, 2006, p.59-61).

Com base em tais pontos é que Hall propõe pensar culturas nacionais unificadas como “dispositivo de discurso que representa a diferença como unidade ou identidade” (HALL, 2006, p.62) representativa não de apenas uma sociedade, mas sim de diversas nações. Assim “quando vamos discutir se as identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para ‘costurar’ as diferenças numa única identidade” (HALL, 2006, p. 65).

¹¹ “Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.” (HOBSBAWM, 1984, p.10).

Desse modo, se uma única identidade nacional engloba várias culturas¹² é porque há algo em comum, exemplo disso são as memórias sociais que conforme Halbwachs¹³ são consequências de memórias coletivas, de forma que o indivíduo sempre recorre à alguém para reforçar ou explicar algo (HALBWACHS, 1990). Assim, percebe-se que nos discursos de memórias é possível observar a representatividade coletiva e a riqueza de conhecimentos, visto que são narrativas de memórias que configuram uma nação e seus bens culturais. Com base nisso, a reconstrução do conjunto da lembrança é feita com base em terceiros que complementam a recordação podendo ter ou não veracidade (HALBWACHS, 1990). Assim, quando um sujeito está inserido em um grupo a memória se torna um fenômeno social, já que para recordar o indivíduo deve recorrer à coletividade (HALBWACHS, 1990), a um conjunto de referenciais construídos e partilhados em sociedade. Dessa forma, quando a memória passa a não existir mais é porque o grupo também não está mais ali (HALBWACHS, 1990). Portanto, Halbwachs descreve a memória como se estivesse em “suportes” específicos

Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar num único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que eles guardavam a lembrança, romper as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros. É como dizer que a história se interessa sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais todavia não haveria memória, uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. (HALBWACHS, 1990, p.86).

Em seus estudos pioneiros sobre o fenômeno social da memória, datados das primeiras décadas do século XX, Halbwachs afirma que se não existissem grupos e memórias coletivas não existiriam memórias, pois em sua concepção à época, as memórias individuais estariam no interior das memórias coletivas. Décadas mais tarde, revisitando a obra de Halbwachs, Portelli discordaria do autor defendendo a existência de uma perspectiva individual da memória em que

A elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram [...] se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extraí

¹² Ainda que nem todas culturas sejam reconhecidas e valoradas.

¹³ Sociólogo, teórico fundador dos estudos sobre a memória a partir de uma perspectiva das ciências sociais.

memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir para a história “social”). (PORTELLI, 1996, p. 22-23).

A partir da afirmação de Portelli, de que memórias são sempre individuais, ou seja, são o conjunto de acontecimentos individuais, nos quais os indivíduos compartilham informações e tradições consigo mesmos e com vários grupos sociais, pode-se inferir, assim, que a “existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado” (CANDAU, 2011, p. 35). Visto que é sempre uma questão de seleção do indivíduo do que quer ser compartilhado e o que se quer esquecer, pois a memória é social. Deste modo “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 2003, p.426), pois, na memória social está a memória da sociedade e as instituições de memória (NAMER, 1987). Dessa maneira, se a memória social é a comemoração do passado produzida de forma coletiva, a política de preservação do patrimônio é um processo de atribuição de valores em função dos atores sociais enquanto prática social (FONSECA, 1997). Nesse sentido, tomando o patrimônio cultural como atribuição de valores provenientes de distintos discursos, a participação social toma um importante contexto para a sua ampliação, em razão também pelos movimentos sociais advindos das comunidades no Brasil.

1.2 O Estado, participação social e os movimentos sociais no Brasil

A participação social é entendida com relevância no processo de estruturação das políticas públicas, não apenas em políticas de patrimônio cultural, como também para o próprio Estado brasileiro. De forma pragmática, a concepção de “participação social” se dá por distintos vieses, como exemplificado pela Dra. Janaina Machado Simões e por Dr. Gabriel Lima Simões, especialistas em Gestão de Estratégia, o contexto brasileiro demonstrado pelos principais autores das “áreas como sociologia, direito, ciências políticas, psicologia e administração” (SIMÕES, SIMÕES, 2015, p. 2) trazem breves definições acerca da temática:

Quadro 1. Participação Social - Conceitos

Autores	Definições
----------------	-------------------

-
- Montoro** “atuação organizada e responsável dos múltiplos setores da sociedade, na (1992, p.23) solução de problemas coletivos e na promoção do bem comum” p.2.
- Alves** “quando permite que os sujeitos façam parte das decisões que lhes dizem (2013, p. 25) respeito, seja nos aspectos políticos, sociais, culturais ou econômicos” p.2.
- Arnstein** “é a estratégia de redistribuição de poder que permite aos cidadãos excluídos (1969) dos processos políticos e econômicos serem ativamente incluídos como participantes do planejamento do seu futuro” p.2.
- Lima** “para quem a participação pode ser ativa, quando os indivíduos participam (1983, p.15) ativamente nas decisões do aparelho institucional, ou passiva, quando os indivíduos participam apenas nos bens e serviços oferecidos pelo Estado.” p.2.
- Pateman** “pseudo-participação; quando [...] chega ao conhecimento de muitas pessoas, (1992) mas poucas têm poder para decidir algo, o autor classifica como participação parcial”; p.3.
“participação total, para Pateman (1992) só ocorre quando cada grupo de indivíduos tem oportunidade de contribuir com a decisão final” p.3.
- Gohn** “A participação liberal reflete o desejo de reformar a estrutura da democracia (2003) representativa ampliando os canais de informação aos cidadãos de forma que eles possam manifestar as preferências antes que as decisões sejam tomadas.” p.3.
“A participação autoritária infere sobre a integração e controle social da sociedade e da política através de ações direcionadas de cima para baixo. A sociedade civil é cooptada por meio de programas pensados estrategicamente para diluir os conflitos sociais.” p.3.
- “A participação revolucionária representa-se por coletivos organizados em busca de uma autonomia da divisão do poder político, contra as relações de dominação.” p.3.
- “A participação democrática se fundamenta a partir da soberania popular e da participação de movimentos sociais e organizações da sociedade civil.” p.3.
“Participação democrática radical [...] propõem sua substituição por um modelo de democracia participativa que fortaleça a sociedade civil para a construção de uma nova realidade social.” p.4.

Sayago (2000) “parte do posicionamento do indivíduo sobre a sua forma de participar das decisões. A possibilidade de ter controle e poder de decisão sobre problemáticas que afetam sua própria condição motiva esse indivíduo a buscar alguma forma mais direta de participação” p.5.

Fonte: Quadro baseado no levantamento realizado por Simões e Simões em Artigo apresentado na VII Jornada de Políticas Públicas. Citações indiretas do quadro, dos autores: SIMÕES, Gabriel; SIMÕES, Janaina, p.2, 2015.

Assim, sintetizando tais conceitos levantados pelos autores, e visando trazer acepções referentes à participação social no âmbito das políticas públicas para tal texto, pode-se inferir que a participação social é a participação de indivíduos e grupos para tomadas de decisões nas representações de Estado com o objetivo comum para o bem social, sendo coletivo ou não (SIMÕES, SIMÕES, 2015). Visto que, como explanado acima pelos autores, infere-se que há modalidades de participações sociais, em que as deliberações são tomadas por grupos ou ainda por meio de decisões individuais que podem se sobressair às coletivas. Além disso, há casos em que o indivíduo apenas participa de algo por interesse individual ou que o Estado pode se “camuflar” realizando ações de participação social visando algum interesse posterior.

Dessa forma, tomando como exemplo a participação autoritária (GOHN, 2003, *apud* Simões e Simões, 2015, p.3), se hipoteticamente um governo não democrático extingue projetos, instituições e direitos da população os quais são garantidos pelo Estado, por meio de sua Constituição Federal, como a participação social se faria representativa perante tais decisões? Se possível, reforçando a política democrática pelos movimentos sociais, visto que o governo eventualmente pode ignorar o social em detrimento à outras demandas de Estado, como a exemplo o interesse público em geral.

Esse interesse público em geral é referenciado no Direito como “supremacia do interesse público”, é como supostamente, quando há a desapropriação de uma propriedade privada pertencente a algum coletivo e o Estado, por meio de medidas de governo, alega que irá ser transformado numa sede da Prefeitura, isso se dá como um mecanismo de interesse público maior. Nesse sentido, a participação social pelo grupo que seria retirado é a de impedir que saíssem de tal lugar, se utilizando da participação social democrática.

Assim, ao se pensar em tal definição de participação social com essa prioridade do interesse público, pode se remeter a um contraponto, no qual o sociólogo português Boaventura de Souza Santos chama de “Estado como movimento social”.

O Estado é um interesse sectorial sui generis cuja especificidade consiste em

assegurar as regras do jogo entre interesses sectoriais. Enquanto sujeito político, o Estado passa a caracterizar-se mais pela sua emergência do que pela sua coerência. Daí o ser adequado concebê-lo como novíssimo movimento social. [...] Nestas condições, o regime político democrático, porque confinado ao Estado deixou de poder garantir a democraticidade das relações políticas no espaço público não estatal. A luta antifascista e contra a persistência da colonialidade de poder passa assim a ser parte integrante do combate político no Estado democrático, o que só é possível mediante a articulação entre democracia representativa e democracia participativa. (SANTOS, 2006, p.365).

Para o autor, essa perspectiva implica em pensar o Estado como protagonista, juntamente, com os movimentos sociais, de forma articulada. A exemplo do caso citado acima, o Estado como movimento social pensaria democraticamente em ambos os interesses, mas junto à população e não utilizaria o poder de governo como forma de autoridade superior na decisão.

De certa forma, para se refletir a participação social em face dos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn, referência em Ciência Política sobre os movimentos sociais, faz quatro distinções sobre o que são movimentos sociais, sendo:

- Movimentos e grupos de interesses: Para ser um movimento social, não apenas significa ter interesses em comum, mas é necessário possuir uma identidade em comum, como exemplo a questão da herança cultural que o coletivo possui (GOHN, 2000, p.12);
- Ação histórica dos grupos sociais: Citando o movimento da classe trabalhadora, a ação deve ser para movimentar a classe e não um movimento específico dela (GOHN, 2000, p.12);
- Ações coletivas e movimentos: Ações coletivas são estratégias de um movimento social, exemplos - um protesto, uma invasão entre outros, mas um protesto separado não se configura um movimento social e sim uma ação (GOHN, 2000, p.12);
- Onde ocorre uma ação coletiva: “Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada”¹⁴ (GOHN, 2000, p.12).

Com base nessa sintetização, a autora afirma que

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base

¹⁴ Para Gohn “Os espaços coletivos não-institucionalizados situam-se na esfera pública não governamental, ou não estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidade às suas ações.” (GOHN, 2000, p.12).

referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p.13).

A partir de tal definição e afirmações de Gohn, pode-se perceber que os movimentos sociais organizam ações politizadas com atores sociais constituintes de uma identidade coletiva. Esses interesses em comum ocorrem em espaços sem a representação da esfera pública e privada, o que os constituem como terceiro setor¹⁵. Assim, referenciando Gohn, e à luz das discussões nas quais Boaventura caracteriza o Estado como um Movimento Social, há uma certa problemática. Como seriam os movimentos sociais em face do Estado como Movimento Social, visto que os movimentos sociais lutam por uma causa em que suas ações ocorrem em espaços não estatais? Para tal indagação, retomando Boaventura, há a discussão sobre a articulação entre o terceiro setor e o Estado. O autor propõe que o Estado como Movimento Social “é o fundamento e a orientação de uma luta política que visa transformar a cidadania abstracta, facilmente falsificável e inconsequente, num exercício de reciprocidade concreta” (SANTOS, 2006, p.368). Ou seja, Boaventura afirma que isso só será possível se houver o fortalecimento entre a democracia representativa e a participativa, o que chama de democratização do terceiro setor para a democratização do Estado. Assim, compete ao Estado “ter de tomar iniciativa de promover a criação do terceiro sector por via de políticas de diferenciação positiva em relação ao sector privado capitalista” (SANTOS, 2006, p.369). Isso implica nas decisões do Estado em seus atos perante ao terceiro setor, como na formulação das políticas de governo. De maneira geral, ao longo da trajetória dos movimentos sociais e da política brasileira com revoluções, manifestações e outras formas de expressão da população pode-se dizer que

A importância do papel da cultura política passou a ser atribuída à possibilidade que esta oferece para explicar a ação política dos indivíduos nos grupos sociais, o comportamento político dos indivíduos como seres políticos, no sentido aristotélico, e não apenas em relação às instituições políticas e/ou aos governantes, em especial no momento do voto. Com isso a ênfase desloca-se das atitudes e opiniões dos indivíduos isolados para os indivíduos como membros participantes de grupos, de coletivos sociais com uma identidade: sem-terra, negro, mulher, defensor de causas ambientalistas etc. (GOHN, 1997, p.36).

Nessa perspectiva, se faz importante ressaltar às modificações ocasionadas por meio da participação social pelas classes populares nos movimentos sociais, como exemplo, a mudança

¹⁵ Para Gohn, Terceiro Setor são “representantes da sociedade civil, encontramos um universo grande de organizações, movimentos sociais, ONGs, associações comunitárias de vizinhança, fundações, entidades filantrópicas, “empresas cidadãs” etc.” (GOHN, 1997, p.21).

nas leis (GOHN, 1997), algo que Boaventura também observa como sociabilidades alternativas:

1)para que, a partir do reconhecimento das diversas formas de saber, de poder e opressão, o poder seja efetivamente transformado em autoridade partilhada; 2) para que, a partir do reconhecimento de diversas formas de direito que não apenas o estatal, o direito despotico (por, exemplo, no direito, no interior da empresa) seja transformado em direitos partilhados; 3) para que, a partir do reconhecimento-regulação seja substituído pelo conhecimento-emancipação; 4) para que, a partir de novas articulações entre democracia representativa e democracia participativa (dentro e fora das organizações do terceiro setor), se fortaleça e se torne mais justa a redistribuição social; 5) para que, na formulação de tais políticas, esteja sempre presente que o princípio de igualdade e o princípio de reconhecimento da diferença devem ser prosseguidos conjuntamente; e finalmente, 6) para que seja possível experimentar com diferentes soluções institucionais e organizacionais. (SANTOS, 2006, p.369-370).

Assim, observa-se que a ampliação da participação social ocasiona transformações em distintos setores da sociedade, principalmente, quando se analisa à sua origem. Pode-se dizer que mesmo quando as políticas públicas que envolvem participação social não estejam em alguns casos explícitas, as mesmas estão intrínsecas.

1.3 A criação do Iphan e a ampliação da noção de patrimônio cultural

Retomando a discussão sobre à construção das políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, mas já com o embasamento acerca dos conceitos de participação social, observa-se que a problemática da participação social pode não ser caracterizada como a que se tem atualmente no âmbito da preservação do patrimônio cultural, mas não significa que não houve pensamentos próximos em períodos anteriores.

Retornando à ótica da construção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a sua proteção começa a ter base legal com a Constituição de 1934. Nesse período, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, propõe um projeto de lei no qual regulamentaria tal proteção (SALA, 1990). Capanema com mais intelectuais da época como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade entre outros, em pleno movimento modernista, fariam discussões de quais patrimônios seriam selecionados, visto que o projeto se caracterizava como “autoritário do nacionalismo brasileiro do Estado Novo” (SALA, 1990, p. 21). Isto porque seria a “tentativa de fazer do catolicismo tradicional e do culto dos símbolos e dos líderes da pátria a base mítica de um Estado nacional forte e poderoso” (SALA, 1990, p.21). Seria a noção de estar atrelado à uma identidade nacional fortalecedora pelo patrimônio nacional. Por outro lado, Mário de Andrade “buscava as raízes mais populares

e vitais do povo, através do estudo da cultura de seus diversos estamentos sociais” (SALA, 1990, p. 21). Assim, pode-se observar que antes da regulamentação de uma instituição que protegesse o patrimônio cultural havia duas perspectivas: a de proteção ao patrimônio para ser símbolo nacional e uma visão que abarcaria um discurso próximo à inclusão mais ampla de cultura.

Dessa forma, em seu anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, Mário de Andrade não apenas propusesse a preservação dos bens culturais com esse viés da identidade nacional demandada, como também colocaria aspectos da cultura popular, que futuramente seriam considerados como patrimônio imaterial, ao que Mário de Andrade nomeava como “crendices, cantos, lendas e superstições populares” (SALA, 1990, p.21). Ou seja,

Esse anteprojeto, sem esquecer os aspectos eruditos da cultura, privilegia as artes populares e seus aspectos imateriais, e talvez, já no momento, o projeto do Patrimônio se ligasse à idéia de uma Enciclopédia Brasileira, que mais tarde [...] seria a forma de reter e transmitir as características culturais das diversas fases imigratórias que plasmaram a identidade cultural brasileira [...] sempre e indissoluvelmente ligada a etnias raciais. (SALA, 1990, p.22)

Por outro lado, a Museóloga Lygia Martins Costa, em entrevista, descreve que o plano de Mário de Andrade como autor do projeto de criação do Sphan não fora tão significativo, levando-se em conta a base da legislação a qual Rodrigo Melo Franco de Andrade estudaria para fazê-la. A autora cita que as ideias de Mário de Andrade foram algo enriquecedor, mas Rodrigo que concretizaria o decreto-lei nº 25 e que criaria o SPHAN (COSTA, 2005). Ou seja, se por um lado pensava-se na proteção do patrimônio cultural como uma questão que se relacionava mais à inclusão das camadas populares Andradianas, por outro, os bens culturais “estarem no papel” para a proteção, seria de maior efetividade. Nesse contexto ambíguo, entre patrimônio e Estado, Chuva descreve que a criação do SPHAN no Estado Novo

foi marcada por uma série de hierarquias estabelecidas tanto entre os agentes envolvidos nas relações internas do *Serviço* e no âmbito da sociedade civil, quanto entre os objetos culturais selecionados para a inclusão na categoria de *patrimônio nacional*. Por sua vez, localizando historicamente a invenção das noções de patrimônio e nação, foi possível desnaturalizar a idéia também recorrentemente anunciada de imemorialidade da nação. [...] a idéia da necessidade de preservação do “patrimônio nacional” e a criação do SPHAN como obra de intelectuais iluminados que, finalmente, se atentaram para o assunto, antes que todo “o patrimônio se perdesse”. Mantinha-se assim a temática no âmbito da “causa” foi uma construção bem sucedida, daquele grupo fundador das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, que constituiu uma ampla rede de agentes engajados, estabelecendo parcerias em diversas regiões, cidades e localidades brasileiras. (CHUVA, 2008, p. 115).

Pode-se afirmar que desde a criação do SPHAN o que se faria como primordial seria a proteção a bens culturais selecionados, por seu critério de exemplaridade técnica artística ou de representação forte da nacionalidade, do que como Mário de Andrade pensava. Nessa perspectiva é que foi protegida a maioria dos bens culturais tombados até hoje, sob o critério de “não se deixar perder” (CHUVA, 2008).

Entretanto, no que tange à inclusão de demais expoentes representativos da cultura brasileira, Chuva também coloca o patrimônio nacional como inventado, no qual o SPHAN em sua criação atuava “sobre grupos regionais dispersos, catalisando diferentes estratos sociais em torno dos grupos dominantes centrais [...] Dessa forma, amplas teias de relações foram tecidas, que palmilharam o território [...] aglutinando redes locais ainda dispersas e desconectadas” (CHUVA, 2008, p.116). Ou seja, pode-se notar que prevaleceu a visão da representação nacional, mesmo que contemplasse algumas das diversidades de patrimônios, ainda que primariamente não tenham sido o foco para a criação desse *Serviço*.

Ao se pensar nos ideais Andradianos, o Museólogo Mário Chagas afirma que a “discussão do nacional e do popular não foi uma invenção dos modernistas; ao contrário, para participar do seu tempo eles precisavam aceitá-la e enfrentá-la apresentando respostas mais ou menos apropriadas” (CHAGAS, 2006, p. 47). Chagas mostra que Mário de Andrade estava muito mais no debate por um intuito a se preservar, do que numa preservação por si mesma. Tal fato aparece, por exemplo, quando se criou os quatro livros do Tombo aos bens artísticos nacionais nos quais teriam quatro museus nacionais para sua preservação (SIVIERO, 2015). Esses museus seriam não apenas espaços de documentação e exposição, mas também lugares de denúncias, críticas e reflexões; podendo até se pensar em museu como espaço educativo. Contudo, tal concepção não se faz clara no Anteprojeto de 1936 (BIONDO, 2016). Pode-se notar nesse enquadramento, que o pensamento de Mário de Andrade, a um desses museus (Museu de Artes Aplicadas e Técnica Industrial) era a compreensão da “arte e sua preservação por um viés culturalista, e a educação como transmissão do legado cultural nacional. Desse modo, a difusão da arte nacional seria uma prática de caráter educativo fundamental à sua preservação” (SIVIERO, 2015, p.86). Assim, embora Mário de Andrade não tratasse da questão educativa no Anteprojeto, há sempre a ênfase sobre o conhecimento a diversidade da nação brasileira, ao que chamava de etnografia popular (CHUVA, 2012).

Decerto que, depois de sua criação, o SPHAN não incorporou tais práticas propostas, como as de Mário de Andrade, a exemplo da arte popular (CHUVA, 2012). Contudo, esse ainda era o começo da existência do SPHAN e suas políticas ainda caminhavam a passos curtos.

A direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1969) propôs a preservação e

proteção ao patrimônio cultural elencado pelo SPHAN, como edificações ou coleções. Nesse período, a população era “informada” por meio de uma educação popular, como afirma Biondo: “a melhor maneira para evitar a destruição e proteger o patrimônio histórico e artístico nacional era “convencer” a população e educá-la sobre o tema” (BIONDO, 2016, p.32). Assim, quanto mais Melo Franco atingisse a população sobre a importância de se preservar, mais a população percebia a importância de preservar o seu patrimônio. E para isso, se fazia exposições, publicava-se revistas visando à divulgação para a proteção, pois o que poderia destruir o patrimônio era a população sem o devido conhecimento (BIONDO apud Andrade; Gonçalves, 2016, p.32).

Desta forma, pode-se pensar que esse contexto é um tanto caracterizado por uma participação autoritária como descreve Gohn no subtítulo anterior, em que decisões são tomadas de cima para baixo. Ou seja, uma imposição do que seria representativo de uma nação do digno de se “admirar”. Todavia é preciso observar que as políticas de preservação do patrimônio cultural são parte das políticas de Estado e governos, com todas as mudanças e transformações, desde a década de 1930, destacando-se o período do Estado Novo (1937-1945), das mudanças trazidas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e o período de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), entre outros contextos, que influenciaram diretamente nas ações do SPHAN/Iphan. Como exemplo, temos o período Varguista (1930-1945) em que a noção de cultura era recente e o Iphan ainda estava se construindo e formulando uma política de preservação. Pensar em uma ideia ampliada representativa de grupos sociais nos anos de 1930 e 1940 era algo complexo, uma vez que se tratava de um conjunto de ideais e políticas novas no Brasil, que nem mesmo o órgão recém-criado havia noção de tamanha complexidade. Por tal razão, Rodrigo Melo Franco de Andrade buscou se “munir de argumentos e informações legais para dar efetividade a uma nova política pública de preservação do patrimônio nacional” (CALABRE, 2017, p.38). Há de se mencionar que o Decreto Lei nº 25/1937 é publicado em sua gestão, configurando um importante instrumento de proteção, como o tombamento, aos bens culturais móveis e imóveis.

Assim, o conjunto dos bens tombados até o final dos anos 60 teve a sua seleção restrita à uma determinada visão da arquitetura no Brasil, em grande parte por influência do pensamento de Lúcio Costa (FONSECA, 2009, p.121). Contudo, após tal período, começara a haver pesquisas sobre a inserção de outros bens culturais, tais como bens ecléticos, conjuntos urbanos, entre outros, o que modificaria o sentido da preservação ao longo dos anos de 1970 e 1980 (FONSECA, 2009, p.122).

Mais tarde, ao final dos anos 1960 e início dos 1970, o Arquiteto Renato Soeiro

(1967- 1979) é escolhido por Rodrigo para assumir sua direção no Iphan, no ano de 1967, em plena Ditadura Militar (AZEVEDO, 2017). Nesse período “a cultura era um dos setores mais reprimidos. Mas o governo militar, nacionalista, tendia a favorecer o patrimônio como fator de unidade nacional, como fizera Vargas” (AZEVEDO, 2017, p.46). Assim, Soeiro desenvolveria um Plano Estratégico de Ação no qual continuaria a pôr em prática as ideias de Melo Franco de Andrade, ampliando também a “conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza” (AZEVEDO, 2017, p.47). Como também, era a fase de modernização do órgão, descentralização e aperfeiçoamento de sua legislação, ou seja, “renovações” em que Soeiro colocaria a “obrigatoriedade da educação patrimonial e da formação de técnicos, de diferentes níveis, para cuidar da preservação do patrimônio cultural” (AZEVEDO, 2017, p.48). Contexto esse que abarca uma noção de educação patrimonial voltada para a preservação do patrimônio cultural nacional por meio da conscientização.

Durante a gestão de Soeiro, segundo Azevedo, o Iphan investiria em um programa de desenvolvimento do Nordeste observando o turismo cultural. Assim, com um novo estatuto, podendo estabelecer parcerias com outros ministérios, cria-se o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, nomeado Programa Cidades Históricas – PCH (AZEVEDO, 2017). Conforme o mesmo autor, tal programa tinha inspiração europeia para a reconstrução das cidades destruídas pela Segunda Guerra Mundial. Nessa influência, o PCH não apenas restaurou bens culturais do Nordeste, como também expandiu sua ação para outras regiões do Brasil, até o ano de 1979 (Idem). Por esse contexto, em 1975, Aloísio Magalhães “designer oficial do regime militar, mas sem antecedentes da área do patrimônio, criou o Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC” (AZEVEDO, 2017, p. 55).

O CNRC tinha como proposta a ampliação do conceito de patrimônio e a valorização da diversidade regional (IPHAN, 2014). “Nesta perspectiva, o CNRC buscava meios de aproximação com as comunidades locais, procurando identificar o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais” (BIONDO, 2016, p.39). Assim, pode-se inferir que o CNRC rompe um certo agir do IPHAN no qual tira um foco do tombamento a bens arquitetônicos e passa olhar para outras referências culturais. Esse período é o que Paulo Ormindo de Azevedo define como “transição democrática da nova política cultural”. Nessa conjuntura, o autor descreve que, nos últimos anos de 1970, com a crise econômica, seria necessário a reformulação da política cultural, citando Milet:

com efeito na década de 70, o Estado, que em 1964, rompera com o pacto populista, definindo-se claramente como um Estado de classe, encontra-se em

crise de legitimação, necessitando, urgentemente, ampliar suas bases sociais. Para tanto, recorre a um ideário contido no projeto de proteção aos bens culturais de autoria do escritor Mário de Andrade, proposto em 1936, que valoriza melhor a heterogeneidade e complexidade culturais inerentes à formação social brasileira. (AZEVEDO apud MILET, 2017, p. 57).

Tal afirmação nos leva a pensar no que significava essa revisita às ideias de Mario de Andrade para a questão da ampliação da participação social nas políticas de patrimônio do Iphan. Pode parecer que os ideais iniciais de Mário de Andrade voltariam de fato às discussões e a política social começaria a fazer parte das políticas culturais em 1979. Contexto esse que, por meio do Ministério da Educação e Cultura - MEC, no qual o seu subsecretário Pedro Demo, apesar de estar trabalhando para o governo militar, começara a justificar que não seria mais possível ignorar outras classes e que as políticas culturais deveriam abolir o seu caráter elitista (SABINO, 2012). Por conseguinte, Aloísio Magalhães sendo o novo presidente, Renato Soeiro encerra sua gestão sob críticas, que apontavam a ausência de reconhecimento das camadas populares, bem como, julgou-se que suas ações seriam voltadas para a preservação dos bens culturais de herança europeia (SABINO, 2012). Todavia, tais críticas não se destinavam exclusivamente a gestão de Renato Soeiro, visto que desde a criação do Iphan, o modelo de proteção aos patrimônios culturais privilegiava os bens arquitetônicos selecionados por intelectuais para simbolizar a identidade nacional, no qual predominava o barroco colonial de origem portuguesa. Essa visão tem suas origens além dos arquitetos referidos, tal qual a perspectiva de civilização material de Afonso Arinos de Melo Franco. Conforme Chuva, no começo do SPHAN, Afonso Arinos traria uma visão do trabalho português em detrimento de outros, daí o motivo da maior proteção para os bens materiais arquitetônicos do período colonial (CHUVA, 2012).

De certa forma, o CNRC, considerava que “as manifestações culturais deviam ser compreendidas em sua trajetória própria e em sua relação com o contexto cultural onde são produzidas e por onde circulam” (FONSECA, 2009, p.173). Pois, para Aloísio e o grupo do CNRC o que se interessava não era olhar para os bens que já haviam sido protegidos e sim pensar nas manifestações culturais inseridas nas práticas sociais cotidianas (Idem). Nesse viés, o CNRC faria o que Mário de Andrade se propunha no começo, como a inclusão da arte popular e uma abrangência maior sobre a política de patrimônio cultural. Aloísio Magalhães queria que a preservação não fosse restrita aos bens elencados anteriormente pelo o SPHAN, mas que outras manifestações (que futuramente seria considerado como patrimônio imaterial) também fizessem parte das políticas de preservação, como observado pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória – FNPM, em 1979.

Reitera-se, que ainda que o CNRC tinha uma noção para ampliação da preservação do patrimônio cultural, os bens já tombados partiriam para um outro sentido, como a atribuição de valores e a relação com os sujeitos de sua história, como apontado por Motta:

os bens materiais, como os imóveis e sítios urbanos, não dependem de seus produtores para permanecerem no tempo como patrimônio cultural. No entanto, vão depender de sujeitos para se constituirem como patrimônio cultural. Porque, nesse caso, dependem dos sujeitos para os quais devem fazer sentido, uma vez que são os significados atribuídos às coisas que constituem o patrimônio cultural. Significados esses que fazem sentido para grupos sociais no tempo presente, sendo referências de memória, identidade e ação. (MOTTA, 2017, p.33).

Nessa perspectiva, há uma maior relação do sujeito com o patrimônio na produção de discursos para os diferentes contextos sociais.

Assim, entre os anos de 1970 e 1980, surgem também as noções de: “referência cultural” e “patrimônio cultural não consagrado”. A noção de referência cultural de acordo com Motta, foi formulada pelo CNRC, não por um conceito em si, mas por uma ideia em sua origem. Motta em uma análise referencial de autores, descreve que o objetivo era valorizar bens da cultura popular e os processos em sua produção do que os produtos finais (MOTTA, 2017). Como exemplo o artesanato, observar como se faz um bordado, o material, instrumentos envolvidos e suas técnicas utilizadas do que o bordado em si finalizado. A autora também descreve que os produtos populares poderiam ser um elemento de desenvolvimento econômico para beneficiar os produtores como fomento as práticas tradicionais (MOTTA, 2017, p.32). Este contexto está muito relacionado ao PCH com a ideia de restauração das cidades para serem atrativos turísticos e a expansão da economia dos anos de 1970. Outro termo abordado, já nos anos de 1980, é a noção de bem cultural não consagrado. Conforme Fonseca, bens antes não caracterizados como patrimônio entrariam no foco da preservação, como também preveriam a participação da sociedade para a sua gestão, como demonstrado no trecho abaixo

A partir dos anos 80, a preservação das manifestações culturais dos diferentes contextos culturais brasileiros assumiu uma nítida conotação política, na medida em que, à idéia de diversidade, se sobreponha a de desigualdade. Ao propor a introdução de bens do “patrimônio não consagrado” no patrimônio histórico e artístico, (basicamente, bens das etnias afro-brasileira e vinculação à cultura popular) e a participação da sociedade na construção da gestão desse patrimônio, a política da FNPM visava a se inserir na luta mais ampla que mobilizava então a sociedade brasileira pela reconquista da cidadania. Na gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN, uma primeira expressão dessa participação foi a introdução da prática de consultar as populações dos centros históricos, o que ocorreu nos seminários de Ouro Preto, Diamantina, São Luis,

etc. (FONSECA, 2009, p. 179).

Nesse sentido, pode-se notar um começo de participação social mais ampla nas ações de preservação. Destarte, é possível observar que desde meados dos anos 70 a 80 a política fora reformulada, não só num cenário mais amplo, como também no Iphan. Isto demonstrou que a necessidade de uma mudança nas políticas públicas de preservação com a participação da população, a inclusão de outros bens culturais e o fomento às práticas populares não apenas fortaleceram a visão de proteção ao patrimônio pelo Estado, bem como se faria um início de participação social democrática da gestão do patrimônio. Nessa perspectiva e ainda nesses anos, as discussões no campo da democratização do acesso da população, a seleção de bens culturais se ampliariam em dois contextos: a Museologia Social e posteriormente a Educação Patrimonial.

1.4 Participação Social nas políticas públicas de preservação do Iphan: Museologia Social e Educação Patrimonial

1.4.1 A Nova Museologia

Ainda nos anos de 1970, paralelamente ao âmbito patrimonial, o contexto dos museus promoveria uma diferenciação nas ações de preservação de seus acervos. Os museus, antes compreendidos como espaços de guarda e locais de objetos expostos ao público, passariam a ter uma nova visão sobre o seu contexto e o seu papel na sociedade. No ano de 1972, em Santiago do Chile, ocorreu a Mesa-Redonda promovida pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM, em que se discutiu o papel dos museus na América Latina. Como resultado dos debates realizados pelos membros foram elaboradas as seguintes resoluções: os museus deveriam desempenhar um papel social, de modo que em meio rural suas exposições tecnológicas e culturais iriam servir, respectivamente, para o aperfeiçoamento da vida da comunidade e para a solução de problemas; e no meio urbano deveriam conscientizar sobre os problemas do contexto urbano (ICOM, 1972). A intenção da carta seria que os museus mudassem seus contextos expográficos de apenas reprodutores de informações, para uma visão mais crítica, como o questionamento da realidade local da comunidade. Nesse momento, as resoluções ainda sugerem que os museus também tenham um serviço educativo para agir dentro e fora do museu, como o ensino externo integrado às escolas (ICOM, 1972). Ou seja, pode-se dizer que seria um começo para novas discussões no campo museal, no qual a museologia tradicional tomaria outros rumos. Museologia essa semelhante as primeiras políticas de patrimônio que visavam

educar a população através dos bens culturais selecionados como forma de enaltecer o nacionalismo, sobretudo por meio dos vestígios materiais do Brasil colônia.

A museóloga e educadora Maria Célia Santos, nota que as mudanças no campo museal são reflexos dos anos 60, no qual o movimento artístico-cultural contesta os modelos já estabelecidos (SANTOS, 2002). Era um momento em que havia o questionamento às instituições, a revisão do conceito de patrimônio, entre outras indagações, como demonstra Santos citando Rivard

Vários grupos contribuem para essa nova conceituação, como ecologistas, os diferentes países emergentes do colonialismo, que reivindicam o retorno dos bens pilhados ou expatriados pelas sociedades ocidentais, os grupos socialistas ou socializantes, que reclamam, em nome do patrimônio coletivo, uma acessibilidade aos monumentos, às coleções dos museus, que antes eram patrimônio privado ou reservadas aos detentores de saber. (SANTOS apud RIVARD, 2002, p. 93).

Nesse sentido, com o desenrolar dos movimentos de contracultura e as diversas críticas à sociedade mais conservadora, é que nos anos 70, com as lutas revolucionárias surge “a necessidade confrontar as bases dos mecanismos de dominação por intermédio do desenvolvimento de uma consciência popular” (SANTOS, 2002, p.97). A autora descreve que nesse período, era necessário um movimento social no qual implicaria numa consciência social crescente como a educação popular (Idem). Não no sentido de educar a população, mas sim de fazer uma investigação participativa “cujo suporte fundamental é a proposta educativa de Paulo Freire, e a investigação participativa como alternativa para oferecer uma nova explicação da realidade” (Ibidem). Foi nesse contexto histórico que as resoluções de Santiago do Chile são tomadas, com também a participação de Paulo Freire na Mesa-Redonda de 1972.

Sem dissociar o marco da Mesa Redonda de 1972, outros debates surgiram antes como o Seminário Regional da Unesco em 1958 e a IX Conferência Geral do ICOM em 1971, nos quais ambos encontros propunham discutir qual seria o papel educativo dos museus, o que acabou sendo reforçado pela Carta em questão (SANTOS, 2002). A partir daí os debates por uma Nova Museologia cresceriam ao longo dos anos 80, sendo pautados também pela Declaração de Quebec em 1984.

A Declaração de Quebec foi proposta visando não apenas o caráter técnico da preservação no ato de identificação e conservação de acervos, como também traria a ideia de haver uma interdisciplinaridade com a população (QUEBEC, 1984). Nesse sentido, começara a entrar em questão novos conceitos de museologia, como: ecomuseologia, museologia comunitária e as museologias de forma ativa (Idem). A ecomuseologia, conceito idealizado pelo

teórico francês Hugues de Varine Bohan e precursor da Nova Museologia, tem como princípios: a identificação do território com a sua população realizando o inventário de acordo com as necessidades reais de seus habitantes; a atuação do museu junto à comunidade; e por fim, não é necessário um museu físico para que haja um museu, visto que a comunidade é um museu, no sentido de museu-comunidade (SANTOS apud BELLAIGUE, 2002). Já a ideia de museologia comunitária, propõe a contribuição para o desenvolvimento social das comunidades locais no sentido de trazer soluções para os problemas cotidianos, por meio de sua mobilização social (BOHAN, 2014). Nesse viés, os museus comunitários têm como objetivo discutir problemáticas locais de modo a considerar a memória coletiva e social das pessoas da comunidade e assim contribuir para a preservação de suas práticas culturais, o que Varine considera como “produzir mudanças positivas, estando ao mesmo tempo ligado às raízes culturais e psicológicas da comunidade” (BOHAN, 2014, p. 26). Além disso, a Declaração de Quebec traz a museologia de forma ativa, a qual propõe o “desenvolvimento social das populações, podendo ser considerada como uma denominação anterior, para o termo “nova museologia” (BOHAN, 2014, p. 26).

De acordo com Chagas “a denominada nova museologia, desde a sua origem abrigava diferentes denominações: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia crítica, museologia dialógica e outras” (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p.16). Assim, pode-se afirmar que a Declaração de Quebec de 1984 não só reforçou os primeiros conceitos da Carta de Santiago de 1972, como também solidificou os debates e as práticas dos anos de 1970 para os de 1980. Isso porque, de acordo com Chagas, havia disputas entre os que queriam a museologia tradicional e os que apoiam a nova museologia (CHAGAS, GOUVEIA, 2014). Foi no âmbito dessas disputas que em Quebec, a partir de um grupo de trabalho com museólogos de 15 países, criou-se o Movimento Internacional para uma Nova Museologia – MINOM e que foi posteriormente reconhecido pelo Icom no II Workshop Internacional da Nova Museologia em 1985 (ICOM, 20[??]).

Nessa perspectiva, por meio dos debates, da Declaração e do Movimento de Quebec, a Nova Museologia foi sendo sistematizada ao longo dos anos 80 e trouxe as seguintes proposições para o campo museal, que de acordo com Maria Célia Santos

A proposta básica da Nova Museologia está pautada no diálogo, no argumento em contextos interativos, sendo, portanto, o “mundo vivido” o espaço social onde será realizada a razão comunicativa. [...] Os princípios básicos que norteiam as ações da Nova Museologia podem então ser resumidos nos seguintes pontos: Reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos; Utilização da memória coletiva como um referencial básico

para o entendimento e a transformação da realidade; - Incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura; - Desenvolvimento de ações museológicas, considerando-se como ponto de partida a prática social e não as coleções; - Socialização da função de preservação; - Interpretação da relação entre o homem e o meio ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais; - Ação comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social. (SANTOS, 2002, p. 114-115).

Pode-se ter que a Nova Museologia tem como base o desenvolvimento social de forma participativa entre os profissionais da área e as comunidades. E que as ações museológicas não partem mais do princípio da preservação de objetos e artefatos musealizados por si só, isso ainda continua sendo realizado, porém o foco é muito mais nos discursos dos indivíduos e a relação dos problemas cotidianos com as memórias do passado.

1.4.2 A Educação Patrimonial

Ainda no contexto dos anos 80, simultaneamente às discussões da Nova Museologia, o Iphan acompanhava um projeto que teria forte relação a uma futura política na instituição: a Educação Patrimonial. Denominado de “Interação entre Educação Básica e os diferentes contextos culturais no país” (1981-1986), era um projeto educacional para o ensino fundamental e supletivo realizado pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura – SEC/MEC (IPHAN, 2014).

Segundo o seu idealizador, José Quintas, a proposta seria que a escola pública fizesse o aluno ter visões mais críticas e assim contribuísse para a sua transformação social (IPHAN, 2014). Este projeto, segundo Fonseca, também trabalhava com a “concepção ampla de patrimônio, de cunho antropológico, e forneceu importantes subsídios para a redação dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988” (FONSECA, 2015, p.19). Foi a partir dessa concepção de patrimônio, que o Projeto Interação considerava a participação da comunidade nos processos culturais sociais. Como descreve Sônia Florêncio, o Projeto Interação pretendia relacionar a “prática escolar rotineira da educação básica à realidade não menos rotineira e concreta de cada contexto cultural” (FLORÊNCIO, 2015, p.23). Assim, ainda que destinado a comunidade escolar e com pouco tempo de vigência, seria um começo de participação social democrática do patrimônio cultural com as comunidades locais.

Nota-se que, em meio ao projeto Interação e as discussões que prescindiam a Declaração de Quebec, em 1983, o Iphan começava a debater sobre Educação Patrimonial. Tal discussão realizada no seminário o “Uso Educacional dos Museus e Monumentos”, no Museu Imperial

de Petrópolis – RJ, teria como referência a terminologia baseada no trabalho pedagógico Inglês *Heritage Education* (FONSECA, 2015). A partir daí o termo Educação Patrimonial entraria na política de preservação, sendo apenas no ano de 1999, lançado um Guia explicando para a população o que se tratava.

Esse Guia de Educação Patrimonial, formulado por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, teve como proposta orientar a população sobre o que era considerado Educação Patrimonial. De acordo com as autoras, se tratava de

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, et al, 1999, p. 4).

Ou seja, o objetivo seria dar a conhecer à população sobre o que era patrimônio, valorizar o que já estava selecionado para que as pessoas assim, cuidassem e preservassem por meio da “alfabetização cultural” proposta pelo guia. Tal fato, mostrava a instituição como detentora do notório saber e a população como não protagonista do seu conhecimento, remetendo em como a prática preservacionista do Iphan de 1937 ainda estava enraizada. Ressalta-se que, sempre ocorrerá dissonância entre o conservador e o novo, como explicitado anteriormente no caso da museologia tradicional e da Nova museologia. Naquela situação dos museus, uns defendiam a vertente tradicional outros queriam a nova perspectiva. É possível que no caso da educação patrimonial, também tenha sido assim, mesmo que já estivesse num período o qual a educação e a participação social se solidificavam a cada ano.

Decerto, a Educação Patrimonial surge desta configuração proposta pelo Guia, e uma política se origina a partir daí. Entretanto, faz-se necessário questionar tal problemática, gerada pelo Guia de Educação Patrimonial. Para isso, a geógrafa Simone Scifoni afirma que a Educação Patrimonial não é uma metodologia ou algo para ensinar um caminho (SCIFONI, 2015). Para a autora

Isso significa repensar a Educação Patrimonial recusando a postura que a identifica como mera transmissão de informações e conteúdos, como as famosas cartilhas e folhetos informativos que nada mais são do que produtos pensados e executados de cima para baixo, muitas vezes nem sequer atendem às demandas locais, mas à visão preconcebida dos técnicos a respeito dos lugares onde atuam. A educação não pode ser vista como produto ou como

sinônimo de divulgação de informações, mas como um processo em que se busca criar uma nova relação entre os moradores e o seu patrimônio e, neste sentido, os folhetos e cartilhas se tornam instrumentos efetivos quando concebidos como parte de um processo educativo, não como produto em si mesmo (SCIFONI, 2015, p.197-198).

Por essa explicação, pode-se afirmar que a Educação Patrimonial passa a ter uma visão mais próxima ao contexto dos museus, com um olhar diferente da educação proposta pelo guia, para algo que promova o desenvolvimento social. Isso viria a ser demonstrado no começo dos anos 2000, em que a Educação Patrimonial, por meio da Portaria nº 230/2002¹⁶ é citada, abrindo assim um grande “caminho para a elaboração de diversos Programas de Educação Patrimonial na última década” (BIONDO, 2016, p.49).

Observa-se que paralelamente à recém “política” de Educação Patrimonial, em 2003, criou-se o Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU, no âmbito do Iphan, como desdobramento da Política Nacional de Museus¹⁷, em que o DEMU se dedicava a política de Museus e ao estímulo à novos cursos de graduação e pós-graduação em museologia (IPHAN, 2006). Nesse período, o Departamento de Museus tinha como objetivo realizar o levantamento dos museus no Brasil, como também, o financiamento para instituições museais por meio da reformulação do programa “Museu: Memória e Cidadania”, em 2004, propiciando, assim, o “crescimento extraordinário dos museus, aliado ao interesse dos movimentos sociais pelas práticas museológicas contemporâneas” (IPHAN, 2006, p.18). Há de se pontuar ainda, que um dos focos da gestão dessa política seria inserir os museus nas comunidades locais e a criação de programas educativos como mostra o relato da coordenadora Cláudia Rose, do Museu Comunitário da Maré

O DEMU acompanha de perto o nosso trabalho, fornecendo apoio técnico e consultoria. Tem sido uma experiência muito rica. Não tínhamos idéia do impacto que um museu causaria na comunidade. As respostas, porém, têm sido positivas, muito além do que imaginávamos. Trocamos idéias com museus com mais experiência e percebemos que nossas dificuldades são parecidas. É bom poder partilhar isso com instituições com uma história longa. Apesar de seu pouco tempo de existência, o Museu da Maré já acumulou vitórias importantes. Cláudia Rose, Museu da Maré. (IPHAN, 2006, p. 27).

Por tal relato, pode-se mencionar que a Educação Patrimonial teria se modificado da

¹⁶ Portaria do Centro Nacional de Arqueologia - CNA, que discorre sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos que poderão afetar culturalmente uma região específica. Posteriormente revogada pela Instrução Normativa do Iphan nº 001 de 2015.

¹⁷ A Política Nacional de Museus fora lançada no âmbito do Ministério da Cultura “em 16 de maio de 2003, em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro” (MINC, 2007, p.22).

versão oferecida pelo Guia de Educação Patrimonial, por meio não apenas dos debates sobre a Nova museologia, como também da Política Nacional de Museus - PNM. Dessa forma, apesar do Departamento ter tido autonomia, se retirando do Iphan em 2009, para a criação de uma outra autarquia o “Instituto Brasileiro de Museus - Ibram”, as ideias propostas pelo modelo de gestão do DEMU permaneceram na Educação Patrimonial, principalmente, a noção de Museologia Social.

1.4.3 A Museologia Social

A museologia social é um possível desdobramento do movimento da nova museologia que em 1992, resultou no Seminário promovido pela Unesco na Venezuela “A missão do museu na América Latina hoje: novos desafios” dando início à Declaração de Caracas. Tal Declaração, proporcionou o fortalecimento das discussões promovidas anteriormente em 1972 e 1984, propondo: a abertura dos museus ao contexto social, o redefinir do objeto museológico, a participação da comunidade, a tecnologia como forma de comunicação, entre outros aspectos (MOUTINHO, 1993).

Dentre tais recomendações é importante destacar que cada vez mais a participação social foi sendo reforçada, através da relação dos indivíduos e as comunidades com o patrimônio cultural; a comunicação promovendo o diálogo; a mudança da narrativa expográfica de modo a atingir públicos diversos; a comunidade inserida no processo cultural; o museu como contribuinte para a capacitação de indivíduos e comunidades; o museu como provedor da consciência da realidade econômica da comunidade e propiciador de divulgação da crítica a ser feita por ela; e por fim, o museu como gestor social e o seu papel na sociedade (ICOM, 1992). Nesse sentido, de acordo com Moutinho a Declaração de Caracas foi considerada por Varine como a de mais profunda reflexão sobre museus e museologia (MOUTINHO, 1993). Entretanto, Chagas não a considera como um “marco” especial, pois

particularmente, consideramos que esse encontro não teve importância conceitual e prática para o desenvolvimento da nova museologia; não contribuiu para a mudança do panorama museal; o seu viés ideológico neoliberal, ao contrário, investia na gestão profissional, na legislação e na formação de lideranças voltadas para os museus, sem uma efetiva atenção para os processos de desenvolvimento social, sem considerar o protagonismo das comunidades e dos movimentos sociais. (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p.13)

Para o autor, o I Encontro Internacional de Ecomuseus em 1992 teria sido muito mais importante como realização de ações efetivas participativas do que o Seminário de Caracas que

tinha “uma preocupação formal de produzir uma carta ou uma declaração” (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p. 13). Ou seja, pode-se inferir que a Declaração de Caracas fora algo idealizado de forma abrangente a propor “teorias”, enquanto o Encontro Internacional de Ecomuseus traria exemplos práticos da realidade cotidiana. Esse período é o que Chagas chama como “inflexão conceitual e prática”, no qual posteriormente destaca as expressões: museologia social e sociomuseologia, aos quais foram explanados oficialmente em Lisboa, 1993 (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p.13). Tais termos foram resultados do Curso de Especialização em Museologia Social que iria se transformar em curso de Mestrado, sendo “palavras fundadoras do Centro de Estudos de Socio-Museologia” (NEVES, 2009, p.5) da Universidade Lusófona em Portugal. Nesse sentido, pode-se afirmar que a museologia social e a sociomuseologia são *upgrades* da terminologia Nova Museologia. Todavia, Chagas mostra que quando o termo museologia social se consolidou, houve críticas acadêmicas, como se a outra museologia (tradicional) não fosse social, nesse viés o autor descreve que

Dizer que toda museologia é social é uma tentativa de banalizar o sentido do adjetivo social; de retirar dos museus e da museologia sua dimensão histórica e, portanto, política. O que dá sentido à museologia social não é o fato dela existir em sociedade, mas sim, os compromissos sociais que assume e comos quais se vincula. Toda museologia e todo museu existem em sociedade ou numa determinada sociedade, mas quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras (CHAGAS, GOUVEIA, 2014, p. 16-17).

A museologia social parte não apenas do pensar, como também do agir participativamente, de forma a priorizar discursos e narrativas não relatados pela história. Dessa forma, pode-se fazer um paralelo do momento em que surge a Política Nacional de Museus e a criação do DEMU, em que há uma certa busca à essa museologia participativa, e que consequentemente deixa seus resquícios educativos no âmbito das políticas do Iphan.

1.4.4 A Educação Patrimonial e a Museologia Social

É possível observar que tanto a compreensão da Educação Patrimonial quanto a Museologia Social, estavam em embates entre o tradicional e o novo. Isso revela que o foco era

ter ou não a participação efetiva das comunidades, seja nas políticas e ações de preservação voltadas ao patrimônio cultural quanto ao patrimônio museológico. Pode-se fazer um paralelo em que o Iphan com o passar dos anos alterou a sua perspectiva com relação à Educação Patrimonial. Talvez, num primeiro ponto, fosse como se as raízes da Nova Museologia tivessem permanecido no Iphan se tornando a Educação Patrimonial e a Museologia Social, se fosse com o recém-criado Ibram. Porém, noutra perspectiva pode ter refletido em como as ações do setor de Coordenação de Educação Patrimonial - Ceduc (Iphan) foram estreitadas com as ações da Coordenação de Museologia Social - Comuse (Ibram), assim como os inventários participativos seguiram em caminhos semelhantes, nas duas Autarquias.

2 A COMPREENSÃO DOS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS EM RELAÇÃO ÀS DEMAIS METODOLOGIAS DE INVENTÁRIOS DO IPHAN

2.1 O Iphan, a preservação e os inventários

O termo Inventário tem origem no latim *inventarium*, que de acordo com dicionário Michaelis significa “catálogo, registro, rol dos bens deixados por alguém que morreu” (MICHAELIS, 2007). Para a documentação museológica¹⁸, por sua vez, inventário é a contagem dos objetos do acervo que visa, controle e identificação (PADILHA, 2014, p.41). Numa outra perspectiva, o significado de inventário se faz amplo, principalmente no que se refere aos objetos em guarda que representam a identidade e a memória coletiva dos grupos sociais identitários (BOHAN, 1973).

A perspectiva de uma política para inventariar bens culturais iniciou-se no contexto da construção dos Estados Nacionais, na Europa dos séculos XVIII e XIX, destacadamente na França pós-revolucionária (CHOAY, 2001). No âmbito da Comissão de Monumentos Históricos, vinculada à Inspetoria de Monumentos Históricos, de Guizot, Mérimée e Vitet, desdobrando-se até meados do século XX, em fase caracterizada pela historiadora e crítica de arte, Françoise Choay, como de “consagração do monumento histórico” (CHOAY, 2001, p.125), destinada a bens genéricos, que posteriormente, em 1964, seria considerado como Inventário Geral que abarcava não apenas monumentos históricos como também bens de museus (FONSECA, 1998). Já no contexto brasileiro, tal prática passaria a ser a de proteção à bens culturais, principalmente, aos monumentos históricos e artísticos, em meados do ano de 1923 (SANTOS, 2000). Contudo, com o começo das discussões na área da preservação, em

¹⁸ Procedimentos técnicos para controle dos objetos que fazem parte dos acervos em instituições museológicas.

especial a noção trazida pela Recomendação de Atenas, 1931, sugeria que Estados ou instituições que fossem consideradas com a finalidade da “preservação” propusessem a publicação de “um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhados de fotografias e de notas explicativas” (ATENAS, 1931).

Importante ressaltar que, na década de 30 no Brasil, os inventários não eram o foco, mas sim o surgimento de uma entidade para a preservação dos bens culturais a serem protegidos, bens esses de caráter material¹⁹. Assim, havia não apenas as discussões internacionais em debate, como também a noção trazida pelo Decreto nº 24.735 de 14 de julho de 1934 em que constava “a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras de artes tradicionais do país” (IPHAN, 1980, p.11). Tal regulamento que antes era conferido ao Museu Histórico Nacional para a proteção de objetos históricos e do patrimônio artístico, passa a ter força na Constituição de 1934, disposto pelo Capítulo II - Da Educação e Cultura

Art 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL,1934).

Nesse sentido que, com uma nova política para a preservação, um órgão teria de ser criado para que trabalhasse com esse referido patrimônio. Assim, Mário de Andrade elaborou um anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPAN a pedido do Ministro da Educação Gustavo Capanema, em 1936 (IPHAN, 1980). Mário de Andrade traria a noção da criação do órgão, como também um começo de uma política para inventariar “manifestações não tangíveis²⁰ e dinâmicas como cantos, lendas, superstições, medicina popular, culinária, dança etc” (AZEVEDO, 1987, p.82), mesmo que primariamente.

Decerto que, nos primeiros anos após a criação do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional – SPHAN (1937)²¹, o que seria considerado para se inventariar eram bens

¹⁹ Patrimônio Material de acordo com o Decreto-Lei 25/1937: “Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (BRASIL, 1937).

²⁰ Não tangível posterior, o que seria considerado nas políticas de Patrimônio de Natureza Imaterial: “dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas” Citação do sítio do Iphan. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em 15 mai. 2016, 12:26:19.

²¹ Atualmente denominado IPHAN pela Medida Provisória nº 752 de 06 de dezembro de 1994.O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN); em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN) e, em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN. (IPHAN, 2014, p. 5).

com características para se tombar²², e não que necessariamente seriam inventariados, mas que teriam apenas uma proteção legal, como afirma Fonseca

Essa dificuldade em conciliar inventário e proteção legal constitui, a meu ver, uma dupla face da condição do SPHAN, que se queria ao mesmo tempo instituição produtora de um saber especializado e serviço público. Ora, além da urgência de tombar, de proteger, temos que lembrar que os tombamentos são atos que têm maior visibilidade, são os atos performativos por excelência de uma prática de preservação. (FONSECA, 1998, p.36)

Ou seja, o caráter do tombamento seria muito mais essencial pela proteção do que para a identificação e realização de um inventário para aquele determinado bem, em que o órgão o realizaria pelas características estético-arquitetônicas, históricas e artísticas de forma excepcional, como relata Motta: “nos primeiros trinta anos do Iphan, restringiu essa tarefa ao registro da feição estético-estilística, dos bens de ‘flagrante valor’, com o objetivo de evitar sua demolição ou desabamento, indicado o tombamento em caráter de ‘emergência’” (MOTTA, SILVA, 1998, p. 15). Isso significa que de 1937 a 1967, o Iphan se apresentava com uma perspectiva de preservação, em que a população se responsabilizasse pelo seu patrimônio de forma conscientizadora para o reconhecimento e relevância de seu acervo cultural (SANTOS, 2000), ao qual o Poder Público elencava como importante para a preservação.

Todavia, já nos anos de 1960 a 1970, houve mudanças nas políticas de preservação, a partir das quais o tombamento começara a abranger conjuntos históricos urbanos, numa busca de desaceleração ao crescimento de novas edificações trazidas pelo crescimento urbano (ICOMOS-UNESCO, 1964). Essa noção trazida pela Carta de Veneza de 1964, resultante dos debates no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos – ICOMOS, tinha a conservação e restauração dos monumentos de maneira integral, mas também com uso social, tal qual “a conservação dos monumentos é sempre facilitada pela sua utilização para fins sociais úteis” (ICOMOS-UNESCO, 1964).

É possível notar que as políticas de preservação estavam se alterando, o contexto mundial do pós-guerra e as recomendações dos eventos sobre preservação, como os promovidos pelo Icomos-Unesco, traziam novas questões, não só sobre a proteção aos bens culturais, como também para a sua identificação e relação do bem com a população. No Brasil, a ideia de representação do nacional por um viés, passaria a ser ampliado posteriormente, como informa o Compromisso de Brasília em 1970, o qual subentendia que o Estado considerava a noção de

²² Tais como os bens móveis e imóveis, que de acordo com o Decreto-Lei 25/1937, são protegidos quando inscritos nos livros de tombo pertencentes às distintas categorias.

bens culturais como representativos da pátria e da identidade nacional brasileira, em que em demasiado se encontravam: os arquitetônicos, arqueológicos, paisagísticos e arquivísticos (SANTOS, 2000). Dessa forma, pode-se perceber que uma maior variedade de bens culturais começaria a ganhar destaque perante a classificação de bens identitários ditos nacionais. Ao que entraria numa recém-adquirida noção de referência cultural, com a valorização de outras tipologias de bens culturais que antes não estavam de acordo para serem preservadas.

No ano de 1975, ocorre a implantação do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, que de acordo com Fonseca

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e em sua relação com os contextos socioeconômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente àqueles bens que o IPHAN considerava fora de sua escala de valores. (FONSECA, 2000, p.116).

Até esse momento, bens culturais eram tratados por seu valor estético, artístico, estilístico ou de proteção para a preservação. Contudo, a ideia de valorização abarcaria novas categorias de bens culturais, não estando fixo ao patrimônio “‘pedra e cal’ ou a arte ‘segundo uma apreciação elitista’ mas as resultantes do ‘fazer popular’” (SANTOS, 2000, p. 39-40). Este fazer popular mencionado por Mário de Andrade, anteriormente ao SPHAN viria a receber especial atenção e proteção com o que décadas mais tarde se convencionou chamar de patrimônio imaterial. Importante mencionar nesse contexto que

os anos 1970 e 1980 como as “décadas de crise” do sistema, com predomínio da recessão e da estagnação da economia mundial. Décadas marcadas por um novo tipo de concorrência em termos globais que a ignorar as fronteiras nacionais. É possível afirmar que esse contexto deu margem ao fortalecimento de recortes identitários multifacetados, de clivagem religiosa, étnica, ideológica, de gênero, reconfigurando as perspectivas sobre uma identidade nacional. (HOBSBAWM apud CHUVA, 2017, p.78-79).

Compreendendo-se as primeiras políticas do Iphan, como a produção dos inventários do patrimônio cultural foi-se alterando em diferentes delineamentos. Nos anos de 1970 a 1980, os inventários começariam a ter uma diversificada sistematização, como descreve Motta e Silva

Somente na década de 1980, começam a surgir no IPHAN trabalhos de pesquisa, envolvendo o registro de bens não tombados. Estes trabalhos foram realizados por iniciativa das coordenações regionais, que no dia-a-dia, vivenciam de perto as limitações dos critérios de seleção, empregados pela instituição. Estando próximas dos acervos e das comunidades envolvidas, as regionais sentiram necessidade de responder às novas demandas em relação à proteção de “outros patrimônios” ainda não reconhecidos, recorrendo ao

registro de suas características como forma de demonstrar seu valor. Nesses inventários foram empregados métodos e recortes temáticos diferentes, produzindo um acúmulo significativo de informações sobre os bens culturais, com fotos, desenhos das edificações, mapas, plantas cadastrais, informações bibliográficas e arquivísticas e dados sócio econômicos. Além da grande diversidade de métodos, verificou-se, nas pesquisas, a tendência de abordar num mesmo inventário diversos tipos de bens – móveis, imóveis fazeres culturais etc. (MOTTA, SILVA, 1998, p.17).

Nessa análise realizada nos anos 80 pela equipe do Departamento de Identificação e Documentação – DID (Iphan), a pesquisa identificou 51 propostas de inventários, sendo que 37 explicitavam seus objetos de investigação. Desses 37 propostas, 10 destinavam-se aos bens culturais em geral, 4 aos para bens naturais e as demais se encaixavam em conjuntos urbanos e edificações (MOTTA, SILVA, 1998). Isso mostra que o parâmetro, ainda se concentrava em conjuntos históricos urbanos e edificações, porém já estaria começando a atender a uma nova demanda de identificação do patrimônio cultural (MOTTA, SILVA, 1998). Assim, pode-se perceber que não havia uma política de inventários no Iphan, mas esse começo de pesquisa sobre os inventários já se constitui um avanço para uma futura política tanto para os inventários de conhecimento dos patrimônios existentes, quanto para os inventários de identificação para valoração.

Já nos anos de 1990, ocorreu o Encontro de Inventários de Conhecimento, que discutiu sobre a experiência pioneira do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia - Ipac-Bahia, realizado em 1975, e publicado como “Monumentos do Município de Salvador”. A realização deste inventário que teve como base a metodologia do Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu – IPCE, utilizou-se das fichas para imóveis e as de sítios. Contudo, houve a criação de uma metodologia de avaliação de estado de conservação que não estaria incluso no IPCE (AZEVEDO, 1998). O levantamento realizado pelo Ipac-Bahia inventariou os monumentos arquitetônicos “importantes” de Salvador, catalogando os bens imóveis e seus sítios fazendo a descrição sumária de alguns bens móveis (*idem*). Neste mesmo período foi também realizado em Salvador o “I encontro sobre inventários de proteção do patrimônio cultural”, cuja intenção seria criar um inventário nacional unificado (*ibidem*). Porém, não houve um consenso entre os estados, comprometendo o êxito da proposta inicial. Assim, no que tange as considerações do inventário Ipac – Bahia

A própria realização do inventário é um momento de discussão com lideranças locais e proprietários sobre o valor cultural de seus bens. [...] Há outros efeitos menos visíveis mas igualmente importantes de um inventário, como a divulgação para o grande público. [...] Um segundo efeito dos inventários é o conhecimento sistemático e aprofundado do patrimônio edificado. [...] O outro efeito do inventário é de caráter legitimador de valores culturais não reconhecidos oficialmente. (AZEVEDO, 1998, 71-72).

A realização deste inventário trouxe discussões importantes no que concerne à relação entre técnicos e proprietários, na sistematização do inventário em ser um procedimento para o conhecimento e estudo de algumas edificações que não estariam tombadas. Isso mostra um avanço na construção dos inventários e na própria política do Iphan, pois mesmo que ainda focasse no patrimônio arquitetônico edificado e sítios urbanos, começara a trazer novas questões para o campo. Conforme avalia Lerner

O trabalho do Ipac – Bahia serviu de modelo e foi objeto de muitas discussões críticas importantes por parte dos profissionais da área. Distinguia-se dos demais trabalhos realizados naquela ocasião pela sua modernidade na utilização de técnicas de inventariação e computação, pela riqueza das informações levantadas, pela qualidade de sua impressão e mais adiante, pela continuidade conquistada com o esforço do grupo envolvido no projeto. (LERNER, 1998, p. 82).

Após este inventário surgiram novas metodologias como a utilizada pelo inventário Ipac – Bahia e inovadoras propostas e experimentos de procedimentos de inventários, algumas das quais irão ser tratadas adiante, para que possibilite pensar acerca da participação social nas ações de inventariação do patrimônio cultural.

2.2 Os inventários e suas metodologias: Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI e Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos Tombados – INBI/SU

Realizado entre os anos de 1983 a 1986, o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados – INBMI, “constituiu um primeiro passo no conhecimento do acervo de bens móveis e integrados do país, aplicado à arquitetura religiosa” (PEREIRA, 2015, p. 41), com o objetivo de proteção a acervos internos às edificações religiosas. Silva explica sua criação da seguinte forma

Quando o tombamento dos templos religiosos foi estendido ao seu acervo móvel e integrado, o ato de proteção preventivo não selecionava o acervo a ser acautelado, carecendo, para isso, de um mínimo arrolamento dos bens passíveis de fiscalização. A resolução deu o impulso para se a consolidação do primeiro projeto nacional de inventário, o INBMI. (SILVA, 2014, p.79)

Aqui, pode-se fazer uma referência ao Ipac – Bahia, que fez uma descrição sumária dos bens móveis, pois não havia uma metodologia específica para o tratamento de bens móveis e integrados. Dessa forma, o INBMI deu origem em 1986 ao “Programa de Inventários de Bens Móveis e Integrados” que em uma parceria entre IPHAN e a Fundação Vitae, tinha o objetivo

de fazer um inventário do acervo para a identificação

de uma razoável diversidade de objetos da cultura material, portadores de diferentes valores patrimoniais: histórico, de antiguidade, artístico, rememorativo intencional, social, de uso, simbólico. Abrange uma grande quantidade de peças pertencentes a diferentes categorias de bens móveis e integrados, em uso ou não, que vão desde a pintura e a escultura, elementos arquitetônicos, objetos de culto e indumentária, peças de mobiliário, acessórios de mesa e objetos de iluminação, litúrgicos ou não, até fragmentos remanescentes de peças antigas, que, embora desagregados, são parte importante da história do monumento ou da comunidade religiosa que o habita (RIBEIRO, SILVA, 2010, p.84).

Ou seja, o INBMI faz a catalogação dos bens que estão inseridos dentro dos templos religiosos. Pode-se até ter uma certa semelhança com a documentação museológica, em que mesmo que o acervo não seja musealizado os bens culturais são inventariados como parte constituinte daquele local.

Diferentemente dos inventários realizados pelo Ipac – Bahia, o Manual de Aplicação INBMI acrescentaria informações históricas, iconográficas (SILVA, 2014). Contudo, de acordo com Silva, o INBMI “surgiu apenas como um instrumento descritivo, pouco analítico, para formalizar uma relação de bens móveis protegidos, estabelecendo, assim, um procedimento que auxiliaria na gestão daqueles bens já protegidos” (SILVA, 2014, p. 82). Nesse viés que, apesar do INBMI ter sido o inventário de maior aplicação pelo Iphan, houve a dificuldade de gestão e catalogação de tal acervo, pois a metodologia se faria muito mais como obrigatoriedade do que como um projeto eficaz de identificação e conhecimento (SILVA, 2014).

Já no fim dos anos 80, os inventários passariam a contar com novas percepções. As discussões que já eram realizadas pela museologia, como na Mesa Redonda de Santiago - Chile, debatia o papel social dos museus. Na área da preservação do patrimônio cultural, a Carta de Petrópolis de 1987, originada no 1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, propunha que a produção do inventário com a participação da comunidade proporcionaria “não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas, também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio” (PETRÓPOLIS, 1987).

Assim, linearmente à Carta de Petrópolis um marco da legislação federal brasileira fora implementado, com a ampliação da noção de referência cultural, principalmente pelo trecho acrescido pela Constituição Federal - CF de 1988, que em seu artigo 216, traria também uma certa percepção de patrimônio imaterial

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em

conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- (BRASIL, 1988).

Os futuros inventários se utilizariam das noções trazidas pela Constituição, sobretudo ao primeiro parágrafo deste artigo da CF: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988), promovendo não só políticas colaborativas, como também modificando a perspectiva da promoção e proteção.

Visando abarcar uma nova metodologia com visão ampliada aos conjuntos urbanos e desenvolvida no final dos anos 80, o Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI/SU fora elaborado “para apoiar as ações de conservação, restauração, promoção e gestão do patrimônio urbano tombado” (IPHAN, 2001, p.12). Essa metodologia de inventário não seria apenas para preservar o que era tombado, mas além disso, os monumentos passariam a ser considerados como objetos de pesquisa. Como descreve Silva citando Motta, tal inventário partia do conceito de cidade-documento, ou seja; os bens culturais, chamados por Motta de “objetos culturais” seriam fontes de história e conhecimento (SILVA *apud* MOTTA, 2014). Não obstante,

O INBI-SU partia do princípio de que o conjunto urbano era lugar de acumulação de vestígios culturais, e por isso, se convertiam em documentos vivos da trajetória dos povos. Dessa forma, a metodologia pretendia valorizar a configuração física dessas áreas como linguagem capaz de comunicar as populações dos presentes e do futuro as características do patrimônio socialmente produzido (SILVA, 2014, p.84).

Por esse motivo, essa metodologia de inventário era uma documentação da história enquanto memória social e não apenas uma preservação do suporte em si, por características estilísticas/artísticas. E foi com tal perspectiva que, no final dos anos 90, o INBI/SU faria parte do Programa Monumenta²³, primeiro visando na realização detalhada do inventário para

²³ O Monumenta foi um Programa do Ministério da Cultura com parceria do IPHAN, de acordo com o sítio do Iphan o Programa visa promover “obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos”. (IPHAN,

posterior conservação das edificações e conjuntos urbanos inclusos no programa. Assim, a metodologia apresentava três momentos: “a pesquisa histórica, o levantamento físico-arquitetônico e as entrevistas com moradores e usuários” (MARTINS, 2015, p.69). De maneira que a pesquisa histórica seria realizada pelo mapeamento de fontes bibliográficas e arquivísticas; já o levantamento físico-arquitetônico seria feito pela equipe técnica de arquitetura e estagiários que fariam o mapeamento das plantas, mapas e fotografias; como também haveria a realização de entrevistas com os moradores visando o levantamento do perfil das pessoas que moravam ou trabalhavam nos centros históricos (MARTINS, 2015). Nesse sentido, pode-se dizer que

O INBI-SU traz, portanto, duas frentes de rompimento do habitus da prática do IPHAN: primeiro a compreensão do inventário para a além da descrição do bem, envolvendo um conhecimento mais amplo e participativo; e a proposta de elaborar uma metodologia que torna-se a produção do conhecimento uma prática institucional difundida entre os técnicos da casa, enfrentando o sofisma do conhecimento, de modo que a informação ou melhor, o modo de produção do conhecimento deixasse de ser um saber exclusivo de um grupo seletivo de especialista como uma forma de capital social, para ser uma rotina comum ao trabalho da preservação e, portanto, acessível a todos. (SILVA, 2014, p. 86-87).

Desse contexto, além de trazer uma certa ruptura do modo de inventariar do Iphan havia também a participação de não apenas técnicos na produção dos inventários, uma consulta a população ainda de forma acanhada. Pode-se dizer que a comunidade como participante junto aos técnicos, promove uma inclusão de saberes não somente especializados o que aproximaria da posterior metodologia proposta pelo “Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC”.

2.3 O Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC

Em 1997, a Carta de Fortaleza, produto do Seminário Internacional “Patrimônio Imaterial: estratégias e Formas de Proteção” fomentado pelo Iphan, resultou em aprofundamentos promovidos pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial - GTPI²⁴. A Carta trazia que o Iphan desenvolvesse o conceito de bem cultural de natureza imaterial e criasse instrumentos legais e administrativos visando a sua identificação, promoção e fomento para a

200[?]).

²⁴ Grupo de Trabalho que reuniu Iphan, Funarte (Fundação Nacional de Arte) e MinC (Ministério da Cultura) com objetivo de “caracterizar o estágio atual da discussão sobre a proteção ao patrimônio imaterial no Brasil e no exterior, identificar as formas de apoio e valorização mais recomendadas e os principais problemas que ocorrem nessa área de atuação”. (IPHAN, 2006, p.16).

sua preservação (FORTALEZA, 1997). Tal apontamento decorre na criação de uma Comissão de Pesquisa, em 1998, visando a regulamentação sobre a proteção do patrimônio imaterial (IPHAN, 2006).

Nessa Comissão, de acordo com Sant'Anna, o debate estava em torno da expressão que melhor definisse o “patrimônio imaterial”, “sendo as mais consagradas patrimônio intangível, patrimônio imaterial, cultura tradicional e popular e, mais recentemente, patrimônio oral” (IPHAN, 2006, p.17), pois não poderia ser um termo que caracterizasse o oposto de patrimônio material e nem que diminuísse a importância de determinados patrimônios imateriais, como os produtos finais dos processos de criação: a exemplo as festas, danças entre outros (IPHAN, 2006). O principal ponto crítico era que tais expressões não abrangessem “toda a complexidade do objeto que pretendem definir” (IPHAN, 2006, p.17). Assim, a Comissão de Pesquisa e o GTPI optaram pela classificação que já estava no artigo 216 da Constituição (IPHAN, 2006). Pois, além de tal discussão, estaria a preocupação com os usos indevidos dos patrimônios imateriais, como a apropriação cultural pela mídia, economia e comércio se relacionando diretamente com a questão dos direitos intelectuais e autorais (IPHAN, 2006). Nesse sentido, decidiram que apesar das questões problemáticas, o principal foco seria o “trabalho de identificação, inventário, registro e reconhecimento do patrimônio imaterial” (IPHAN, 2006, p. 18) como prioridade e assim, deram início as questões legais de acautelamento.

É consenso, entre profissionais da cultura, que o patrimônio imaterial não é o oposto do material, visto que estão interligados, porém exige instrumento legal diferencial, diante dos limites apresentados pelo instrumento do tombamento. Pois, o que prevalece é o conhecimento e a tradição, podendo-se até fazer uma conexão com o propósito do INBI-SU, mas com as ressalvas de conservação e do tipo de proteção. Nesse sentido, diferentemente das características do Tombamento, criou-se o Registro como um

instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. Mais do que uma inscrição em Livro público ou ato de outorga de um título, o registro corresponderá à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural. Equivaler a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público, mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais, pois esta é a única maneira possível de preservá-los”. (IPHAN, 2006, p. 19-20).

Assim, para a regulamentação do registro, um decreto presidencial foi considerado para proposta de acautelamento, pois ele não restringe acerca das problemáticas citadas, nem cria obrigações para outros entes do poder público (IPHAN, 2006). Dessa forma, em 17 de maio de 2000, foi encaminhada uma redação oficial ao Presidente da República Dr. Fernando Henrique

Cardoso, com a exposição de motivos solicitando o Decreto. Em 4 de agosto de 2000, o Decreto 3.551 fora publicado, em que ficou instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e de seus livros de Registro: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Há de se observar que, um ano antes deste Decreto entrar em vigor, o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, se formava, também por meio das discussões do GTPI, do DID (1995), das noções trazidas pela Constituição (1988) e pela Carta de Fortaleza (1997) (IPHAN, 2000). Assim, em 1999, sob uma equipe contratada pelo Iphan e coordenada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes, a metodologia do INRC começara a ser formulada (MORAIS et al, 2015).

O INRC, instrumento de identificação e levantamento de referências culturais, teve a sua primeira experiência no Museu Aberto do Descobrimento – MADE (Bahia). Nesse período houve o aprimoramento do conceito do Inventário (IPHAN, 2000), para além do que até então seria proposto pelo órgão. Para um maior entendimento sobre a metodologia, os técnicos do Iphan, os antropólogos Sara Santos Moraes e Rodrigo Martins Ramassote, realizaram uma entrevista com Arantes. Nesse diálogo, questionaram se o INRC foi inspirado no INBI/MI e no INBI-SU, que por sua vez, responde que inicialmente se baseou na experiência destes inventários, porém, não havia como ter uma base, pois faltavam categorias a serem analisadas, à exemplo o conceito de lugar (MORAIS et al, 2015). Arantes descreve que mesmo com o esforço da equipe do DID/IPHAN, “não havia instrumentos que permitissem a elaboração de um inventário dessa natureza” (MORAIS et al, 2015, p. 234). Pode-se inferir que o INRC por trabalhar com diversidade de patrimônios, como com os bens culturais de qualquer natureza, possui uma metodologia distinta. Isso significa que mesmo que a visão do INBI-SU a época considerasse edificações e sítios urbanos como levantamento de informações e conhecimento de vivência histórica, o INRC traria questões menos físicas e mais sociais pelos detentores. Assim, de acordo com Arantes

A metodologia do INRC propõe uma abordagem de natureza etnográfica de temas recorrentes em diversas regiões, mas que adota enquadramentos padronizados a fim de possibilitar a construção de resultados comparáveis. O equilíbrio entre uma relativa flexibilidade do instrumento de observação – em termos das especificidades das realidades locais – e a possibilidade de produzir resultados comparáveis é um requisito necessário dessa metodologia, uma vez que ela deve ser aplicável a populações muito distintas, vivendo nas diversas regiões do país. (MORAIS et al, 2015, p. 237)

Arantes se preocupava com questões etnográficas, entre elas, como seria a seleção e a exclusão dos bens culturais nos inventários, o que se tornaram tópicos essenciais para a

elaboração de tal instrumento, como se refere no seguinte transcrito

Como lidar com o que é excluído nesses levantamentos? Essa era uma grande dificuldade. Dessa negociação entre o desejo de conhecer o máximo possível sobre a realidade em relação à qual o Iphan deveria desenvolver ações de salvaguarda – ainda não estando claro que ações seriam estas – e os limites próprios de um instrumento de observação que pudesse ser utilizado em todo o país, é que resultou a proposta metodológica para o INRC. (MORAIS et al, 2015, p. 238)

Entre tais discussões, o antropólogo entrevistado afirma que o INRC não seria um Manual de Etnografia, mas sim um inventário que utilizaria a inspiração do método da pesquisa etnográfica e passaria a ser composto por formulários que tivessem instruções claras de preenchimento e que fosse coordenado por pesquisadores para identificação das referências culturais (MORAIS et al, 2015). Dessa forma, os inventários do INRC passariam a fazer uma varredura com foco territorial ou temático, estando relacionado ao contexto local de espaço de vida das pessoas ou com as expressões culturais específicas dos grupos (MORAIS et al, 2015).

Percebe-se que a proposta sobre o INRC teria muito mais o foco territorial do que os inventários serem divididos por temas, isto significa que para Arantes, os inventários foram se tornando temáticos visando ser um precursor para o Registro. Contudo, ao ser questionado sobre os inventários serem um ato antecessor para os processos de salvaguarda como o Registro e se implicaria em privilégios a certos grupos sociais, Arantes afirma que se os inventários são uma reunião de informações, o que importaria é o apoio e a continuidade da prática por parte de seus detentores (MORAIS et al, 2015). Então, não é a seleção de determinada prática pertencente à um tema a ser salvaguardado e sim a continuidade de uma prática, não se comparando com outras.

Essa perspectiva apresenta uma problemática, pois tem-se visto que essa ação de preservação eventualmente gera discórdia entre grupos sociais, sobre um determinado grupo ser reconhecido pelo Iphan por suas práticas culturais e o outro não. Não que diretamente o bem registrado tenha relação com o bem inventariado, porém se um inventário é realizado, talvez ele possa fazer um levantamento completo da região, para evitar tais tipos de situações. Como cita Arantes

O inventário pode ser útil como diagnóstico. Se for assim, no caso do Brasil, seria necessária uma reformulação de toda a abordagem, e a construção de um instrumento mais leve, que permitisse identificar elementos que necessitem de salvaguarda e fornecesse pistas de como fazê-lo O INRC foi pensado quando não havia nada além de um decreto vago, ideias esboçadas a partir da experiência anterior do CNRC, algumas tentativas, mas nada que explicitasse claramente os objetivos e limites dessa política. [...] O INRC ajudou a construir essa realidade; foi um passo na construção dessa política que avançou muito, nacional e internacionalmente. Mas, perante as demandas

atuais, ele ficou um pouco inadequado. Por isso penso que está na hora de criar uma versão 2.0. (MORAIS et al, 2015, p. 253)

Sobre a metodologia, o INRC se propõe à identificação e documentação de bens culturais da diversidade brasileira (IPHAN, 2000). Ainda que seja de grande parte voltada ao patrimônio imaterial, também abarca o material. As primeiras categorias propostas pelo GTPI, para o INRC, foram imateriais

1. **Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. **Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. **Linguagens** musicais, iconográficas e performáticas;
4. **Espaços** em que se produzem as práticas culturais. (IPHAN, 2000, p. 23).

Entretanto, por experiências com os bens culturais inventariados, considerou-se outras categorias para a metodologia oficial do INRC. Nas quais dividiram-se em Celebrações, Formas de expressão, Ofícios e Modos de fazer, Edificações e Lugares.

Assim, a metodologia do INRC, conforme seu Manual de Aplicação, ficou definida em:

- **Levantamento Preliminar**: Após a formação da equipe técnica especializada com os formulários impressos (fichas de identificação, questionário e fichas de campo), é realizado o levantamento preliminar. Tal levantamento consiste na delimitação das regiões a serem inventariadas, após isso é realizada a pesquisa em fontes secundárias e documentos oficiais, como também trabalho de campo dos pesquisadores visando entrevistar as pessoas que vivem na realidade local. Neste período, os bens devem ser selecionados de acordo com a comunidade e incluídos nas respectivas categorias e fichas. (IPHAN, 2000).
- **Identificação**: A identificação é realizada pela descrição das informações dos bens com suas práticas relevantes. Nesse momento, as pessoas do levantamento preliminar são entrevistadas, os formulários são preenchidos e registros fotográficos são feitos. (Idem).
- **Documentação**: A documentação é feita pela equipe técnica especializada com a observação direta ao bem a ser inventariado com o seu contexto social. Nessa situação, ocorre a produção audiovisual. (Ibidem).

Há de se notar que o Manual de Aplicação possui as seguintes fichas, (IPHAN, 2000):

- Ficha de Identificação do Sítio: Apresenta a abertura do relatório, os resultados do inventário, a bibliografia, os registros audiovisuais e mapas;
- Ficha de Identificação de Localidade: Quando há subdivisão por localidades,

apresentam-se fichas de identificação constando os registros audiovisuais, os bens inventariados e os contatos.

Ficha das Categorias (IPHAN, 2000):

- ❖ Celebrações: Ritos e festividades associados à religião, civilidade entre outros;
- ❖ Formas de expressão: Formas não linguísticas de comunicação desenvolvidas por atores sociais e reconhecidos pela comunidade;
- ❖ Ofícios e Modos de fazer: Matérias primas e técnicas desenvolvidas por um ou mais especialistas reconhecidos pelo grupo social;
- ❖ Edificações: Significação pela memória e história à um bem material arquitetônico ou artístico, reconhecidos pela comunidade;
- ❖ Lugares: Espaços considerados importantes para a população.

Assim, além do inventário ser aplicado por meio de uma pesquisa densa aos bens inventariados, o seu produto final ganha forma de um processo administrativo do Governo Federal. Sendo que os Inventários realizados também são divulgados para a população, como exemplo as publicações: “Inventário Nacional de Referências Culturais de Terreiros do Distrito Federal e Entorno” (2012) e o “INRC do Vale do Amanhecer” (2010); os Dossiês sobre as pesquisas que deram origem a alguns bens culturais salvaguardados por meio do Registro após à realização de INRC’s, tais como: o “Modo de Fazer a Viola de Cocho” (2004), o “Círio de Nossa Senhora de Nazaré” (2006), a “Feira de Caruaru” (2006), a “Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira” (2014), “Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis” (2017), entre outros. Além ainda que o INRC propõe a “devolução dos resultados produzidos, submetendo-o à crítica da população envolvida e enriquecendo-o com as suas contribuições”. (IPHAN, 2000, p.24).

2.3.1 Revisão do INRC

No ano de 2016, o INRC passaria pelo processo de revisão de sua metodologia e manual de aplicação. O Grupo de Trabalho para Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais – GT – INRC (2016-2019), instituído pela Portaria nº 283, de 15 de julho de 2016 e organizado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI, propôs que a revisão da metodologia fosse feita com questões essenciais a serem tratadas, algo que Arantes já chamara de uma versão INRC 2.0 (MORAIS, et al, 2015), que seria colocado à luz das discussões pelos técnicos do Iphan.

Em meados de 2016, o GT começara as discussões. Nesse período, a CEDUC foi convidada a participar das reuniões, como forma de contribuição para uma nova versão do INRC. Como era de interesse da mestranda para a realização de tal pesquisa, a aluna participou de muitas das reuniões ocorridas. Assim, o DPI compartilhou arquivos internos contendo documentos textuais com informações referentes às questões discutidas pelo Grupo de Trabalho. Em um dos documentos, Ata de registro de reunião, a Coordenadora Geral de Identificação e Registro, Mônica Silvestrin, à época descreveu que a avaliação do INRC era uma diretriz da política desde a implantação da metodologia e que o foco seria atualizar e melhorar tal instrumento de identificação, de forma que o DPI fizesse uma nova publicação inspirada no Inventário Nacional da Diversidade Linguística - INDL²⁵, além das principais questões debatidas, em que

a identificação como parte de um macroprocesso de salvaguarda; a necessidade de que essa avaliação corresponda ao futuro desenvolvimento de um sistema ou a atualizações do SICG/MAPI²⁶; questões sobre a identificação de conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e questões ligadas à nova lei da biodiversidade (Lei 13.123/2015 e o Decreto que a regulamenta, Dec. 8.772/2016) e ao Fundo de Repartição de Benefícios constantes neste marco legal; estratégias para garantir o sigilo de informações levantadas no âmbito do INRC; elaboração e reflexão sobre novas orientações para o acompanhamento de INRCs realizados por outras instituições; reflexão sobre a fundamentação teórica e metodológica do INRC; questões sobre georreferenciamento (ATA IPHAN, 2016, p.2).

Ou seja, pode-se perceber que as principais questões discutidas são relacionadas à participação dos grupos sociais no processo de inventariar. Entre as ponderações feitas pelo GT, constatou que a pesquisa realizada pelas equipes contratadas para se fazer o INRC, devem não só ser de cunho crítico como também ter um maior diálogo com a sociedade. A preocupação se faria também com a noção de identidade coletiva, para não tentar homogeneizar os grupos sociais. Do mesmo modo, ponderou-se pensar nas seleções dos bens culturais de acordo com o que as comunidades se relacionam e seus pertencimentos conectados às suas práticas sociais cotidianas.

O GT buscou levantar questões que ao longo dos anos de aplicação do INRC foram se

²⁵ O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é um instrumento oficial que possui o objetivo de reconhecer línguas como referência cultural “o INDL deve permitir o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira (art. 4º). Ou seja, para que uma língua seja incluída no Inventário, é necessário, antes de tudo, produzir conhecimento sobre ela, documentar seus usos e realizar um diagnóstico sobre as suas condições de vitalidade” (IPHAN, 2016, p. 15).

²⁶ O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG é uma rede de georreferenciação com objetivo na proteção do Patrimônio Cultural do Brasil, “possibilitando a gestores, pesquisadores e todos os interessados sobre o tema, no Brasil e no Mundo, a trocarem informações, incluindo dados técnicos, socioeconômicos e geográficos, levantamento histórico, legislação federal e local, tudo segmentado por categoria e natureza do bem” (IPHAN, 2014).

modificando, até mesmo o questionamento sobre por que os INRC's foram tomando um rumo mais para o patrimônio imaterial como uma forma também de anteceder aos processos de Registro. Assim, por este motivo, organizou-se tal construção para discussão em subgrupos com técnicos de diversos estados presentes por videoconferência, buscando em algumas reuniões debater sobre textos acadêmicos de cunho antropológico, político e patrimonial. Dividindo-se, dessa maneira em

Subgrupo 1: Análise dos produtos dos consultores contratados via Prodoc da Coide/CGIR/DPI e sistematização das Notas Técnicas dos INRC's; Subgrupo 2: Revisitar aspectos teóricos envolvidos no INRC e propor análise de conceitos chave: sítio, território, comunidade etc; Subgrupo 3: Análise sobre as metodologias de inventários no mundo; Subgrupo 4: Análise de INRC's (ATA IPHAN, 2016, p.1).

Após tais divisões, pretendeu-se revisar as etapas da metodologia do INRC e assim propor um documento técnico final para posterior publicação (ATA IPHAN, 2016). Como resultado de todo processo de discussão, fora elaborado relatório final, em março de 2019, com a consolidação dos debates, em que uma das priorizações fora “interações e construir relações com as comunidades beneficiárias das ações de identificação de forma a promover uma participação efetiva dos grupos sociais nas tomadas de decisão relativas às ações da política patrimonial”. (IPHAN, 2019, p.26).

Pode-se perceber, que o GT-INRC trouxe questões antes ressaltadas pelo GTPI. Decerto que as indagações apontadas levaram para uma nova perspectiva sobre o que o Iphan deseja com a política de identificação, e como a documentação se fará mais efetiva relacionando-se com a participação social. Nesse sentido é que também a discussão erguida pela Ceduc, como participante do GT, proporcionou um certo levantamento crítico sobre a perspectiva da educação nos inventários e o diálogo com outras metodologias como exemplo os Inventários Participativos.

2.4 Inventários Participativos – Iphan²⁷

2.4.1 O Inventário Pedagógico

Como visto anteriormente, no que tange às distintas metodologias de inventários e baseando-se no INRC é produzido o Inventário Pedagógico para o Programa Mais Educação. Em 2007, o Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, com

²⁷ Para esta dissertação, entende-se como Inventários Participativos Iphan, o Inventário do Programa Mais Educação e o Manual de Aplicação da publicação: “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”.

o objetivo de constituir “uma estratégia do governo federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral” (IPHAN, 2014, p.33). Em observação a tal ação como uma oportunidade de construção de uma metodologia participativa e inclusiva, começara o diálogo entre a Coordenação de Educação Patrimonial - CEDUC (IPHAN) e a Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania – DEDHUC (Ministério da Educação – MEC), como uma forma de aproximação entre as políticas de Educação por ambos os órgãos. Entretanto, por reestruturações ocorridas no MEC, o Programa Mais Educação foi deslocado para a Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica – DCOCEB, e a parceria entre IPHAN e MEC só seria retomada em 2010²⁸. Assim, por meio do Ofício nº 043/2010/DAF/IPHAN, a CEDUC direcionou uma proposta ao MEC, para que a obtivesse parceria na “produção de um material de apoio ao professor para o desenvolvimento de práticas voltadas à sensibilização dos estudantes para valorização e preservação do patrimônio cultural” (OFÍCIO IPHAN, 2010, p.1). Tal material tinha a proposta de o professor trabalhar com os estudantes em sala de aula, trazendo a noção de patrimônio cultural, para que esses jovens pudessem inventariar os bens que achassem pertencentes. Assim, para o auxílio ao professor, o Programa distribuiu *kits* para o trabalho em classe, como câmeras e gravadores para que os alunos pudessem gravar suas experiências (BRASIL, 2013).

No ano de 2011, a Educação Patrimonial passaria a integrar-se ao macrocampo “Cultura e Artes” do Programa Mais Educação. Como uma atividade para o Programa, a Ceduc pensou em “uma proposta que possibilitasse um mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar” (IPHAN, 2014, p. 33). O Inventário Pedagógico surge em 2013 para o uso das escolas do ensino público. Inspirado no INRC, seu objetivo não era ser um inventário de identificação para a salvaguarda, mas uma atividade de Educação Patrimonial que possibilitasse a identificação de bens culturais elencados por alunos das escolas públicas, com auxílio de monitores e professores. Assim, a proposta de inventário seria

uma atividade de educação patrimonial, portanto, seu objetivo é construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas. Um dos objetivos do inventário é fazer com que diferentes grupos e gerações se conheçam e compreendam melhor uns aos outros, promovendo o respeito peladiferença e

²⁸ Minuta de Elaboração de Ofício para o MEC, disponível no Arquivo Digital da Coordenação de Educação Patrimonial.

a importância da pluralidade. (IPHAN, 2013, p. 6)

Buscou-se utilizar uma metodologia “que possibilitasse um mapeamento inicial das referências culturais e potencialidades educativas que estão imersas na realidade escolar – um inventário pedagógico do patrimônio local” (IPHAN, 2014, p.33). Dessa maneira, para a realização do mapeamento, foram produzidos um Fascículo e um Manual de Aplicação. No fascículo, são explicitados didaticamente os conceitos teóricos do Programa Mais Educação, de Educação Patrimonial, sobre o que são Referências Culturais, o que são Inventários e suas categorias. Já no Manual de Aplicação consta sobre a sua metodologia com tais conceitos e a sua ferramenta prática. Capas dos materiais:

Educação Patrimonial



Programa Mais Educação

Educação Patrimonial



Manual de Aplicação
Programa Mais Educação

Figura 1. Fascículo do Programa Mais Educação. **Fonte:** Portal do Ministério da Educação.

Figura 2. Manual de Aplicação. **Fonte:** Portal do Ministério da Educação.

Pode-se perceber que tanto o fascículo, quanto o manual de aplicação trazem imagens representativas de patrimônios culturais imateriais reconhecidos pelo Iphan. Isso pode levar a uma questão de como o inventário pedagógico tenta se aproximar das políticas de salvaguarda implantadas pelo órgão. Pois como visto, o INRC foi adotando uma temática imaterial. Nessa perspectiva, indaga-se se o inventário pedagógico poderia ser uma proposta de inventariar a vivência de práticas imateriais pertencentes aos alunos dos ensinos médio, os quais, contribuíram para tal atividade extra curricular, compartilhando suas memórias afetivas e seus espaços de convivência entre familiares e amigos.

Noutro viés, cabe ressaltar que o Inventário Pedagógico também traz o conceito de

Espaço Educativo, o qual, se configura como “todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente” (FARIA, 2010, p.25). Ou seja, todo espaço pode se tornar educativo se houver apropriação da comunidade em suas práticas cotidianas (FARIA, 2010). Esta concepção pode se remeter ao conceito de espaço proposto por Arantes para o INRC, como sendo “espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas” (IPHAN, 2000, p.32). Ao que pode ser uma ideia de que a identificação das referências culturais também pode ser feita em diferentes tipos de espaços, como exemplo nas escolas.

Retomando a atividade didática, a escola que aderisse a proposta de Educação Patrimonial receberia recursos para a elaboração do inventário. Esses recursos seriam, o *kit* anteriormente proposto pelo Ofício nº43, compostos por

05 máquinas fotográficas com a função filmagem; 05 gravadores de áudio digital (MP3); HD externo; tripé de câmera; as fichas para o inventário impressas e reunidas em fichários, segundo modelo utilizado pelos técnicos do Iphan/MinC em seus inventários; cartucho colorido de impressora ou apoio para serviço de impressão; R\$ 1.000,00 (mil reais) como apoio para as saídas de campo; R\$ 700,00 (setecentos reais) para produzir exposições, encontros, rodas de memória, mostras de filmes, e outros a partir dos resultados do inventário. (IPHAN, 2013, p.12)

As turmas que fizessem parte do programa, poderiam documentar suas experiências e anexá-las aos inventários. A metodologia de pesquisa se iniciava com os recursos repassados à escola ou não²⁹ e o Inventário, assim, começava a ser produzido. A pesquisa, por sua vez, começava primeiramente com as leituras: em livros, revistas, jornais, e em visitas a museus, bibliotecas etc. Posteriormente realizariam visitas de campo, sobre o caso que iriam estudar. Nestas saídas técnicas, os alunos poderiam entrevistar pessoas, realizar filmagens, tirar fotos e utilizar diversos outros recursos para a documentação. A sistematização dos conteúdos adquiridos, conforme o Manual de Aplicação do Inventário, se faria por meio das fichas das categorias, documentando os patrimônios escolhidos pelos alunos. Essas fichas foram baseadas nos instrumentos de identificação do Iphan, majoritariamente do INRC (Celebracões, Formas de expressão, Ofícios e Modos de fazer, Edificações e Lugares), sendo que o Inventário Pedagógico possui as seguintes fichas: Lugares, Objetos, Celebracões, Formas de Expressão e Saberes. Constituindo também de: Ficha do projeto, parecida com a Ficha de Identificação

²⁹ Essa situação pode ser levantada, por meio da análise realizada pela a mestrandona primeiro produto das práticas supervisionadas. Em que, ao entrar em contato com algumas das escolas, as mesmas questionavam que não haviam recebido o repasse dos materiais.

(INRC); Ficha de Território semelhante a ficha de Localidade (INRC); Ficha das Fontes que foram pesquisadas; Ficha para inserção de Imagens e Ficha com o Roteiro das Entrevistas. Após todo esse processo de inventário, o seu produto final era divulgado em sites da internet, selecionados pelas escolas (IPHAN, 2013).

Pode-se dizer que as escolas que optaram por essa atividade, fora enriquecedor para o conhecimento, formação e memória afetiva dos estudantes. No entanto, a continuidade das ações foram comprometidas pelos não repasses do MEC junto as escolas. O que levou a CEDUC a questionar sobre a possível descontinuidade da atividade de Educação Patrimonial no âmbito da educação formal. Algo que posteriormente, por meio de debates e discussões, iniciou-se um caminho para a construção da publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos” (2016) com a ampliação dessa atividade para demais contextos.

2.4.2 O Inventário Participativo

O Inventário Participativo, como adaptação do Inventário Pedagógico, teve como objetivo o uso da metodologia de maneira que não a vinculasse apenas às escolas. Mesmo que o Inventário Pedagógico fosse de livre acesso, questionamentos eram direcionados à Ceduc, tais como: “Eu posso usar esse inventário na minha comunidade?”, “A publicação pode ser usada no projeto do meu bairro?” ou “Quero inventariar os objetos da minha casa, posso?”. Assim, com o objetivo de atender as demandas dos grupos sociais e deixar claro que a publicação seria de livre acesso como uma atividade de educação patrimonial, surgiu o Inventário Participativo – IP do Manual de Aplicação da publicação de 2016.



Figura 3. Publicação: Educação Patrimonial: Inventários Participativos.
Fonte: Portal do Iphan (2018).

> Ficha dos Objetos >> Objetos
>>> FICHA DOS OBJETOS
 Orientação de preenchimento
IDENTIFICAÇÃO
NAME
 Escrevam o nome mais comum do objeto escolhido para ser inventariado e outros nomes pelos quais é conhecido.
 No caso de haver mais de um, tentem informar todos os nomes que surgirem ao longo da pesquisa
IMAGEM
 No quadro de imagem, insiram fotos ou façam um desenho do objeto.
 Lembrem-se de que haverá um espaço na Ficha do Relatório de Imagens para reunir todas as imagens coletadas. Para a primeira página, selezionem a imagem que o grupo considera a mais representativa do objeto.
O que é
 Contém de forma resumida o que é o objeto.
 Procurem resumir em uma frase o que é o objeto.
 Por exemplo: “boneca de barro que foi feita pelos indígenas do local”; “turbante utilizado pelo pai de santo nas cerimônias do terreiro”; “santa peregrina que é levada pelos pescadores no dia da procissão” etc.
Onde está
 Localizem o objeto a partir das referências mais conhecidas.
 Informem onde está o objeto e descrevam como é o local. Informem se ele está guardado ou se está exposto. No caso de o objeto estar guardado em mais de um local, informem quais e como são esses locais.

Figura 4. Exemplo de Ficha do Inventário.
Fonte: Portal do Iphan (2018).

Como mostra a imagem da publicação em questão, pode-se perceber que o Inventário Participativo traz uma diferenciação em relação ao Inventário Pedagógico. É possível observar na foto, que o contato da criança olhando a “Igrejinha”³⁰, demonstra um convívio com esse patrimônio cultural material, abarcando conceitos além do imaterial, ainda que se configure também, mas que difere nas figuras anteriores do Inventário Pedagógico. Ao que poderia se remeter iconograficamente a representação das diversidades de patrimônios em todos os âmbitos sociais.

Considerando, também, as discussões presenciadas durante a construção coletiva da adaptação que originou o Inventário Participativo, observou-se que a principal indagação dos departamentos do Iphan com a CEDUC, era quanto à questão legal. Tal argumento se relacionava ao fato da Constituição Federal se referir à realização de inventários como forma de proteção ao patrimônio cultural. Entretanto, o objetivo da CEDUC com o Inventário Participativo não era a de proteção legal, mas sim como um instrumento de exercício de cidadania e atividade de Educação Patrimonial. Diferentemente do INRC, nos quais os bens inventariados podem ser precursores para o Registro. Contudo, os departamentos do Iphan, fizeram o seguinte questionamento: E se os inventários participativos gerarem demandas para o Registro e Tombamento? Nisso, reforçou-se que era uma atividade de educação patrimonial, tendo em vista que outros órgãos como o Ibram, já adotava tal nome no âmbito do Programa Pontos de Memória. Dessa maneira, enfatizou-se na publicação que

esta iniciativa não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado. (IPHAN, 2016, p.7).

Além disso, importante ressaltar que a Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016, a qual dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do Iphan reforça que “desde a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, o inventário é utilizado primordialmente como instrumento de produção de conhecimento” (IPHAN, 2016), o que estabelece

³⁰ Paróquia Nossa Senhora de Fátima, patrimônio tombado pelo Iphan com bens móveis integrados, os azulejos de Athos Bulcão.

§ 1º Os inventários a serem produzidos em decorrência dessa portaria não se configuram, de per se, como instrumentos de proteção, mas integram iniciativas voltadas à produção de conhecimento que podem ou não redundar em medidas de proteção. § 2º O inventário será considerado um instrumento de proteção e/ou acautelamento apenas quando expressamente definido em norma própria, que deverá estabelecer os efeitos sobre os bens inventariados. Art. 2º Reconhecer a atividade de inventariar, pelos processos de pesquisa e documentação que a constitui, como forma de propiciar ao Estado e à sociedade o conhecimento e a visibilidade da diversidade cultural brasileira. Art. 3º Poderão integrar as ações de inventário bens culturais acautelados ou não pelo IPHAN. (IPHAN, 2016).

Assim, os inventários só serão instrumentos de acautelamento quando existirem normativos que definam. Nessa perspectiva, que o inventário participativo pode não só identificar novos patrimônios elencados diretamente pelas comunidades, como também ressignificar patrimônios já consagrados, sem que implique na proteção, se configurando como importantes ferramentas de protagonismos para os grupos sociais e meios de mobilização social.

Na relação entre patrimônio e comunidade “que a prática de se fazer um inventário pode diferir-se de outros feitos por profissionais da área, já que os bens fazem parte do contexto cotidiano daquela comunidade” (ASSIS, 2016). Assim, os grupos sociais “podem se tornar atores sociais e mediadores de sua cultura proporcionando apropriações coletivas de sentidos, histórias, identidades e memórias daquele determinado grupo” (idem).

Nesse sentido, que até mesmo Arantes questionara a participação das comunidades nas produções dos INRC's. Visto que, muitas das vezes, as equipes contratadas realizavam entrevistas quantitativas ou pesquisas mais científicas, não colocando as comunidades como protagonistas, mesmo estando no espaço cotidiano de vida delas. Ainda com base nessa questão, Arantes indaga sobre o motivo do Manual do INRC não estar em íntegra no site do Iphan

Tenho a impressão de que – pelo que soube por intermédio de pessoas que têm utilizado essa metodologia – o trabalho está sendo divulgado ou transmitido de modo incompleto. Porque o Manual de Inventário não pode ser dissociado do volume em que se apresentam os resultados do projeto piloto (MORAIS et al, 2015, p. 238)

Isso caracteriza como um certo “não querer” da Instituição em divulgação, talvez para a não apropriação. O que entra em contradição pois, o INRC objetiva o envolvimento direto com a comunidade vivente daquela realidade, como descrito em seu Manual de Aplicação

Freqüentemente se encontram, nas cidades e vilas de todo o país, pessoas que possuem um conhecimento aprofundado da cultura local. Esse conhecimento,

por menos sistemático ou elaborado que seja, é de valor inestimável para o planejamento do inventário, pois dificilmente serão suficientes, mesmo como ponto de partida, as informações obtidas por meio de fontes secundárias. Além disso, a seleção dos bens a serem inventariados deve sempre ter por base o que a comunidade oferece ao conhecimento e não ao contrário, já que estamos envolvidos com o tema da identidade social. Por outro lado, dado o aspecto reflexivo do inventário comentado anteriormente, é imprescindível criar desde logo os caminhos pelos quais o conhecimento a ser produzido será reapropriado pela população. A meu ver, o INRC terá alcançado seu principal objetivo, como política cultural, se a população local vier a assumi-lo como algo do seu interesse, incluindo-o na construção de sua memória (IPHAN, 2000, p35).

Pode-se inferir que o que distingue o INRC do IP é a sua forma de aplicação e o produto final, pois ambos possuem o mesmo fundamento: “O modo de apropriação é o que importa, pois, a vida social do patrimônio é a forma como ele é apropriado, devendo ter o diálogo com o morador para que ele se sinta agente do patrimônio”³¹ (ARANTES NETO, 2016). Desse modo, o IP busca considerar “a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultura” (IPHAN, 2016, p.5), independentemente de uma equipe técnica na seleção dos bens culturais.

Portanto, o Inventário Participativo com uma linguagem que traz uma maior compreensão para distintos grupos sociais, somado à uma diagramação convidativa busca promover o protagonismo do trabalho a ser desenvolvido coletivamente pela própria comunidade. Se constituindo ainda em uma metodologia de pesquisa que preza pela documentação, inventariando o que as pessoas participantes já possuem em casa e sua história local. Destarte, a utilização das fichas propostas pelo Inventário Pedagógico e adaptado a essa ferramenta também auxiliam à construção coletiva do Inventário Participativo, de maneira que mostra um possível caminho de conhecimento e norte para o que a comunidade deseja preservar.

2.4.3 Conhecimento sobre a utilização dos Inventários Participativos

Com base na proposta apresentada pela publicação e objetivando um maior conhecimento da CEDUC para os Inventários que estavam sendo feitos no Brasil, desde o lançamento da ferramenta, em 2017, buscou-se realizar o mapeamento online das possíveis

³¹ Anotações realizadas durante a palestra de Antônio Arantes: “Inventário Nacional de Referências Culturais – Construção de um Instrumento para identificação do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro” realizada em junho de 2016, pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - UnB.

experiências no território nacional. Assim, através das ferramentas de busca na web, foi realizada uma vasta pesquisa por meio dos principais motores de busca³² da internet, utilizando-se de dois tipos de ferramentas: a busca simples e a avançada.

A busca simples mostrou uma quantificação de resultados para as palavras-chave pesquisadas, de modo geral, isso significa na linguagem da Ciência da Informação, que tal pesquisa foi abrangente, por causa dos conectivos booleanos³³. A exemplo, se apareceram os termos “‘inventários participativos’ o motor pode ter cogitado o termo ‘inventários’ e o termo ‘participativo’, como também ou um ou outro” (ASSIS, 2017, p. 17-18). Outro aspecto observado é que na análise dos resultados, os algoritmos também consideram a “repetição de palavras, a quantidade de termos que o usuário utilizou, o tamanho do documento, páginas muito referenciadas, colocar + e -, a utilização de aspas entre outros” (ASSIS apud CÉNDON, 2017, p.18).

Assim, para ter uma ideia de quantos resultados haviam sobre a publicação, utilizou-se as seguintes palavras-chave para a busca: “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”; “Inventários Participativos”; “Aplicação de Inventários Participativos IPHAN” e “Inventários Participativos Experiências”, nos principais sítios de busca acessados no Brasil³⁴: Google, Bing, Yahoo e Uol. Como observa-se no seguinte gráfico:

³² “São como uma espécie de coleção de milhões de sites sem muita seletividade, mas que permitem aos usuários a busca por palavras-chave e que organiza os resultados por relevância de acordo com o tamanho de sua base de dados” (ASSIS apud CENDÓN, 2017, p. 16).

³³ Como o uso do espaço do teclado, que pode considerar duas palavras separadas como “ou” ou “e” (CÉNDON, 2001).

³⁴ De acordo com o levantamento do site Infomoney.

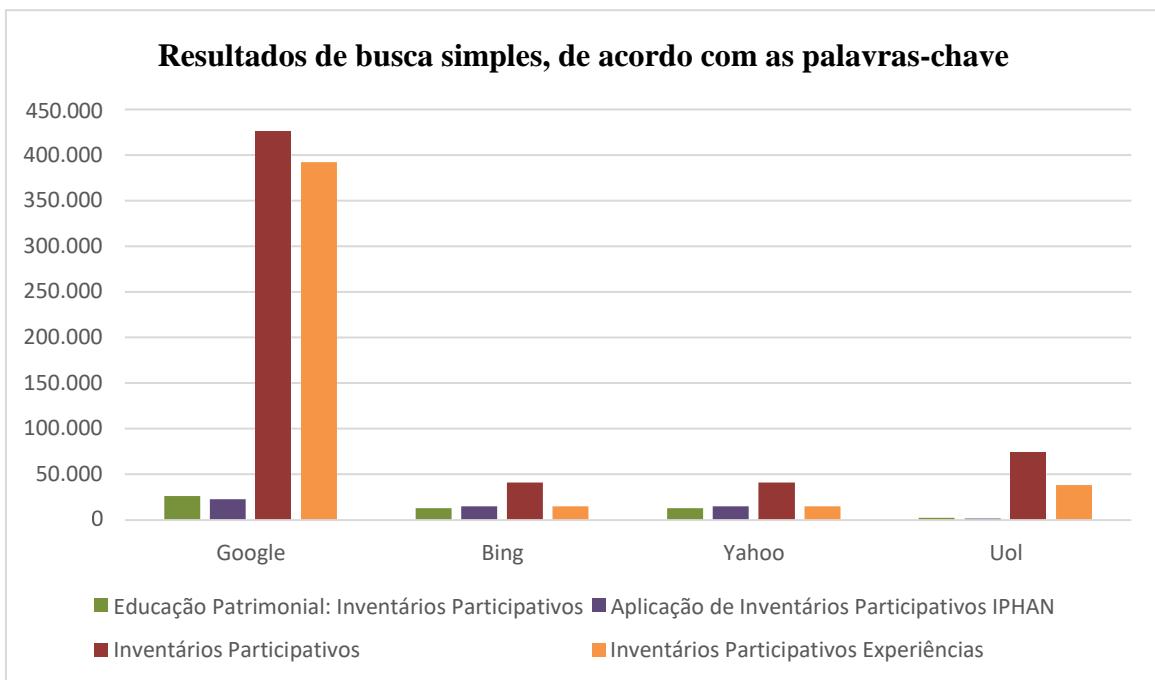


Gráfico 1. Resultados para busca simples. **Fonte:** Da autora.

Pôde-se observar que os principais resultados obtidos foram por meio do site Google, que é o mais acessado. Já o fato das palavras-chave utilizadas: “Inventários Participativos” e “Inventários Participativos Experiências” terem se sobressaído em relação à “Educação patrimonial: Inventários Participativos” e “Aplicação de Inventários Participativos IPHAN” foi devido aquelas possuírem menos caracteres e conectivos que estas. Assim, como uma primeira análise quantitativa os resultados se mostraram abrangentes a assuntos que não eram pertinentes à proposta da pesquisa. Dessa forma, uma busca avançada foi realizada de modo a otimizar os sites de busca visando encontrar experiências de Inventários Participativos.

A busca avançada, utilizou-se das mesmas palavras-chave, entretanto alguns conectivos e pontuações foram retirados. Como também, se restringiu até a terceira página do Google promovendo 30 resultados de buscas para cada um dos 4 termos-chave procurados. Nesse sentido, de acordo com os resultados das páginas da Web encontradas, foi possível categorizar para um maior resultado qualitativo. Assim, dividiu-se por:

- **Divulgação:** Divulgação da publicação por sites, blogs ou redes sociais;
- **Eventos:** Palestras, seminários ou outro tipo de evento no qual houve divulgação da publicação ou se utilizou na produção de inventários;
- **Experiências:** Experiências realizadas ou que estão em construção a partir da aplicação do Inventário Participativo (IPHAN), oficinas e palestras;
- **Referência Bibliográfica:** Citações, textos acadêmicos e outros, nos quais utilizaram

- da publicação ou das palavras-chave pesquisadas;
- **Notícias:** Notícias sobre inventários realizados ou divulgação da publicação.

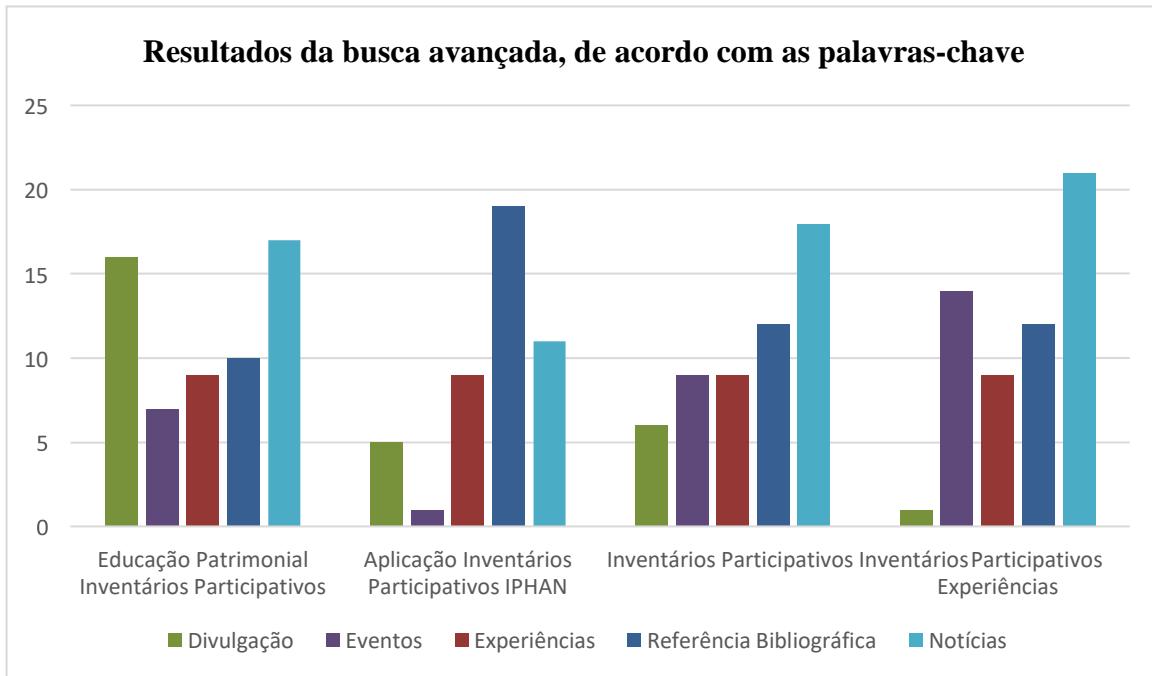


Gráfico 2. Resultados para buscas avançada. **Fonte:** Da autora.

Como mostra o gráfico acima, os resultados dos marcadores foram interseccionados, pois algumas páginas se referiam às várias categorias. Como, forma de ter uma precisão sobre as páginas encontradas os resultados da busca avançada geraram o seguinte quadro:

Quadro 2. Resultados da busca avançada

	Divulgação	Eventos	Experiências	Referência Bibliográfica	Notícias
Educação Patrimonial Inventários Participativos	16	7	9	10	17
Aplicação Inventários Participativos IPHAN	5	1	9	19	11
Inventários Participativos Experiências	6	9	9	12	18
Inventários Participativos Experiências	1	14	9	12	21
Total	28	31	36	53	67

Fonte: Da autora.

De acordo com o quadro acima, referente ao Apêndice, pôde-se perceber que a categoria

notícias foi a que mais apareceu dentre as outras, principalmente na palavra-chave “Inventários Participativos Experiências”. O que demonstra ampla difusão da publicação em ambiente digital com notícias sobre a ferramenta e experiências retratadas de outras metodologias. Contudo, as 36 páginas da categoria experiências mostraram notícias, referências bibliográficas e oficinas que tiveram como tema o campo dos inventários participativos. Ou seja, as experiências encontradas foram para a divulgação para comunidades para o conhecimento de inventários participativos, não estavam diretamente ligados à experiências de Inventários Participativos que se utilizaram da ferramenta do Iphan de Educação Patrimonial. Por outro lado, há de se notar que muitas comunidades já tinham entrado em contato com Inventários Participativos com outras metodologias. Como demonstra a subdivisão do gráfico abaixo:

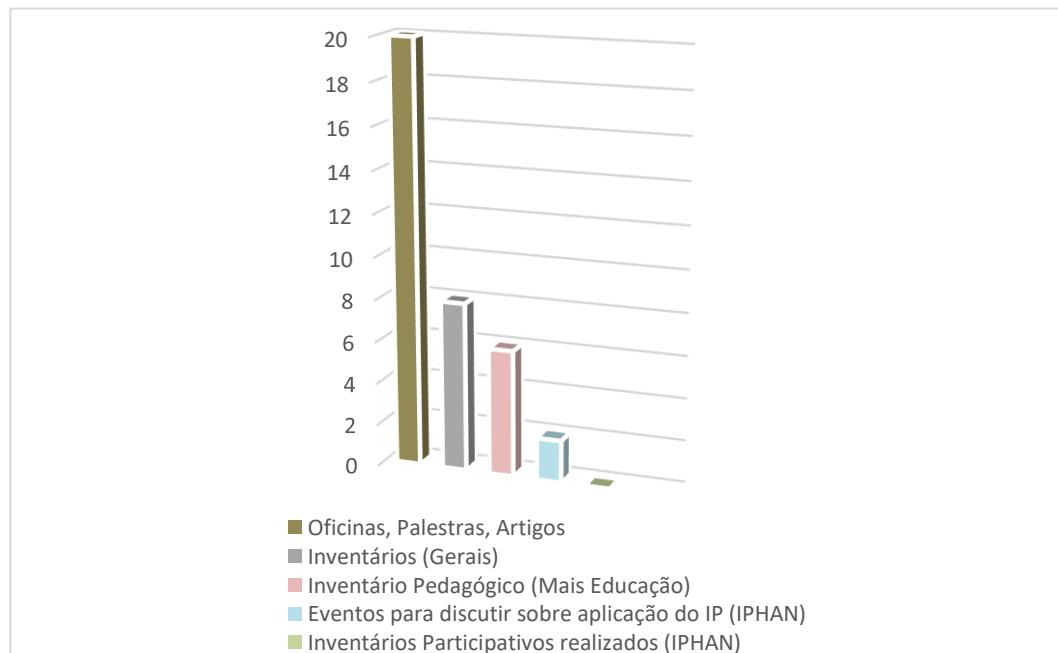


Gráfico 3 - Quantificação das experiências. **Fonte:** Da autora.

Em que destas experiências estão:

❖ **Oficinas, Palestras e Artigos:**

- Artigo - Rede cearense de museus comunitários (2 repetições);
- Labinventário Quilombola de Alto Alegre (2 repetições);
- Inventarios Participativos de los municipios de cerro de San Antonio, Plato, Snata Bárbara de Pinto, Santa Ana, Sabandas de San Ángel, Ciénaga, El Retén. Fundación y pueblo viejo del departamento del Magdalena;
- Oficina sobre patrimônios culturais pernambucanos;

- Oficina: Memórias indígenas, museus e inventários participativos;
- Palestra Memórias indígenas e museus, experiência do Museu Indígena Kanindé (CE) (3 repetições);
- Oficina de Inventário Participativo em Referências Patrimoniais museu de arqueologia de Itaipu;
- Oficina Da Aldeia ao Quilombo: Oficina de Inventário Participativo nas comunidades tradicionais do Maciço de Baturité;
- Oficina de Educação Patrimonial em Xapuri – IPHAN - AC (2 repetições);
- Oficina de Educação Patrimonial e Inventários Participativos – Iphan – CEDUC;
- Oficina de Educação Patrimonial Inventários Participativos na Biblioteca Mário Lobo – Iphan – CEDUC;
- Oficina de Educação patrimonial e Inventário Participativo no Museu da Rocinha;
- Oficina no Ecomuseu de Mocambeiro;
- Artigo “Inventário Participativo em comunidade rural a partir de uma proposta do curso de alternância do pronera”.

❖ **Inventários Gerais:**

- Inventário Participativo de Viamão (3 repetições);
- Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC dos Quilombos - Vale do Ribeira;
- Inventário Participativo de Atouguia da Baleia;
- Inventário Participativo de Itapina (2 repetições);
- Ponto de Memória Lomba do Pinheiro (2 repetições).

❖ **Inventário Pedagógico:**

- Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas (6 repetições).

❖ **Eventos para discutir sobre aplicação do IP (IPHAN):**

- O Grupo de Trabalho Baixo Centro, Inventário Participativo Rede Paulista de Educação Patrimonial – REPEP;
- Artigo Valorização do Museu do Samba, no qual cita que irá ser implantado inventário do turismo juntamente com a publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”.

❖ **Inventários Participativos realizados (IPHAN):**

A busca não apontou a relação de grupos que produziram Inventários Participativos (a época), entretanto, a equipe da Ceduc possui o conhecimento de comunidades que estão se utilizando de tal ferramenta do Iphan. A exemplo o Inventário Participativo que estava sendo realizado no Minhão pela Rede Paulista de Educação Patrimonial - Repep, que fora um dos precursores de aplicação da metodologia do Inventário Participativo, elaborado a partir do Grupo Trabalho do Minhão, sendo seu Dossiê finalizado apenas em 2019.

O Grupo de Trabalho foi criado em 2015, em parceria com o Movimento Baixo Centro, com o objetivo de elaborar um Inventário Participativo do Patrimônio Cultural. Para isso, a metodologia e o material foram cedidos pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do IPHAN à Repep para uma aplicação-piloto, já que ainda não se encontrava publicado o Manual de Aplicação do Inventário Participativo. Assim, a Repep foi o primeiro coletivo a utilizar-se desta ferramenta. O inventário participativo foi concebido pelo GT devido às múltiplas propostas e projetos urbanos que podem provocar a expulsão de moradores, trabalhadores e grupos mais vulneráveis da região. A primeira parte do inventário consistiu em fazer um levantamento preliminar do território e trabalhos de campo. Em seguida, foi realizada a identificação das Referências Culturais por meio de entrevistas e intervenções in loco. E por fim, foi organizado o produto final do Inventário (Dossiê e mapa-folheto). (REPEP, 2020).

Retomando os resultados encontrados na pesquisa realizada em 2017, mostrou-se que a pesquisa em meio eletrônico não foi suficiente para ter uma margem de inventários participativos que estão sendo realizados no Brasil. Isso pode revelar até questionamentos mais críticos a serem postos, como: o acesso à internet, à infraestrutura das comunidades, à informação, se as políticas públicas de mobilização social chegam até o público alvo. Questões essas que devem ser respondidas pelas próprias comunidades.

Tendo em vista a escassez de informações por parte da pesquisa na internet, por se tratar de um instrumental recente, a autora buscou-se aproveitar a parceria entre Iphan e Ibram, para a continuidade de estudo de caso dessa dissertação, no ano de 2018. O contato com o Ibram proporcionou grandes conhecimentos sobre as ações que o órgão estava realizando nesse período. Foi nesse contexto que, por meio de um minicurso proposto por aquela Autarquia, houve o conhecimento sobre um inventário participativo já realizado e publicado, utilizando-se as metodologias do Iphan, aqui mencionadas, o qual será descrito e problematizado no capítulo seguinte.

3 SOBRE O USO DOS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS NA IDENTIFICAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS: CURSO DE CAPACITAÇÃO “MUSEU, MEMÓRIA E CULTURA AFRO”

3.1 Os Inventários Participativos para o Ibram

Os inventários participativos para o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, são considerados como: “instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização” (IBRAM, 200[?]). Tendo como finalidade a participação e mobilização social, assim como no Iphan, os Inventários Participativos são realizados por comunidades no âmbito do Programa Pontos de Memória (2009). Este programa surgiu em articulação com a Política Nacional de Museus - PNM e com o Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM, tendo como foco a Museologia Comunitária, a qual busca trazer a função social dos museus, ressignificando seus espaços e incentivando as comunidades a serem protagonistas de suas narrativas (IBRAM, 2016).

Com cerne na memória social, os Pontos de Memória promoveram em uma análise realizada pelo Ibram (2009-2013), o conhecimento e a valorização da memória, fortalecendo também, a identidade e os laços de pertencimento (IBRAM, 2016). Assim, no ano de 2016 o Ibram publicou o livro “Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social (2016)” no qual apresenta como delineou a metodologia do Programa, com relatos coletivos dos 12 primeiros Pontos. A publicação em questão há a sistematização dessa delimitação, se constituindo pelas etapas de: “Identificação; qualificação (participação em seminários e oficinas); realização de inventário participativo; realização de ações museais para compartilhamento e difusão de memórias; reforço da rede Pontos de Memória nas Teias Nacionais da Memória” (IBRAM, 2016, p.9). Assim, como uma etapa do programa, a realização dos inventários participativos é responsável pela identificação dos patrimônios a serem selecionados pelas comunidades. Ou seja, uma atividade de construção coletiva no ato da realização do inventário, como descreve o texto da publicação em questão

No processo de inventariar, a comunidade também decide os métodos mais eficientes de divulgação e preservação de suas memórias e patrimônios, haja vista que as pessoas cuidam melhor daquilo que reconhecem como delas e/ ou que possuem algum significado para si ou grupo social ao qual pertence. Nesse sentido, a ideia de participação passa pela decisão coletiva e compartilhada de escolher quais memórias e patrimônios são relevantes para a comunidade, contribuindo, assim, para

um processo contínuo de apropriação cultural. (IBRAM, 2016, p. 39).

Nesse viés, pode-se observar que as comunidades como protagonistas elencam seus patrimônios, proporcionando uma maior efetividade no ato de realização do inventário, já que os agentes de cultura tomam o papel de mediadores para tal ação, como no caso dos Pontos de Memória junto ao Ibram.

Assim, para saber mais sobre a metodologia desses inventários, a mestrandona entrou em contato com o Ibram. Sendo direcionada à Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE. A Coordenação, observando o interesse, encaminhou por e-mail os 10 produtos do consultor da Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI, João Paulo Vieira Neto. Com o currículo de historiador e Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (Pep/Iphan), Vieira Neto possui uma longa trajetória em Museologia Social e no âmbito do Programa Pontos de Memória, podendo-se notar de suas experiências nos produtos encaminhados, constando não só sobre a atuação no Programa, como também o levantamento dos inventários participativos realizados.

Ao fazer a leitura desses produtos, um se destaca pela sugestão do autor num desenvolvimento de um instrumental metodológico de inventários participativos para o Programa Pontos de Memória. Notando-se que o Iphan à época (2014) já havia a metodologia do Programa Mais Educação, Vieira Neto, apresentou a proposta de desenvolver junto ao Iphan, um acordo de cooperação técnica e plano de trabalho entre ambas autarquias, visto que, para o autor

O inventário participativo ainda carece de métodos e tecnologias sociais que lhe possibilite uma maior aplicabilidade por parte de grupos e movimentos sociais. Nos últimos anos, por exemplo, temos visto um crescente interesse de amplos setores da sociedade e de diferentes instituições que trabalham com a memória e preservação do patrimônio pelo instrumento de salvaguarda denominado de inventário participativo. No entanto, muito pouco se tem produzido e publicado no Brasil em relação ao tema. Poderíamos até mesmo afirmar que existe uma ausência de estudos teóricas em relação à temática, no que tange à produção de pesquisas acadêmicas e ou institucionais, quando comparadas aos demais instrumentos de salvaguarda e ou categorias que compõem o chamado patrimônio cultural. (VIEIRA NETO, 2014, p. 11)

Pela afirmação acima, é possível inferir a dificuldade de compreensão das metodologias participativas, pois os inventários participativos ainda são ferramentas com novos conceitos e distintas finalidades. É algo que requer debates até mesmo para não gerar expectativas para salvaguarda ou tombamento. Por tais discussões acerca dos IP's, buscou-se realizar um Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre Iphan e Ibram, que se formalizou em 2016. O Grupo de Trabalho - GT composto pela COMUSE-Ibram e CEDUC-Iphan, iniciou-se no começo daquele

ano com reuniões semanais e com a inserção de um espaço de trabalho na Plataforma – Saber Museus.



Figura 5. Plataforma Saber Museus. **Fonte:** Portal Ibram, 2016.

Nesse espaço virtual, foram inseridas questões pertinentes para os debates nas reuniões futuras, como também textos essenciais e todo conteúdo já discutido anteriormente. Já, nas reuniões presenciais em que mestrandas participou, pode-se perceber que a COMUSE-Ibram optou por utilizar a metodologia da publicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, para o Programa Pontos de Memória, até porque é uma metodologia que já estava alinhada à ideia da construção coletiva do conhecimento para a realização dos IPs. Desse modo, o GT ao invés de propor um novo modelo de inventário participativo, ampliou o uso do inventário construído pelo Iphan, para as ações também do Ibram. O que é justamente a proposta da publicação, por parte do Iphan, ser uma ferramenta totalmente adaptável para quaisquer usos e comunidades.



Figura 6. Reunião CEDUC e COMUSE. Debate sobre os Inventários Participativos. Ibram-Sede.
Autor: Márcio Vianna, 07/03/16.

3.2 Sobre o conhecimento do curso de capacitação “Museu, memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina”

Em contato com a equipe da COMUSE por meio do GT, a autora teve conhecimento sobre um minicurso, a ser desenvolvido na sede do Ibram, nomeado de: “Caminhos da Memória: Fazendo uma Exposição” (2017). Nesse minicurso, a palestrante e consultora da OEI no Ibram, Dra Maristela Simão, trouxe um estudo de caso sobre um curso de capacitação: “Museu, Memória e Cultura-Afro” (2016), realizado anteriormente no Ibram. Em seu relato sobre essa ação de capacitação, Simão descreveu como se utilizou de metodologias participativas junto à comunidade de Santa Catarina – SC, trazendo a discussão a utilização dos Inventários Participativos como forma de inventariar e preservar o patrimônio afro-brasileiro.

Como forma de embasamento e compreensão, a mestrandona entrou em contato com Maristela Simão, para saber mais sobre essa união entre Inventários Participativos à essa experiência. Desse modo, Simão solicitou à equipe da COMUSE o acesso a esse curso de capacitação por meio da Plataforma Saber Museus. Em contato com o curso de capacitação pode-se perceber quais foram as etapas de identificação para elaboração do inventário.

O intuito do curso de capacitação ministrado por Simão em Santa Catarina seria envolver os autores com seus engajamentos sobre as perspectivas e desafios referente a cultura e patrimônio afro no Brasil. De modo que, após a realização de uma ampla pesquisa, reunir-se-iam todos os dados para a construção coletiva de uma exposição crítica acerca do tema elencado.

Entretanto, antes de se pensar no curso de capacitação deve-se entender a metodologia adotada por Simão, visto que essa capacitação foi uma das etapas do trabalho de Maristela sobre “formação em Museu, memória e cultura afro-brasileira” (SIMÃO 2018, p.205).

A metodologia defendida por Simão, se constituiu em duas etapas. A primeira etapa desenvolvida, foi a produção de materiais de fácil compreensão para os participantes, fase tratada como “Elaboração de materiais didáticos instrucionais” (SIMÃO, 2018, p.205). Nessa etapa, houve a análise de duas consultorias realizadas: “Museu, memória e cidadania na diversidade cultural” e “Inventário Participativo” no âmbito do Programa Pontos de Memória (SIMÃO, 2018, p. 205). Essas consultorias deram o embasamento para a criação do conteúdo e metodologias para as oficinas (SIMÃO, 2018, p.205). A partir disso, organizou-se em

dois momentos: 1) Considerações sobre os materiais produzidos, com uma breve discussão sobre as políticas culturais, de museus e direito à memória no país, situando o Programa Pontos de Memória, bem como os Pontos de Cultura e a Lei Cultura Viva, e o processo de capacitação específico para os

Pontos de Memória a fim de embasar as discussões do segundo momento do texto. A seguir procedemos a identificação dos Pontos de Memória, com o recorte específico da cultura afro-brasileira, com o objetivo de apresentar um levantamento preliminar sobre Pontos de Memória e Pontos de Cultura que tratam a temática Afro-brasileira no país. Conjugamos dados referentes à localização geográfica e à quantidade dos Pontos que seriam o público alvo das oficinas a serem oferecidas sobre Memória, Museus e Cultura AfroBrasileira. Foram identificados 37 Pontos de Memória com a temática Cultura AfroBrasileira, a partir dos documentos e planos de ação das instituições, apresentados nos editais de premiação de 2011, 2012 e 2014, a partir de um total de 216 Pontos de Memória. (SIMÃO, 2018, p. 205).

Ou seja, o primeiro objeto de investigação de Maristela foi sobre as políticas culturais e os pontos de memória que tem como foco a temática afro-brasileira. A partir disso, que Simão originou um

segundo momento, a elaboração de uma proposta metodológica de formação, com conteúdo programático e propostas concretas de atividades que nos auxiliassem esforços de discussão. Assim foram construídos dois materiais, o primeiro, tendo por título “Museu, memória e cultura afro-brasileira”, tratando de forma mais específica a temática, e o segundo, “Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição”, buscando alternativas para qualificar ações de difusão, com foco no desenvolvimento de exposições. (SIMÃO, 2018, p.206)

De acordo com a autora em questão, a primeira publicação além de contextualizar políticas culturais, apresenta discussões sobre o patrimônio e a cultura afro-brasileira, já a segunda publicação fornece um material didático museológico com foco na expografia.

Sobre a segunda publicação, Simão descreve que três oficinas foram realizadas, em Brasília, Porto Alegre e no Espírito Santo (SIMÃO, 2018, p.207). Nessa oficina, ocorrida em Brasília (2017), a mestrande se fez presente. Durante a oficina pôde-se notar que mesmo tendo sido voltada para profissionais da área, nem todos os participantes tinham noções museológicas para a produção de uma exposição. Cabe ressaltar também que nesta oficina, a publicação “Caminhos da Memória: Para se fazer uma exposição” foi distribuída em versão teste, o que foi bem recebido pelos participantes do minicurso. Ainda mais porque houve uma explicação bem didática sobre os elementos expográficos e uma dinâmica interativa de como montar uma exposição. Tal fator é bem interessante, visto que as pessoas que fazem inventários participativos como produto uma exposição, podem não ter a presença de um museólogo. Não que isso seja relevante em uma exposição comunitária, mas é muito bom ter uma publicação que dê caminhos para as pessoas terem concepções sobre montagens de exposições.

Já a segunda etapa de nome “Aplicação da metodologia Oficina e Curso de Aperfeiçoamento” (SIMÃO, 2018, p.209), Simão descreve duas ações: a Oficina e o Curso de Capacitação Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina realizados entre

2015-2016.

A ação oficina “Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira” foi realizada entre 26 e 29 de abril de 2016, no Ibram, em Brasília, tendo apresentado uma gama de autores e suas experiências comunitárias, em geral, no âmbito do programa Pontos de Memória. De acordo com Maristela Simão, o público alvo foram os integrantes de Pontos de Memória e Pontos de Cultura que trabalham com a cultura afro-brasileira, além ainda de demais interessados, como

21 Pontos de Memória, selecionados entre os premiados nos editais do Programa Pontos de Memória, no período de 2011 a 2014. Estiveram presentes, também, professores dos cursos de Graduação em Museologia da UNB, UFBA e UFRGS, representantes da SEPPIR/IPHAN, Fundação Palmares e funcionários e consultores do Ibram. (SIMÃO, 2018, p.209).

Tal oficina abordou principalmente formas de pensar o patrimônio e o museu em relação à perspectiva do protagonismo negro. A mestrandona tendo participado também dessa oficina como ouvinte, pode constatar que os principais assuntos debatidos, foram:

- Racismo, preconceito, ignorância e os problemas sociais;
- O histórico da escravidão e como a história retrata tais questões;
- A narrativa do negro em museus em geral, que o mostra como escravo, ser inferior ou exótico para outras culturas;
- Necessidade ações afirmativas nas políticas museológicas;
- A condenação das referências religiosas de matrizes africanas pela sociedade;
- Violência e massacre do Estado ao negro e sua cobertura negativa pela mídia;
- Mostrar o protagonismo, empoderamento e o lugar de fala do negro e de suas memórias;
- Conservação da memória por meio da memória oral, rodas de lembrança e da museologia comunitária, e;
- A importância do diálogo entre as comunidades e os representantes de cultura “Ninguém precisa ensinar grupos e comunidades à protegerem suas memórias”³⁵.

Além destas questões, Simão mostrou que os participantes da oficina possuem grande acervo em suas instituições e que seria interessante um espaço virtual junto ao presencial para o compartilhamento de suas experiências e práticas de inventários participativos (SIMÃO, 2018,

³⁵ Palavras do Dr em História Social e Diretor do Museu Afro-Brasil da Universidade Federal da Bahia – UFBA Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, durante a Oficina.

p.211).

Dessa maneira, tal oficina buscou não apenas discutir sobre a cultura afro-brasileira, como também propor uma forma de mobilização social entre agentes culturais e as comunidades. Assim, ao fim da oficina criou-se a Rede Nacional de Memória e Museologia Social Afro-brasileira como “forma de fortalecer, unificar uma agenda e construir um planejamento de ações conjuntas para Pontos de Memória Afro-brasileira” (SIMÃO, 2018, p. 211). A partir daí elaborou-se o curso de Capacitação “Museu, memória e cultura Afro-brasileira em Santa Catarina”, contando com a ideia do espaço virtual e a parte presencial.

A segunda ação desta fase teve como objetivo responder algumas das discussões citadas na Oficina, assim foi realizado um curso em Santa Catarina com instituições museológicas que tratassesem de tais questões (SIMÃO, 2018, p. 213). Simão descreve que a seleção de Santa Catarina para a realização do curso se deu, além de interesse do Ibram, por haver um Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, no qual possui estudos teóricos e uma longa cronologia em discussões raciais (SIMÃO, 2018, p.213). Contando também com parcerias entre a Fundação Catarinense de Cultura – FCC, “Museu Histórico de Santa Catarina, [...] profissionais de instituições museológicas, Pontos de Memória, Pontos de Cultura e, ainda, pesquisadores e acadêmicos atuantes no estado de Santa Catarina” (SIMÃO, 2018, 213-214).

O curso ocorrido entre 16 de agosto a 10 de dezembro de 2016, possuía 30 vagas e com carga horária de 80 horas, sendo a metade presencial, no Museu Histórico de Santa Catarina, e a outra a distância, pela Plataforma Saber Museus – Ibram (SIMÃO, 2018, p. 214). Sua metodologia foi dividida em 5 módulos para divisão de assunto e aprofundamento do conteúdo. Como mostra a figura abaixo:



Cronograma:	
DATAS	DESCRIÇÃO
17 de agosto	MÓDULO I Museu, Memória, Cidadania e Diversidade Cultural
20 de setembro	MÓDULO II Inventário Participativo
20 de outubro	MÓDULO III Memória, História e Cultura Africana e História, Cultura e Patrimônio afro-brasileiro-brasileiro
17 de novembro	MÓDULO IV Políticas Públicas, Fomentos, Edital, Museus e Políticas Promova Igualdade Racial e Exercício de Elaboração de plano de ação/ Elaboração de Projeto
18 de novembro	MÓDULO V Expografia e Representação
18 a 25 de novembro	Exposição Museu Histórico de Santa Catarina

Figura 7. Capa e Cronograma do Curso. **Fonte:** Plataforma Saber Museus – Ibram, 2017.

O primeiro módulo “Museu, Memória, Cidadania e Diversidade Cultural”, constituiu-se numa introdução sobre o curso com debates sobre patrimônio e diversidade, como também a situação do racismo enraizado na sociedade (SIMÃO, 2018, p.219). No segundo módulo “Inventário participativo”, o grupo integrante da capacitação, discutiu sobre as diversas possibilidades de inventários³⁶ e suas respectivas metodologias, houve também a delimitação das referências afro-brasileiras³⁷ que iriam ser trabalhadas na produção do Inventário Participativo futuro (SIMÃO, 2018, p. 220). De acordo com Simão

A proposta central de atividade a ser desenvolvida para o próximo encontro foi elencar, em sua comunidade, a partir da conversa já estabelecida com algum membro da comunidade, patrimônio ou outras referências culturais que julgue relacionada as populações de origem africana, bem como procurar em suas instituições museológicas acervos que também façam referência à temática africana e afro-brasileira. Utilizando para registro a metodologia de inventário participativo apresentada nesse módulo, principalmente as fichas disponibilizadas no material do IPHAN. O conteúdo registrado nessas fichas seria utilizado como pesquisa base para a exposição, exercício final do curso (SIMÃO, 2018, p. 220-221).

Pode-se perceber que esta foi a fase de pesquisa sobre o que seria inventariado coletivamente pelo pessoal da capacitação de acordo com as comunidades e suas representatividades. Tal módulo será detalhado mais a frente. Já no terceiro módulo “Memória, história e cultura africana; e História, cultura e patrimônio afro-brasileiro”, houveram debates sobre história e a cultura africana, como também oficinas de produção de Máscaras Africanas e bonecas em tecido, Abayomis (SIMÃO, 2018, p. 221-222).

Nas oficinas, de acordo com Simão pôde-se refletir sobre a história africana e ações educativas, tendo os principais tópicos como cerne

Introdução à História e Cultura Afro-brasileira: colonização europeia, cativeiro, identidades, solidariedades, religiosidades e resistências, assim como lugares de memória/cultura e patrimônio afrobrasileiro: quilombos, religiões de matriz africana, capoeira, irmandades e confrarias, congadas, rezados, samba de roda, escolas de samba, culinária e outras expressões e manifestações culturais locais. [...] Também foram discutidos, a partir da experiência das palestrantes como praticantes da Umbanda, Candomblé e Batuque, os objetos rituais de cada religião, suas práticas e suas singularidades, o uso desses objetos em exposições e sua guarda nos acervos, com discussões sobre sua musealização. (SIMÃO, 2018, p.223).

³⁶ À exemplo, alguns dos citados nesta dissertação.

³⁷ A delimitação foi feita numa visita guiada dos alunos do curso, ao Centro de Florianópolis, com o seguinte roteiro: “Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, passando pelo Palácio Cruz e Souza, Catedral Metropolitana, Praça XV de novembro, Casa de Câmara e Cadeia, Forte Santa Bárbara, Mercado Público, Alfandêga e Rita Maria” (SIMÃO, 2018, p.220).



Figura 8. Fotos das Oficinas. **Autora:** Maristela Simão, 2018.

No contexto discutido durante as oficinas, pode-se notar em como o discurso hegemônico colonial está presente nas instituições culturais e museológicas. Principalmente, quando se depara como é retratada a representação do negro, com reproduções que constantemente enfatizam a escravidão. Como mostra a análise da Socióloga Myriam Sepúlveda dos Santos sobre os discursos de dois museus brasileiros, sob gestão do Ibram: Museu Nacional de Belas Artes – MNBA e o Museu da República – MR. A autora descreve que no Museu Nacional de Belas Artes pouco se fala sobre o negro artista

Não há como não comparar o silêncio do MNBA sobre uma arte de influência africana com os discursos presentes nos museus norte-americanos, uma vez que, nos EUA, observamos desde o início do século XX, pelo menos, um confronto político entre instituições voltadas para a arte e para a história, culminando com a preservação e valorização da arte produzida pelo negro em instituições paralelas, que defendem até hoje uma ruptura com o discurso dos brancos. (SANTOS, 2005, p.42).

Discurso esse proveniente do histórico da coleção do MNBA e a escrita da História Nacional pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (SANTOS, 2005, p.45). Já

no Museu da República, a ala a que se dedica a crítica retrata o negro estereotipado, como integrante da cultura popular e não como possíveis integrantes da alta sociedade (SANTOS, 2005, p.51). De acordo com a autora: “O reconhecimento de que os negros são bons em samba e futebol caminha a par da ideia de que não são tão bons como políticos, empresários, industriais, advogados, médicos, engenheiros e demais profissões de prestígio” (SANTOS, 2005, p.51).

Esses são retratos de muitos museus brasileiros, por outro lado, as instituições museológicas tem ressignificado as suas coleções e narrativas, trazendo o protagonismo negro e decolonial para as suas exposições em diálogos abertos, como atualmente é realizado nesses museus administrados pelo Ibram.

Retomando os módulos do curso em questão, o penúltimo módulo: “Políticas públicas, museus e promoção de igualdade racial” discutiu-se sobre as políticas públicas para mulheres negras e a capoeira como instrumento de transformação social, esse módulo teve abertura ao público em geral e constituiu parte do cronograma da exposição do módulo seguinte: “Expografia e representação”; em que houve discussões por meio da plataforma Saber Museus, principalmente sobre questões voltadas à expografia e museografia (SIMÃO, 2018, p.224-225).

Pode-se entender desse módulo que, além da discussão das políticas afirmativas da mulher negra na sociedade, a capoeira se faz de exímia importância para tais comunidades. O ofício da roda de capoeira sendo um bem imaterial salvaguardado no Livro de Registro das Formas de Expressão - Iphan, constitui-se de uma prática cultural reconhecida em todo território nacional que além da tradição africana como uma manifestação cultural, também se faz relevante a transmissão do conhecimento dos Mestres de capoeira (IPHAN, 201[?]).

Afirma-se aqui, que todo o material gerado na construção dos módulos e nas oficinas propiciaram uma riqueza de conteúdo para o inventário participativo realizado pelos participantes do curso, em Santa Catarina, o que originou coletivamente, a produção do último módulo: A exposição “Vozes que pulsam”.

3.3 O Inventário Participativo (Iphan), como ferramenta de pesquisa no curso de capacitação

Como produto final do curso em questão e reunindo todo o conhecimento adquirido pelos participantes, a construção da exposição fora realizada por uma compilação das fichas de inventários feitas pelos alunos da capacitação (SIMÃO, 2018, p.226). Antes de entrar nessa questão, cabe ressaltar que o que consta nas fichas é o inventário participativo realizado.

Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira



Figura 9. Imagem referente ao módulo II, do manual do curso de capacitação. **Fonte:** Ibram, 2016.

Tendo como referências norteadoras as metodologias de inventários do Ibram e Iphan, os grupos participantes do curso de capacitação embasaram-se nos materiais dos Pontos de Memória, no Inventário Pedagógico do Programa Mais Educação e posteriormente no Manual de Aplicação do Inventário Participativo, para dar início à construção do Inventário Participativo, com as referências culturais identificadas, que viriam a compor o acervo da exposição. Assim, conforme a figura abaixo, pode-se perceber que as diretrizes foram: a divisão dos participantes em grupos, a identificação dos lugares e patrimônios conforme as localidades específicas individuais e os debates sobre os locais escolhidos.

Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira

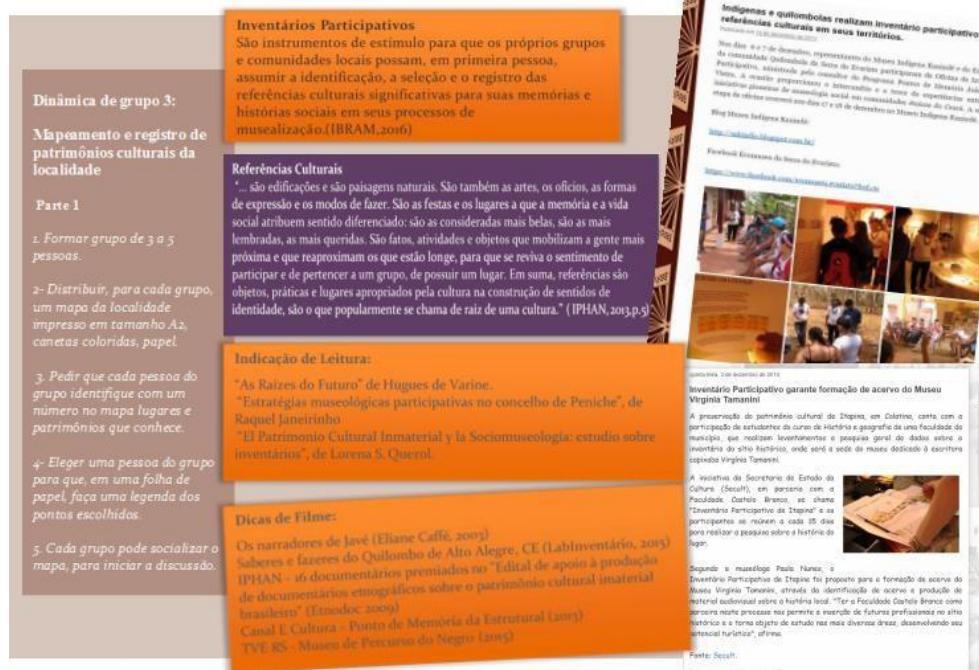


Figura 10. Imagem referente ao módulo II, do manual do curso de capacitação. Parte 1. **Fonte:** Ibram, 2016.

Após essa fase, utilizou-se os modelos das fichas do Inventário do Manual do Programa Mais Educação, para que os participantes prenchessem de acordo com o que debateram. Sendo, de maneira posterior, a realização de visitas técnicas aos bens elencados coletivos, conforme exemplifica-se na figura seguinte:

Oficina Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira

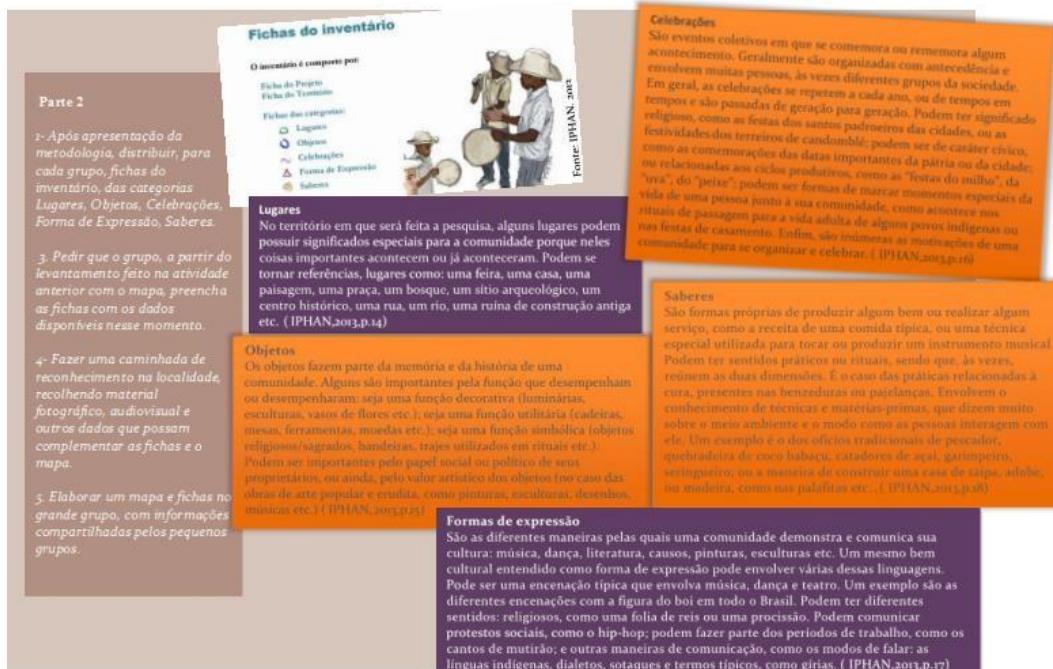


Figura 11. Imagem referente ao módulo II, do manual do curso de capacitação. Parte 2. **Fonte:** Ibram, 2016.

A principal questão discutida no Inventário Participativo foi sobre as localidades de bens elencados pela comunidade, já as fichas do Programa Mais Educação, abarcaram todos os módulos do curso de capacitação. Importante notar que a adaptação do Manual de Aplicação do Programa Mais Educação, “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”, também fora utilizada na construção da exposição. De acordo com Maristela Simão: “Foi realizada, também, a distribuição do Manual Educação Patrimonial: Inventários Participativos produzido pelo IPHAN (IPHAN, 2016) para os cursistas, a fim de dar a conhecer a metodologia que seria trabalhada ao longo do curso”. (SIMÃO, 2018, p.219).

Dessa forma, por meio do Inventário Participativo formado, fichas definidas, módulos pesquisados, oficinas realizadas, obras selecionadas para exibição, como também, questões pertinentes a serem expostas, a exposição de curta duração se originou. Conforme Simão, a exposição realizada de 18 a 25 de novembro de 2016, teve o objetivo de apresentar

os resultados do Curso Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina, buscando a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro na cultura nacional e regional, o respeito à diversidade e o fortalecimento de ações e políticas educativas de combate ao racismo e a discriminações no estado e chamar a atenção de outras instituições, municípios e políticas públicas para a necessidade do enfrentamento das desigualdades no tratamento da gestão do patrimônio e da memória, a fim de garantir a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro em Santa Catarina. (SIMÃO, 2018, p.227).

Com curadoria compartilhada entre os participantes do curso “Museu, Memória e Cultura Afro- Brasileira” das comunidades de Santa Catarina, pode-se entender que essas ações de políticas públicas de participação social, como a elaboração da exposição, promovem a valorização da cultura afro-brasileira e proporcionam o levantamento crítico sobre questões raciais que devem ser debatidas na sociedade. Assim, sugere-se que a principal ponte para tal proposta de debate e relevância nesse contexto de pesquisa foi a realização do inventário participativo na sistematização das informações, como descrito abaixo

A pesquisa para o desenvolvimento da exposição deu-se a partir das atividades desenvolvidas no âmbito da plataforma moodle Saber Museus-Ifram, dos textos, das aulas presenciais, da pesquisa de campo, das entrevistas e da aplicação da metodologia de inventário participativo nos municípios e comunidade de origem dos cursistas, a saber: Antônio Carlos, Balneário Rincão, Florianópolis, Fraiburgo, Chapecó, Criciúma, Coronel Freitas, Imbituba, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Massaranduba, Orleans, São José, São Francisco do Sul, Tubarão, contemplando referências das sete regiões museológicas do estado. A exposição pretendeu tornar-se itinerante, para ser levada a instituições de diversas cidades de Santa Catarina, sendo apresentada, até o momento, nas cidades de Tubarão, Chapecó e Coronel

Freitas, com previsão, para maio de 2018, em São Francisco do Sul .(SIMÃO, 2018, p. 228-229)

Isto mostra que uma grande quantidade de cursistas de distintas cidades elencara seus patrimônios de acordo com suas localidades no inventário, como consta no mapa abaixo:



Figura 12 – Mapa de Santa Catarina. **Fonte:** Ibram, 2016, p. 2.

Cabe destacar que a maioria dos participantes são profissionais da cultura, pertencentes a instituições de grande ou pequeno porte. Entretanto, as tomadas de decisões foram sempre de acordo com a comunidade local participando efetivamente do processo de pesquisa, como descreve a idealizadora do curso

Houve participação e envolvimento da comunidade em geral nos encontros, com a presença de professores da rede de ensino básico e universitário, pesquisadores e alunos da rede e universitários dos cursos de pedagogia, história, antropologia, artes visuais e museologia, ceramistas e membros de associações e de movimentos sociais e religiosos, gestores da cultura, bem como a participação dos funcionários do Museu Histórico nas atividades, e principalmente os cursistas representantes de museus e pontos de memória e cultura. (SIMÃO, 2018, p.232).

Observa-se ainda, que a diversidade de instituições participantes mostra como o trabalho de seleção dos patrimônios culturais afro-brasileiros se faz delicado e complexo para os cursistas e comunidades envolvidas, ao que trouxe alguns apontamentos críticos para Simão

o sucesso alcançado pelo curso aponta alguns caminhos possíveis. Em primeiro lugar, reforça a necessidade de estruturas de governo e de Estado apoiarem essas iniciativas, como forma de reconhecimento, ampliando o poder dos indivíduos e das instituições, em especial aquelas das pequenas cidades, em se colocar nas discussões de sua comunidade. Demonstra, também, que, apesar do quadro histórico que temos em Santa Catarina, há muitos espaços possíveis de diálogo, e a narrativa hegemônica do ‘pedacinho na Europa no sul do Brasil’ já não é tão hegemônica assim. Há talvez, e é possível que essa seja

uma das conclusões principais a se tirar da iniciativa, hoje, grande oportunidade de propiciar o acesso das iniciativas da área da cultura a informações melhor fundamentadas, que aproximem a ponta da rede das discussões que são realizadas dentro da temática. Por vezes se trata mais de falta de acesso a formas mais diversas de conhecimento do que de filiação a um projeto, e a ampliação e capilarização da discussão dos diferentes temas e do diálogo pode ser uma importante porta de acesso a uma visão mais diversa e mais justa da história e da formação social, política e cultural de Santa Catarina (SIMÃO, 2018, p. 233).

Esse trecho reflete como ainda é difícil a realização de políticas públicas de ações afirmativas, promoção de culturas e valorização da população negra. A questão do preconceito enraizado na sociedade pela cronologia histórica, algo que deve ser constantemente combatido por meio do diálogo e através de políticas públicas entre os diferentes entes da federação. A identificação dos patrimônios culturais se torna uma forma de luta de cunho social e político, na qual explana disparidades da “vida cotidiana”, já que há ainda a ideia de homogeneização de diferentes indivíduos para serem aceitos na sociedade. Essa relação remete ao escrito de Gilberto Freyre “Casagrande e Senzala” (1933) sobre como se dá a sociedade brasileira e sua identidade nacional, a partir da divisão entre “raças”. Nesse sentido, há de se propor que gradativamente haja o fortalecimento e políticas públicas afirmativas para a pluralidade cultural.

3.3.1 Fichas de categorias dos Inventários Participativos (Iphan) na Exposição “Vozes que Pulsam: memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina”

Como explanado anteriormente, o Inventário Participativo, teve como papel nortear a produção de acervo para a exposição “Vozes que Pulsam: memória e cultura afro-brasileira em Santa Catarina”. Já as fichas de categorias, das metodologias de Inventários do Iphan, criaram os módulos expográficos. De acordo com Simão

foi feita a compilação do material registrado nas fichas de inventário participativo e nas entrevistas feitas pelos cursistas em suas instituições e localidades de origem. A partir desta compilação, a exposição foi pensada em módulos didáticos distintos, elaborados a partir das definições de categorias das fichas – Objetos e saberes, formas de expressão, lugares e celebrações – e apresentado em formato áudio-visual (SIMÃO, 2018, p.226).

Tendo a curadoria compartilhada, o patrimônio elencado pela comunidade foi reproduzido por meio de projetores nas salas do Museu Histórico de Santa Catarina – MHSC, “que fica no prédio chamado de Palácio Cruz e Souza, poeta negro catarinense” (SIMÃO, 2018,

p.226).



Figura 13. Imagens da Exposição e Oficinas. **Autor:** Acervo Casa Catarinense de Cultura por Maristela Simão.

O museu, localizado em Florianópolis, dividiu suas salas com narrativas projetadas nas paredes e 2 oficinas: Produção de bonecas Abayomi e criação de Máscaras Africanas (SIMÃO, 2018, p.229). Houve também apresentação de grupos de Capoeira e Oficina de Turbantes, nestes os públicos participantes foram escolas públicas e o público em geral (SIMÃO, 2018, p.229). Na compilação abaixo, mostra-se um pouco sobre a documentação da exposição.

As fichas das categorias foram expostas em projetores, mas o catálogo da exposição documentou as experiências elencadas pelos cursistas, como disposto no Anexo, sendo trabalhadas as fichas de Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes. Para uma melhor compreensão dos resultados do Inventário Participativo realizado, que subsidiaram a exposição “Vozes que Pulsam”, deve-se questionar sobre quais referências foram selecionadas e de que forma foram consolidadas. Assim, coube a análise detalhada das fichas de categorias sobre as referências culturais inventariadas pelo curso de capacitação e expostas como módulos na exposição:

O primeiro módulo a compor o catálogo fora o de “**Objetos e Saberes**”. Entre as referências destacadas neste módulo constam os saberes dos ferroviários negros envolvidos na

manutenção, operação e conservação de vias do sistema ferroviário no Estado de Santa Catarina (p. 6 e 7). Os textos destacam a importância desses trabalhadores na implementação e desenvolvimento das linhas férreas, em contraposição ao pouco reconhecimento dessa participação. Foram selecionadas fotografias antigas relativas a esses saberes, que retratam elementos das estradas de ferro (locomotivas, ferramentas, edificações) alguns dos quais depositados sob a guarda do Museu Ferroviário de Tubarão/SC. Bem como, imagens de cenas cotidianas com a presença de trabalhadores negros, sendo reconhecidas e caracterizadas nos textos explicativos. Foram destacados também, os saberes relacionados ao exercício do magistério, (p. 9 e 10) registrando-se professores antigos e atuais, tais como a Sra. Joana dos Santos, da cidade de Balneário Rincão, e Sra. Maria Aurora da Silva, do município de São José. O catálogo traz fotografias dessas pessoas, acompanhadas de relatos biográficos e autobiográficos, que ressaltam a excelência e a importância de seu trabalho, sua contribuição às comunidades em que atuaram, assim como as dificuldades por elas enfrentadas em razão do preconceito racial. O módulo de Objetos e Saberes é encerrado com os saberes de duas pintoras negras, Tercília dos Santos (1953-) e Valda Costa (1951-1993), representantes da arte Naif do Estado de Santa Catarina. Quanto ao registro desse saber presente no catálogo, há reproduções de obras das referidas pintoras, bem como análises críticas de suas contribuições à arte popular brasileira.

Já no Módulo de “**Formas de Expressão**” foram selecionadas as seguintes referências: a Capoeira, o Cacumbi, a Dança do Vilão, o Boi de Mamão e o Carnaval. Quanto à Capoeira, são apresentadas fotografias da performance nas rodas de grupos situados nas cidades de Fraiburgo, Jaraguá do Sul, Coronel Freitas e Orleans (p. 14 e 15), acompanhadas de textos relativos às origens dos grupos, ancestralidade e importância das práticas para o povo negro, assim como sobre a sua importância para a sociedade brasileira hoje. Outra forma de expressão inventariada foi o Cacumbi, ou Catumbi, como uma variação de congada ligada às festas de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito nas cidades de Florianópolis e Itapocu. Da mesma forma que a capoeira, o Cacumbi que foi registrado por meio de fotografias do exercício das práticas, mas nesse caso, as fotos enfocam instrumentos musicais e objetos que caracterizam essa forma de expressão (p.16). A Dança do Vilão (p.17), outra forma de expressão inventariada, é apresentada brevemente através de fotografias de praticantes em plena performance, acompanhadas por um verbete do Tesauro de Folclore e Cultura Popular Brasileira do Iphan que descreve e explica a expressão. Já o Boi de Mamão é descrito nos textos explicativos como uma expressão pela qual no Estado de Santa Catarina é muito reconhecido, sendo muito praticada e difundida por todo seu território. Entre as fotografias (p.18)

selecionadas para a sua caracterização, está a de um falecido Mestre atuante em Jaraguá do Sul, a quem se atribui suma importância na realização do folguedo, Sr. Manequinha. Há também fotos da indumentária do boi, da performance feita em uma escola municipal de Ribeirão Molha, assim como uma foto de um grupo praticando a expressão na cidade de Imbituba. Por fim, o Carnaval é a última expressão selecionada no catálogo, sendo caracterizado no texto explicativo como a maior das festas populares brasileiras, com origens “principalmente, entre as populações negras urbanas, sendo ao longo da história importante ferramenta de resistência e de construção de identidades.” (SIMÃO, 2016, p.19) As representações fotográficas do Carnaval em Santa Catarina trazem os desfiles de duas escolas de samba de Florianópolis e Orleans, assim como a imagem de um sambista, Sr. Lidinho, representante da Copa Lord, uma agremiação tradicional carnavalesca de Florianópolis.

No Módulo de “**Lugares**” foram escolhidos o Morro do Rosário, em Laguna, a própria cidade de Laguna e o Morro da Boa Vista, em Jaraguá do Sul. A escolha do Morro do Rosário (p.21), em Laguna, como a primeira menção a um lugar de referência pelo inventário participativo é bastante interessante, porque remonta à história de Laguna e sua antiga Igreja de N.S do Rosário dos Homens Pretos. Construída pela Irmandade de mesmo nome, no século XIX, esta fazia parte do itinerário das procissões na cidade e tinha muito destaque na paisagem urbana. Contudo, na primeira metade do século XX a igreja foi demolida, assim como o morro foi rebaixado e densamente ocupado, tornando-se invisível, na atualidade, segundo o texto explicativo dessa referência. As duas fotografias contidas no catálogo permitem ao visitante e leitor vislumbrar o destaque que o morro tinha e não tem mais, mas dizem também da sua permanência na memória local. A cidade de Laguna (p.22) é também um dos lugares selecionados, representada por meio da obra de um artista plástico local, Sr. Richard Calil Bulos, o Chachá (1935-1994), contendo reproduções de suas pinturas, que retratavam uma Laguna de comunidades de pescadores, lavadeiras e benzedeiras às margens da Lagoa de Santo Antonio dos Anjos. Há ainda no catálogo uma reprodução de uma poesia dedicada ao pintor, tratando da sua opção artística por essas comunidades populares. Em último lugar, incluído no catálogo foi o Morro da Boa Vista, em Jaraguá do Sul (p.23). Há apenas duas fotografias relativas a esta referência, uma panorâmica do referido Morro e outra de um descendente do patrono da comunidade afro-brasileira que ocupa o local. O texto explicativo apresenta uma narrativa acerca da ocupação do local, relacionada à vinda de trabalhadores negros para aquele município, para trabalharem em uma grande empresa da região. E o relato diz da expropriação desses grupos das antigas moradias da empresa, de sua expulsão das áreas centrais da cidade, vindo a ocupar o morro, tornando-o uma importante referência para essas comunidades negras

de Jaraguá do Sul.

No módulo de “**Celebrações**”, foram selecionadas apenas duas referências, uma das religiosidades de matriz africana e outra de matriz católica: as oferendas para Iemanjá e a Irmandade do Rosário. A primeira (p.25) é descrita como uma prática corrente no Estado de Santa Catarina, sobretudo nos municípios do litoral catarinense, mas pouco reconhecida como parte da diversidade religiosa que os constitui. E se somam ao texto duas fotografias de cerimônias à Iemanjá no Balneário Rincão, com a realização de oferendas à beira mar, com seus partícipes trajando roupas claras e turbantes. Cabe destacar que ambas as fotografias compõem o acervo do Museu Arqueológico Balneário Rincão, que um de seus funcionários, participou do Inventário Participativo e compôs a equipe de curadoria para a exposição. Já a referência à Irmandade do Rosário (p.26) é caracterizada por um texto explicativo que diz sobre a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos: data de construção (sec. XVIII), características estilísticas (arquitetura barroca), objetos e elementos contidos no seu interior. É dado destaque também ao fato de que foi da escadaria da edificação que o famoso pintor Victor Meirelles compôs sua obra panorâmica da cidade. Além disso, o texto explicativo trata da importância dessa irmandade para a sociabilidade e apoio mútuo das populações negras em Santa Catarina, reconhecida por sua longevidade e perenidade, bem como por ser espaço de “resistência de populações constantemente invisibilizadas” (SIMÃO, 2016, p. 29). As fotografias selecionadas acerca da Irmandade caracterizam bastante a edificação onde ocorrem as celebrações, mas também trazem a realização das festas, seus participantes, com destaque para a atual Provedora da Irmandade. Sra. Maria Terezinha Agostinho.

Há de se notar que os patrimônios culturais inventariados pelos participantes do curso de capacitação se aproximam de uma certa tendência institucional. Isto mostra que o modelo das fichas de inventários e os exemplos demonstrativos, apresentam-se como bens culturais já identificados pelo Iphan.

Pode-se inferir que as metodologias de inventários participativos (Iphan), como adaptações do INRC trouxeram algumas das referências culturais acauteladas pelo Iphan. Assim, será que os exemplos de referências culturais podem influenciar os grupos inventariantes no ato da identificação de seus patrimônios? Afinal há uma certa semelhança aos bens culturais protegidos, conforme a análise dos módulos expográficos. Essa é uma difícil problemática, pois envolve algumas questões, como: Quais são os grupos inventariantes? Quem está à frente do projeto? Que tipos de bens serão elencados? Para responder tais indagações, pode-se tomar como exemplo a experiência retratada neste capítulo. O grupo da capacitação foi formado em sua maioria, por profissionais atuantes da cultura, de sete regiões de Santa Catarina. Isto mostra

que essas pessoas possuíam envolvimento com noções de referências culturais. A Museóloga Maristela Simão, foi responsável pela formação da equipe, na qual disponibilizou meios para compreensão da preservação do patrimônio cultural e metodologias para a identificação de bens culturais. Os acervos identificados foram elencados pelos participantes do grupo de capacitação, referente às suas memórias afetivas, sendo a decisão de se inventariar feita por meio do diálogo entre os membros. Há de se notar que esse processo de identificação dos patrimônios culturais foi realizado por pessoas pertencentes, em escala maior ou menor, aos cenários das políticas culturais. Ou seja, talvez possuam a visão crítica para a realização desse inventário participativo, no qual elencaram tais patrimônios afro-brasileiros como de importância para contextos de luta, para a história do negro em Santa-Catarina.

Numa perspectiva geral, será que os futuros inventários participativos que irão ser realizados a partir das metodologias do Iphan, vão seguir os modelos exemplificados de referências culturais, ou também, precisarão de profissionais que apresentem conceituações sobre patrimônio cultural? Essa é uma grande indagação, que só estudos futuros de inventários participativos poderão solucionar. Contudo, ao que se pode perceber, mediante esta experiência e por meio de inventários participativos realizados, que se tem conhecimento, é que mesmo os manuais de aplicação dos inventários participativos (Iphan) sendo ferramentas de livre uso e acesso para quem dela queira se utilizar, é interessante haver um diálogo com especialistas da área para refletir sobre os caminhos possíveis para a identificação do patrimônio cultural pelas comunidades. Assim, o que será inventariado serão os bens escolhidos coletivamente por meio do diálogo, desta forma os Inventários Participativos do Iphan, cumpre o seu papel como metodologia para políticas públicas e participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um caminho bem árduo de como a sociedade está representada, fato este devido a como a história fora narrada, principalmente pelas políticas hegemônicas das diferentes épocas da sociedade brasileira. Isto demonstra os percursos das políticas de mobilização social e de representatividade cultural. Nesse viés, mesmo que um discurso seja considerado “o nacional” sempre pode existir meios para se retratar outras memórias que não as oficiais, como as narrativas que foram subtraídas ao longo dos anos.

Ao longo das políticas públicas e de preservação do patrimônio cultural alguns discursos foram se alterando, ainda que em pequenos passos, como: a participação de diferentes autores, debates com as comunidades, protagonismos sociais entre outros. Tal perspectiva mostrou-se até mesmo pela questão de como o patrimônio cultural foi moldado durante os anos. A representação identitária oficial que em primeiro momento colocou-se como homogeneização de culturas e identidades, anterior a criação do SPHAN, mostra-se em um segundo momento uma certa necessidade de uma nova concepção, de não apenas estar ligada aos patrimônios materiais com características Europeias, mas de trazer o protagonismo a quem é pertencente aos patrimônios culturais. A preocupação com as comunidades aos poucos toma espaço para um novo pensamento crítico, ainda que antes tratada como folclore ou cultura popular. De fato, há de se notar que a construção de uma nação não é fácil e é cercada por parâmetros de pessoas que estão no poder em seu tempo. A identidade nacional pode ser pensada como algo que deixa em desinência algumas culturas, mas por outro lado abre caminho para outras construções de discursos posteriores como das memórias sociais. É assim que as memórias coletivas possuem a capacidade de atualização do conceito antes aplicado, e que trazem diferentes narrativas para representações históricas. Assim, que a participação social entra em debate, ou melhor a participação democrática social baseada também nos movimentos sociais.

Ao se pensar pela prática da preservação do patrimônio cultural, os intelectuais destinados a elencar patrimônios para a proteção, tinham de ter motivos e parâmetros do que seria considerado como tais, isso demonstra um certo pensamento da época sobre o que já era considerado pelos governos. A preservação do patrimônio não é algo a parte da política e sim está diretamente ligado as hierarquias de poderes, tanto é que primariamente os bens eram considerados por sua beleza artística ou estilística para a representação do nacional. Envolvendo também à noção de que a população não sabe zelar pelo mesmo, por isso deve-se preservar para que as gerações futuras tenham acesso a ele. No entanto, os conceitos foram se ampliando, além da preservação da arquitetura colonial, para a nova noção de “referência cultural” com o CNRC,

com bens da cultura popular. Nesse período, que também os acervos de museus passam a ter uma nova perspectiva crítica de não apenas a preservação de objetos pelo seu caráter de importância de valor exótico à sociedade, mas para um contexto social. Esses anos de 1970 foram de extrema importância, para o futuro do patrimônio móvel e imóvel, as políticas internacionais estavam repensando sobre uma nova ótica ao patrimônio cultural. E é nesse âmbito, que a educação e a participação social têm uma certa proximidade com as políticas de preservação. O papel educativo nos museus ainda que tenha sido discutido anteriormente a este período, passaria a ter reforço pelas Cartas Patrimoniais ao longo dos anos posteriores. Como também, a Educação Patrimonial no âmbito do Iphan, envolvendo patrimônio e educação básica. Ainda que de 1980 a 1990 a discussão de Educação Patrimonial tenha sido tomada com vistas à população preservar o que já estava elencado como patrimônio, a política educacional patrimonial tomaria novos rumos. Ao que mais tarde começaria a se pensar em como a comunidade poderia fazer parte da construção dessas políticas, assim como a museologia social e socio museologia seguiriam também nesse viés.

Destarte, os inventários do patrimônio cultural foram acontecendo concomitante às mudanças de políticas públicas durante os anos. Como descrito anteriormente, os inventários se fariam com a finalidade de auxiliar o tombamento aos bens de notório valor ou para que não fossem demolidos. O caráter de proteção seria o fundamental para a realização dos inventários fossem eles móveis ou imóveis e sítios urbanos. Todavia, foram surgindo outras propostas de inventários como os de referências culturais, trazido por debates para construção do INRC. Em que os inventários passam a ser também instrumentos de identificação à uma diversidade abrangente de bens culturais. Surge também o registro do patrimônio imaterial, em que um INRC pode ou não ser registrado dependendo dos critérios que configurem como bens representativos nacionais.

Com base nas políticas públicas e nos inventários, pode-se observar que ao longo dessa cronologia, a preservação do patrimônio cultural conseguiu alcançar representatividades. Nesse sentido, os Inventários Participativos tiveram uma base das políticas consolidadas como também, uma nova perspectiva surgiria, não como forma de proteção ao patrimônio, mas como ferramentas de mobilização social e promoção do diálogo entre as comunidades e os profissionais de cultura, acerca do que se quer elencar como patrimônio. Nota-se que mesmo que estejam em processos de construção, os Inventários Participativos tem proporcionado diálogos e discussões que mudam a realidade das comunidades, por trazerem críticas sociais e propostas para a melhoria da comunidade, além da preservação do patrimônio. Como o exemplo referenciado, o Inventário Participativo realizado pelo curso de capacitação “Museu, memória

e cultura afro-brasileira” no processo de pesquisa debateu sobre o protagonismo da memória negra no Sul do Brasil, discussão muito delicada, visto que é uma região do país formada por grande parcela de pessoas da cor branca e de política e costumes conservadores. O inventário realizado trouxe debates sobre a narrativa histórica e cultural do negro, como protagonista, de modo a ressignificar o olhar, num espaço hegemônico e colonial. Na exposição “Vozes que Pulsam” o negro não é exposto com o discurso escravocrata hegemônico do colonizador, ou que sabe sambar e gingar em roda de capoeira. O negro adentra na instituição museal com a sua representatividade, construída pela a sua voz e pela sua tradição e costumes provenientes de sua comunidade. Seu patrimônio fora selecionado pelo próprio grupo social e não pelo Estado elencando o que deveria ser considerado patrimônio e caracterização para outrem. É aí que entra a diferença de discurso de quando o patrimônio é representativo e crítico e de quando ele é para a contemplação e para a reprodução de discursos únicos de legimitimidade.

Deste modo, as metodologias de Inventário Participativo tem uma proposta crítica com viés na mobilização e na participação social. Mostra-se que a representatividade identitária ainda está longe de ser alcançada, mas as políticas públicas de ações afirmativas e pluralidades devem constantemente ser fortalecidas, interligadas ao âmbito do patrimônio cultural para que possa “promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais.” (FLORÊNCIO, 2012, p. 26).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABER. Associação Brasileira de Encadernação e restauro. Código de ética do Conservador-Restaurador, São Paulo, 2013.
- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023: Informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24f.
- _____. NBR 6024: Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7f.
- _____. NBR 6027: Informação e documentação – Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2012. 3f
- _____. NBR 10520: Informação e documentação – referências – citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 7f.
- _____. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos Acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 11f.
- _____. NBR 15287: informação e documentação – trabalhos Acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 8f.
- ABREU, Regina. Por um museu de cultura popular. In: Ciências em Museus. 1990.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução Denise Bottman. Companhia das Letras. São Paulo. 1^a Ed. 2008.
- ARANTES NETO, Antônio Augusto. Palestra de Antônio Arantes: “Inventário Nacional de Referências Culturais – Construção de um Instrumento para identificação do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro” realizada em junho de 2016, na Universidade de Brasília. Brasília, 2016.
- ASSIS, Thais Melo. Diagnóstico quantitativo das ferramentas de busca em meio eletrônico que alcançam a publicação: “Educação Patrimonial: inventários Participativos” (2016). Diagnóstico. 2º Produto das práticas supervisionadas. In: Processo Administrativo nº 01450.012016/2015-14 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2017.
- _____. Identidade, Memória Social e Patrimônio. Artigo Científico. Trabalho final das disciplinas do 1º Módulo de Aulas. In: Processo Administrativo nº 01450.012016/2015-14 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.
- _____. Inventários Participativos como instrumentos de mobilização social. Artigo Científico. 1º Produto das práticas supervisionadas. In: Processo Administrativo nº 01450.012016/2015-14 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.
- _____. Projeto de Pesquisa da Dissertação. In: Processo Administrativo nº 01450.012016/2015-14 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2016.
- ATENAS. Carta de Atenas. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2017.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Coordenador do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da

Bahia e consultor da UNESCO para preservação de monumentos e sítios. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n. 22, 1987.

_____. Inventário como Instrumento e Proteção: A Experiência Pioneira do Ipac-Bahia. In: MOTTA, Lia. SILVA, Ana Beatriz Resende (org). Inventários de Identificação. Um panorama da experiência brasileira. IPHAN, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: A revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. In: Revista do Patrimônio nº 35. Iphan, 2017.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Walter Benjamin: magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura; obras escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BIONDO, Fernanda. Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas. Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 01 jun. 2017.

_____. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. Decreto Lei nº 8772, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8772.htm>. Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. Lei nº 13.123, de 29 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm> Acesso em: 15 nov. 2016.

BOHAN, Hugues de Varine. O museu comunitário como processo continuado. IN: Cadernos CEOM – Ano 27, n. 41 - Museologia Social. 2014.

_____. Unmusée "éclaté": leMusée de l'homme et de l'industrie Le CreusotMontceau-Ies-Mines. Museum, Paris, v.25, 1973.

BOUNIA, Alexandra. The nature of classical collecting: collectors and collections, 100 BCE-100 CE. Aldershot: Ashgate. 2004.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembrança de velhos. Ed. Companhia das Letras. São

Paulo, 1994.

CALABRE, Lia. O Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional dentro do contexto da construção das políticas públicas de cultura no Brasil. In: Revista do Patrimônio nº 35. Iphan, 2017.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Ed. Contexto. São Paulo, 2011.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Ferramentas de busca na Web. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a06v30n1.pdf>> Acesso em 19 fev. 2017.

CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade/ Mário de Souza Chagas. Chapecí: Argos, 2006. 135 p.

_____. Síndrome de Museus? Série Encontros e Estudos, Rio de Janeiro, v. 2, p. 51-68, 1996. Disponível em: <<http://reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/Sindrome%20de%20museus.pdf>> Acesso em 10 ago. 2016.

CHAGAS, Mário de Souza. SANTOS. Myrian. Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. Rio de Janeiro. MINC/IPHAN/DEMU. 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. GOUVEIA, INÊS. Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: Cadernos CEO - Ano 27, nº41 – Museologia Social. 2014.

CHAUI. Marilena. Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisas em ciências sociais e humanas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOAY, Françoise. A Consagração do Monumento Histórico. In: A Alegoria do Patrimônio. Lisboa: Edições 70, 1999.

CHUVA. Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional. Nº34. IPHAN, 2012.

_____. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi (Rio de Janeiro), v. 4, p. 313-333, 2003.

_____. Sobre a invenção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil. Alguns aspectos metodológicos para a pesquisa. p.113 – 120. In: Oficina de estudos da preservação. Coletânea I. Iphan Rio. Maria Rosa Correia Org. RJ 2008.

_____. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002, p.79-105. In: Revista do Patrimônio nº 35, IPHAN. Rio de Janeiro, 2017.

COSTA, Lygia. De Museologia Arte e Políticas de Patrimônio. Edições do Patrimônio. Rio de Janeiro, IPHAN, 2002.

_____. Entrevista – Depoimento. In: Revista do Patrimônio Nº 31. Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional. 2005, p 274 – 314.

FARIA, Ana Beatriz Goulart de. Cadernos pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade. Ministério da Educação (MEC): agosto, 2010.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação Patrimonial: Algumas Diretrizes Conceituais. In: Cadernos do Patrimônio Cultural. Adson Rodrigo S. Pinheiro (org). Fortaleza, Iphan, 2015.

_____. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila B. (org). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. Caderno Temático 2, João Pessoa, Superintendência do Iphan-PB, 2012, p. 22-29.

FONSECA, Cecília. A Noção de Referência Cultural nos Trabalhos de Inventário. In: MOTTA, Lia. Inventários de Identificação. Um panorama da experiência brasileira. Ana Beatriz Resende Silva (org). IPHAN, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: Inventário Nacional de Referências Culturais. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf> Acesso em 19 jan. 2016.

_____. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro. UFRJ; IPHAN, 1997 e 2009.

_____. O Patrimônio cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

FORTALEZA. Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, Fortaleza, 1997. Carta de Fortaleza. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os limites do patrimônio. In: Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneo. Blumenau, 2007.

_____. Patrimônio Cultural e Narrativas Nacionais. In: A Retórica da Perda. Os Discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 2002.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. 2000 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/9194/7788>> Acesso em: 04 abr. 2017.

_____. Teoria dos movimentos sociais paradigmas. Clássicos e contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo: 1997

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Paris, França. 1986. Traduzido. Ed Vertice, São Paulo, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro, 2006.

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Sobre História. Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 2013.

HORTA, Maria Lourdes Parreiras. GRUNBERG, Evelina. MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial, Iphan, 1999.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução Sérgio Alcides. Seleção de Heloisa Buarque de Hollanda. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Histórico. Programa Pontos de Memória. 200[?]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/acoes-e-programas/pontos-de-memoria/programa-pontos-de-memoria/>> Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Programa Pontos de Memória faz levantamento de inventários participativos. 200[?]. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/redes-de-memoria-e-museologia-social-iniciam-levantamento-sobre-inventarios-participativos/>> Acesso em: 15 set. 2017.

_____. Apostila do Curso de Capacitação Museu, memória e cultura afro-brasileira. In: Plataforma Saber Museus. Santa Catarina, 2016.

_____. Caminhos da Memória. Museu, Memória e Cultura Afro-brasileira. 2018.

_____. Curso de Capacitação: Museu, memória e cultura afro-brasileira. Plataforma Saber Museu. Disponível em: <<http://ead.museus.gov.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

_____. Caminhos da Memória: Para fazer uma exposição. IBRAM. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Caminhos-da-Mem%C3%B3ria-Para-fazer-uma-exposi%C3%A7%C3%A7%C3%A3o1.pdf>> Acesso em: 29 set. 2017.

_____. Catálogo Exposição “Vozes que Pulsam: Memória e Cultura afro-brasileira em Santa Catarina. SIMÃO, Maristela (org). Santa Catarina, 2016. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/mhsc/arquivosSGC/DOWN_133654vozes_catalogo15x15_pronto.pdf> Acesso em: 19 set. 2017.

_____. Pontos de Memória. Metodologia e Práticas em Museologia Social. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e a Cultura. Phabrica. Brasília, 2016.

ICOM. International Council of Museums. Mesa Redonda de Santiago do Chile 1972. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>> Acesso em 10 jan. 2017.

_____. Declaração de Caracas 1992. Disponível em: <<http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>> Acesso em 15 jun. 2017.

_____. International movement for a new Museology – MINOM. Disponível em: <<http://www.minom-icom.net/about-us>> Acesso em 25 jul. 2017.

ICOMOS. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS, 1964, Veneza. Carta de Veneza. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em: 19 de jul. 2017.

INFOMONEY. Os sites mais acessados no Brasil e no mundo. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/gadgets/noticia/6726364/sites-mais-acessados-brasil-mundo>> Acesso em 18 abr. 2017.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. ATA de reunião do GT de Revisão do INRC. Memória da reunião dos servidores que comporão o Grupo de Trabalho de Avaliação do INRC. Brasília, DF, Prédio do Iphan Sede, 16 e 17 de junho de 2016. In: Arquivo Digital da Ceduc. Brasília, 2016.

_____. Curso do Iphan sobre Sistema de Conhecimento e Gestão dos bens culturais. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/336/curso-do-iphan-apresenta-sistema-de-conhecimento-e-gestao-dos-bens-culturais>> Acesso em 18 jun. 2017.

_____. Edital de Seleção Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado%20Profissional%20em%20Preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B3nio%20Cultural%20-20Edital%20de%20Sele%C3%A7%C3%A3o%20-%20Turma%202015.pdf>> Acesso em: 11 mai. 2017.

_____. Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InventarioDoPatrimonio_15x21web.pdf> Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240>> Acesso em: 17 set. 2017.

_____. Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/INDL_Guia_volt1.pdf>

_____. Inventário Nacional de Bens Sítios Urbanos Tombados – INBI/SU. Manual de preenchimento, 2001. Edição Senado.

_____. Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.

_____. Linha de pesquisa. 200[?]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/305>> Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. Monumenta restaura locais históricos de Natividade (TO). 200[?]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1828/monumenta-restaura-locais-historicos-de-natividade-to>> Acesso em: 19 ago. 2017.

_____. Ofício nº 043/2010/DAF/IPHAN. Parceria IPHAN MEC, Brasília, 2010. In: Arquivo Digital da Ceduc.

_____. Patrimônio Imaterial. 200[?]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acesso em: 18 set. 2017.

_____. Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura. 4 Ed., 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf> Acesso em: 04 set. 2017.

_____. Política Nacional de Museus. Relatório de Gestão 2003/2006. Departamento de Museus e Centros Culturais. 2006. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/relatorio_2003_2006_1.pdf> Acesso em 8 jul. 2017.

_____. Portaria nº 137. De 28 de Abril de 2016. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf> Acesso em: 01 mai, 2016.

_____. Portaria nº 160, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre os instrumentos de Inventários do Patrimônio Cultural no âmbito do IPHAN. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=39&data=12/05/2016>> Acesso em: 27 dez, 2020.

_____. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. Rio de Janeiro, 1980. Disponível: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/.../Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/.../Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)> Acesso em: 04 set. 2017.

_____. Relatório Final do Grupo de Trabalho de Avaliação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Arquivo da COIDE/CGIR/DPI. Brasília, 2019.

_____. Roda de Capoeira. <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>> Acesso em: 12 jul. 2019.

IPHAN/MEC. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Ministério da Educação. Educação Patrimonial no Programa Mais Educação. Fascículo 1. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducação_fas1_m.pdf> Acesso em: 13 set. 2017.

_____. Educação Patrimonial no Programa Mais Educação. Manual de Aplicação. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducPatrimonialProgramaMaisEducação_m.pdf> Acesso em: 02 set. 2017.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: Cadernos de Diretrizes Museológicas 1. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf> Acesso em: 10 ago. 2017.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp. 2003.

_____. Documento/Monumento. Encyclopédia Einaudi. Memória – História. Lisboa, 1984.

LERNER, Dina. Experiências de Inventário no Estado do Rio de Janeiro. In: MOTTA, Lia. SILVA, Ana Beatriz Resende (org). Inventários de Identificação. Um panorama da experiência brasileira. IPHAN, Rio de Janeiro, 1998.

MARTINS, Ana Betânia. Cartografia do Patrimônio Cultural: uma análise da cartografia no âmbito dos Inventários Nacionais do IPHAN. IPHAN, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_MARTINS_Anna_Betania.pdf> Acesso em: 01 set. 2017.

MEC. Ministério da Educação. Apresentação. Programa Mais Educação. 200[?]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao/apresentacao>> Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Manual Operacional de Educação Integral. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/100-resolucoes?download=8525:manual-mais-educacao-2013>> Acesso em: 12 mar. 2016.

MICHAELIS: Moderno dicionário da língua portuguesa. Melhoramentos. São Paulo. 2007. Disponível em:<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=invent%E1rio>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

MINC. Ministério da Cultura. Política nacional de museus / organização e textos, José do Nascimento Junior, Mário de Souza Chagas. – Brasília : MinC, 2007. 184 p. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2020.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural. 2008. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/11164/o-inventario-como-instrumento-constitucional-de-protecao-ao-patrimonio-cultural-brasileiro/1>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MORAIS, Sara Santos. RAMASSOTE, Rodrigo Martins. ARANTES NETO, Antônio Augusto. Trajetória e desafios do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): entrevista com Antônio Arantes. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/104911>> Acesso em: 01 set. 2017.

MOTTA, Lia. SILVA, Ana Beatriz Resende. (org) Inventários de Identificação. Um panorama da experiência brasileira. IPHAN, Rio de Janeiro, 1998.

_____. Patrimônio Urbano e Memória Social: Uma avaliação sobre o descompasso entre discursos e ações de preservação. In: Oficina de Estudos da Preservação. Coletânia I. CORREIA, Maria Rosa (Org). IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.

_____. Sítios Urbanos e Referência Cultural: a situação exemplar da Maré. Rio de Janeiro, 2017.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. In: Cadernos de Museologia nº1, 1993.

_____. Museus e Sociedade. Portugal: Museu Etnológico. Cadernos do Patrimônio, nº 5, 1989.

NAMER, Gérard. Memoire et société. Paris: Méridiens Kincksieck, 1987. (Collection Société).

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo. Brasiliense, 1985.

PADILHA, Renata Cardozo. Documentação Museológica e Gestão de Acervo. Coleção de Estudos Museológicos, v.2. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/arquivosSGC/DOWN_175328Documentacao_Museologica_Gestao_Acervo.pdf> Acesso em: 04 jul. 2017.

PEREIRA, Mariana. As pinturas murais no casario de Penedo, Alagoas: um inventário da produção muralista do século XIX, Rio de Janeiro, IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado_em_Preservacao_Dissertacao_PEREIRA_Mariana_Aline_Barbosa.pdf> Acesso em: 11 ago. 2017.

PETRÓPOLIS. 1º SEMINÁRIO BRASILEIRO PARA PRESERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS, Petrópolis, 1987. Carta de Petrópolis. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Petropolis%201987.pdf>> Acesso em: 06 set. 2017.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996 (103-130).

QUEBEC. Declaração de Quebec de 1984. Princípios de uma Nova Museologia. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/4894-1984-declaracao-de-quebec.html>> Acesso em: 03 de jul. 2017.

RABELLO, Sônia. O Estado na Preservação de Bens Culturais. O Tombamento. IPHAN, Rio de Janeiro, 2009.

RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosangela Org. Paisagens subjetivas e paisagens sociais. Ed. Hucitec. Brasília, 2012.

REPEP. Rede Paulista de Educação Patrimonial. GT Minhoca. Disponível em: <<https://repep.fflch.usp.br/gt-minhocao>>. Acesso em: 28 de dez. 2020.

RIBEIRO, Emanuela. SILVA, Aline. Inventários de bens móveis e integrados como instrumento de preservação do patrimônio cultural: a experiência do INBMI/Iphan em Pernambuco, 2010. Projeto História nº40.

ROMANOWSKI, J. P; ENS, T. R. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SABINO, Roberto. Patrimônio Nacional: Um campo de disputas pela construção de representações (1967-1984). I Encontro Internacional de Direitos Culturais. 2012.

SALA, Dalton. Mário de Andrade e o Anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. Ver. Inst. Est. Bras – SP, 1990.

SANT'ANNA, Márcia. Avanços da Política se Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. In: Patrimônio Imaterial: O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Ministério da Cultura. 4 Ed, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf> Acesso em: 15 ago. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do Tempo: Para uma nova cultura política. Ed. Cortez. 1ª Ed. São Paulo, 2006.

_____. Intrépido Rodrigo. 2007. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/retrato/intrepido-rodrigo>> Acesso em: 19 ago. 2017.

SANTOS, Fausto Henrique dos. Metodologia aplicada em museus. São Paulo. Editora Mackenzie, 2000.

- SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a nova Museologia. In: Cadernos de Sociomuseologia nº18, 2002.
- _____. Encontros Museológicos reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro, MINC/IPHAN/DEMU. 2008.
- SANTOS, Maria Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cidadania*. nº 24: 77-95. 1996.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização, do pensamento único a consciência universal. Ed. Record. Rio de janeiro, 2011.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Canibalismo da memória: o negro nos museus brasileiros. In: Revista do Patrimônio nº 31. Iphan, 2005.
- SCIFONI, Simone. Para repensar a Educação Patrimonial. In: Cadernos do Patrimônio Cultural. Adson Rodrigo S. Pinheiro (org). Fortaleza, Iphan, 2015. In: Revista do Centro de Pesquisa e Formação. Nº5, 2017.
- _____. NITO, Mariana Kimie. O patrimônio contra a gentrificação: A Experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão.
- SILVA, Carolina Di Lello. Inventário do Patrimônio Cultural no IPHAN: instrumentalização do discurso na política nacional de preservação. Rio de Janeiro, IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carolina_Silva_dissert.pdf> Acesso em: 09 ago. 2017.
- SIMÃO, Maristela. A presença Africana e Afro-Brasileira nos museus de Santa Catarina. Lisboa 2018.
- SIMÕES, Gabriel Lima; SIMÕES, Janaina Machado. Reflexões sobre o conceito de participação social no contexto brasileiro. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/reflexoes-sobre-o-conceito-de-participacao-social-no-contexto-brasileiro.pdf>> Acesso em: 15 mar.2017.
- SIVIEIRO. Fernando Pascuotte. Educação e Patrimônio Cultura: uma encruzilhada nas políticas de preservação. Escola Politeia. São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/90786/97599>> Acesso em: 19 abr. 2017.
- VIEIRA NETO, João Paulo. Projeto desenvolvimento institucional e técnico – operacional para ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil. VI produto. In: Projeto nº OEI/BRA 08/007. Organização dos Estados Ibero-Americanos Para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI. Brasília, 2014.

APÊNDICE

Sistematização de busca para "Educação Patrimonial: Inventários Participativos"

Título	Divulgação da Publicação	Eventos	Experiências	Referência Bibliográfica	Notícia	Descrições	Fonte	Acesso em:	URL
Educação Patrimonial: Inventários Participativos	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicação em meio digital	Iphan	17/11/2016	http://n.gov.br/uploads/publicacao/inventario_ipatrimonio_15x21web.pdf
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo iphan	Sim	Não	Sim	Não		Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	Iphan	17/11/2016	http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3551
Publicações	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicações referentes à Educação Patrimonial	Iphan	18/11/2016	http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=308&busca
Educação Patrimonial: Inventários Participativos	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Ufmg	28/11/2016	http://www.arq.ufmg.br/bib/index.php/2016/06/28/4613/
Educação Patrimonial: Inventários Participativos iphan lança a publicação "Educação Patrimonial: inventários Participativos"	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Ufmg	28/11/2016	http://www.arq.ufmg.br/biblioteca/?p=4613 http://www.archdaily.com.br/790201/iphan-lanca-a-publicacao-educacao-patrimonial-inventarios-participativos
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo iphan	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Ipol	29/11/2016	http://e-ipol.org/tag/inventario-participativo/
Educação Patrimonial - inventários Participativos - Manual de Aplicação - IPHAN	Sim	Não	Não	Não	Sim	Venda ilegal da publicação	Portal dos Livreiros	28/11/2016	http://www.portaldoslivreiros.com.br/livro.asp?codigo=54289&título=Educacão Patrimonial: Inventários Participativos (Manual de Aplicacao)IPHAN
Saindo quentinho do forno: Educação Patrimonial - Inventários Participativos	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	Wordpress	28/11/2016	https://educacaopatrimonial.wordpress.com/2016/04/
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo iphan	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	Defender	29/11/2016	http://defender.org.br/tag/referencias-culturais/?print=print-search
Publicações	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicações referentes à Educação Patrimonial	Wordpress	29/11/2016	https://educacaopatrimonial.wordpress.com/publicacoes-e-referencias/
Saindo quentinho do forno: Educação Patrimonial - Inventários Participativos	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Pinterest	30/11/2016	https://br.pinterest.com/pin/339178034287246/

Práticas da Preservação na França, México e Brasil: Convergências de um debate. SCIFONI, Simone.	Não	Não	Sim	Sim	Não	Artigo "Os inventários participativos se tornam uma opção metodológica nos esforços de aproximação das instituições de patrimônio nas localidades, quer sejam lugares ainda em estudo para tombamento ou já tombados. Segundo um dos protagonistas de uma experiência pioneira realizada em 1998, na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, os inventários participativos são, antes de tudo, um direito das populações de participar da construção de uma memória oficial, do que deve ser lembrado a partir da preservação de seus suportes materiais." (p. 63)	Revista CPC - USP	30/11/2016	www.revistas.usp.br/cpc/article/download/111910/115876
II Econtro de Trabalho da REPEP	Sim	Sim	Não	Não	Sim	"O Segundo Encontro de Trabalho apresentará as ações que a Rede vem desenvolvendo por meio de seus GTs (Grupos de Trabalho), para repensar estratégias de atuação e o que vem a ser o papel de um coletivo educador na área de patrimônio cultural. Para tanto, contaremos com as debatedoras Ingrid Ambrogi (Universidade Mackenzie) e Sônia Florêncio (Ceduc/IPHAN) para realizarmos debates."	Sympia	30/11/2016	https://www.sympla.com.br/ii-encontro-de-trabalho-da-recep_e63155
Iphan - AC realiza Oficina de Educação Patrimonial em Xapuri	Não	Sim	Sim	Não	Sim	"Com o tema Conceitos e Práticas sobre o patrimônio cultural e sociedade, o IPHAN-AC desenvolverá no dia 03.12.2013 uma Oficina de Educação Patrimonial com a comunidade xapuriense. O objetivo é despertar sensibilidades a respeito das expressões histórico-culturais nos participantes, ao mesmo tempo em que esses possam contribuir na identificação e compreensão do patrimônio ali existente para a equipe técnica da Superintendência Estadual no Acre, numa troca de saberes e percepções acerca da cidade de Xapuri."	Cadernos do Patrimônio	30/11/2016	http://cademosdopatrimonio.org/tao/educacao-patrimonial/
Educação Patrimonial - Inventários Participativos	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Cidades Educadoras	30/11/2016	http://cidadeseducadoras.org.br/materiais/tema/educação-patrimonial/
A Educação Patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural. THOMPSON, Analucia; SOUZA, Igor Alexander do Nascimento.	Não	Não	Não	Sim	Não	Texto referente à Educação Patrimonial e ao inventário Pedagógico para o Programa Mais Educação "A ideia é que os estudantes elaborem um inventário de conhecimentos a partir do território em que se localiza a escola, vivenciando o Patrimônio Cultural ao longo do processo." (p. 164)	Ufba	05/12/2016	https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/13405/9755
Inventários participativos são tema de debate em São Paulo - BRASIL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	"No encontro vão ser apresentados os primeiros resultados das atividades que estão sendo desenvolvidas por meio de Grupos de Trabalho (GT). Para tanto, o evento vai contar com as mediadoras Ingrid Hötte Ambrogi, professora do Programa de Pós Graduação em Educação Arte e História da Cultura e do Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e Sônia Regina Rampini Florêncio, Coordenadora de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (iphan). Durante o II Encontro também será lançada a publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos do IPHAN. A publicação é uma ferramenta para a sociedade civil evidenciar a cultura como eixo de desenvolvimento local. A metodologia está sendo utilizada pela REPEP no GT Baixo Centro."	Crespial	05/12/2016	http://www.crespial.org.pt/Noticias/Detalle/4020/inventarios-participativos-sao-tema-de-debate-em-sao-paulo-brasil

Desafios para uma nova Educação Patrimonial. SCIFONI, Simone.	Não	Não	Não	Sim	Não	<p>Artigo "Além das novidades colocadas pela instrução Normativa para a educação patrimonial, a recente instituição de um marco legal para o campo, ou seja, a Portaria 137/2016, deve estimular, também, uma reorientação de práticas, uma vez que, doravante, devem seguir princípios como: favorecer a participação social nas ações educativas; integrá-las no cotidiano e na vida das pessoas; compreender o território onde se atua como espaço educativo; fomentar a relação de afetividade em relação aos bens culturais; e, principalmente, reconhecer que as práticas educativas se inserem em um campo de negociação e conflito entre diferentes grupos sociais. Essa portaria, acompanhada, na sequência, da publicação da metodologia dos inventários participativos (IPHAN, 2016), representam, assim, um deslocamento da matriz em educação patrimonial, no mesmo sentido que Meneses (2009) atribuiu ao papel da Constituição Federal de 1988, em relação ao Decreto-Lei 25 de 1937." (p.10)</p>	Uerj	05/12/2016	www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/download/25231/pdf
2º Encontro de Trabalho da Rede Paulista de Educação Patrimonial	Sim	Sim	Não	Não	Sim	"Durante o II Encontro também teremos o lançamento da publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos do IPHAN"	Sisemsp	05/12/2016	http://sisemsp.org.br/?option=com_content&view=category&layout=blog&id=69&Itemid=76&sa=U&e=VfhuJru6KoHQkAXqwYGgDw&ved=0CPICEBywWiiAQ&usq=AFQICNFsJB2nm3
Inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia. JANEIRINHO, Raquel.	Não	Não	Sim	Sim	Não	<p>Dissertação de Mestrado "Visando uma melhoria quantitativa e qualitativa no conhecimento do território base objeto do programa museológico do CIAB - particularmente ao nível do património de índole rural -, bem como o (re-)estabelecimento de laços de pertença, diálogo e reconhecimento entre a comunidade das várias povoações da freguesia de Atouguia da Baleia, o museu em implementação e os seus patrimónios, avançou-se para o terreno com um projeto que se designou por 'Inventário Participativo do Património Cultural' (IP)"</p>	Museologia Portugal	05/12/2016	http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/raquel_janeirinho.pdf
Brasil comemora 80 anos de preservação do patrimônio cultural	Sim	Sim	Não	Não	Sim	"Já no âmbito da participação social, o iphan apresenta o manual Educação Patrimonial: Inventários Participativos, uma ferramenta metodológica que tem como objetivo fomentar a discussão sobre patrimônio cultural e estimular a busca, pela própria comunidade, da valorização e identificação de suas referências."	História e Arquitetura	05/12/2016	http://historiaearquitetura.blogspot.com.br/2016/05/brasil-comemora-80-anos-de-preservacao.html
III Feira do Livro do Vale do São Francisco. Atividades de Formação e Oficinas	Não	Sim	Não	Não	Não	"Educação Patrimonial por meio de Inventários Participativos. O curso tem como objetivo contribuir para inserção do tema do Patrimônio Cultural nas atividades realizadas por docentes, fomentando discussões e processos de identificação e documentação das referências culturais locais por meio da realização de Inventários Participativos. Para tanto será utilizado o material do Inventário Participativo desenvolvido pelo iphan com o objetivo de promover a mobilização e sensibilização de comunidades em torno da valorização, produção de conhecimento e registro de seu patrimônio cultural."	Feria do Livro Petrolina	05/12/2016	http://www.feiradolivropetrolina.com.br/?page_id=3008
Educação Patrimonial em Arqueologia	Não	Não	Não	Sim	Não	Divulgação da publicação do iphan	Arqueologia ep	05/12/2016	http://www.arqueologia-ep.blog.br/p/publicacoes-do-iphan-para-ed.html

IIPHAN lança o inventário Participativo	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Página do Facebook Casa das Cadeiras	13/12/2016	https://www.facebook.com/casadascaderas/posts/13794825397394
Inventários participativos são tema de debate em São Paulo	Sim	Sim	Não	Não	Sim	"Durante o II Encontro também será lançada a publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos do IIPHAN. A publicação é uma ferramenta para a sociedade civil evidenciar a cultura como eixo de desenvolvimento local. A metodologia está sendo utilizada pela REPEP no GT Baixo Centro."	Jornal Brasil	13/12/2016	http://oma.brasil.com.br/noticia/inventarios-participativos-sao-tema-de-debate-em-sao-paulo.html
Atribuições do IIPHAN na preservação do Patrimônio Histórico Nacional. Curso de capacitação de condutores culturais ambientais para a APA Anhatomirim	Não	Não	Não	Não	Não	Apresentação de Power Point "Programa Mais Educação, parceria com o MEC, com disponibilização de Kit sobre Educação Patrimonial para escolas estaduais ou municipais, o resultado é a realização de inventários participativos sobre patrimônio cultural local."	UFSC	13/12/2016	http://cursoapadeanhatomirim2016.ufsc.br/files/2016/10/Apresentacao-iphan-Carla-Cruz.pdf
Inventário Participativo de Viamão: Uma salutar discussão sobre o direito de valorizar	Não	Não	Sim	Não	Não	"...a concepção de inventário Participativo tem por trás desse debate sobre o "direito de decidir o que é e o que não é possível de preservação e, portanto, merece todos os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação", o que evidentemente deve ser de todos, questão esta colocada primeiramente pela Constituição Cidadã de 1988."	Jornal Quarteirão	13/12/2016	http://www.quarteirao.com.br/pdf/polo1%20/texto6.pdf
Inventário Participativo de Itapina	Não	Não	Sim	Não	Não	"Segundo a museóloga Paula Nunes, o inventário Participativo de Itapina foi proposto para a formação de acervo do Museu Virginia Tamanini, através da identificação de acervo e produção de material audiovisual sobre a história local. "Ter a Faculdade Castelo Branco como parceira neste processo nos permite a inserção de futuros profissionais no sítio histórico e tornar o projeto de extensão mais diversificadas, desenvolvendo seu potencial turístico", afirma."	Secretaria de Cultura do Espírito Santo	13/12/2016	http://www.secult.es.gov.br/noticias/19599/inventario-participativo-garante-formacao-de-acervo-do-museu-virginia-tamanini.html ; http://www.es.gov.br/Noticias/170737/inventario-participativo-garante-formacao-de-acervo-do-museu-virginia-tamanini.htm ; http://www.fcb.edu.br/noticias/438/Projeto-de-extensao-inventario-participativo-de-itapina-2014.html ; http://icaitapina.blogspot.com.br/p/blog-page.html ; http://arquivisticafeu.blogspot.com.br/2014/06/inventario-participativo-garante.html
A rede caorense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campomuseológico autônomo. GOMES, Alexandre. VIEIRA, João Paulo.	Não	Não	Sim	Sim	Não	Artigo "A proposta inicial, de historiar o processo de organização social dessas comunidades foi modificada no decorso das atividades, diante da percepção da memória enquanto ferramenta de mobilização e articulação comunitária. Assim, a realização dos inventários participativos impulsionou uma demanda para a construção de espaços de memória local, onde estivessem dispostos os acervos comunitários formados através dos processos organizados, planejados, construídos e geridos pelas próprias comunidades." (p.400)	Unochapecó	13/12/2016	https://bel.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/cc/article/viewFile/2615/1514

Sistematização de busca para "Aplicação Inventários Participativos IPHAN"

Titulo	Divulgação da Publicação	Eventos	Experiências	Referência Bibliográfica	Noticia	Descrições	Fonte	Acesso em:	URL
Educação Patrimonial: Inventários Participativos	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicação em meio digital	iphan	09/12/2016	http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariopatrimonio_15x21web.pdf
Publicações	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicações referentes à Educação Patrimonial	iphan	09/12/2016	http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo Iphan	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	iphan	09/12/2016	http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3551
Portaria IPHAN Nº 194, DE 18 DE MAIO DE 2016	Não	Não	Não	Não	Não	"Dispõe sobre diretrizes e princípios para a preservação do patrimônio cultural dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, considerando os processos de identificação, reconhecimento, conservação, apoio e fomento."	iphan	09/12/2016	http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckeditor/arquivos/Portaria_iphan_194_de_18_05_2016.pdf
Programa Pontos de Memória faz levantamento de inventários participativos	Não	Não	Não	Não	Sim	"O Programa Pontos de Memória convida as redes territoriais e temáticas de memória e museologia social a fazerem um levantamento das iniciativas que tenham desenvolvido ou estejam em processos de realização de seus inventários participativos. Considerados etapa fundamental para o desenvolvimento de Pontos de Memória, os inventários participativos são instrumentos de estímulo para que os próprios grupos e comunidades locais possam, em primeira pessoa, assumir a identificação, a seleção e o registro das referências culturais significativas para suas memórias e histórias sociais em seus processos de musealização."	Ifram	09/12/2016	http://www.museus.gov.br/tag/inventario-participativo/
Educação Patrimonial - Inventários Participativos - Manual de Aplicação - IPHAN	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Venda ilegal da publicação	Portal dos Livreiros	09/12/2016	http://www.portaldoslivreiros.com.br/livro.asp?codigo=54289&título=Educação_Patrimonial:_Inventários_Participativos_(Manual_de_Aplicação_IPHAN)
Educação Patrimonial - Inventários Participativos	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do Iphan	Cidades Educadoras	09/12/2016	http://cidadeseducadoras.org.br/materiais/tema/educação-patrimonial/
Saindo quentinho do forno: Educação Patrimonial – Inventários Participativos	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	Wordpress	09/12/2016	https://educaopatrimonial.wordpress.com/2016/04/

Publicações	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicações referentes à Educação Patrimonial	Wordpress	17/12/2016	https://educacaopatrimonial.wordpress.com/publicacoes-e-referencias/
Paisagem Cultural da Vila de Conceição de Ibitipoca - MG: estratégias de resiliência sociocultural na contemporaneidade do ambiente construído	Não	Não	Não	Sim	Não	Artigo "Utilizando-se do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC/ IPHAN, assim como das recomendações propostas no Manual de Aplicação em Educação Patrimonial: Inventários Participativos/ IPHAN, este estudo se baseou em uma metodologia que incluiu pesquisa de campo, técnicas básicas de levantamento documental, questionários, sistematização e interpretação de dados e registro de informações para realizar um levantamento detalhado do conjunto arquitetônico e dos aspectos simbólicos característicos da identidade cultural do lugar, com fins de adequação à construção civil contemporânea na preservação da identidade local."	Fórum Patrimônio	17/12/2016	http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/290.pdf
Práticas da Preservação na França, México e Brasil: Convergências de um debate. SCIFONI, Simone.	Não	Não	Sim	Sim	Não	Artigo "Os inventários participativos se tornam uma opção metodológica nos esforços de aproximação das instituições de patrimônio nas localidades, quer sejam lugares ainda em estudo para tombamento ou já tombados. Segundo um dos protagonistas de uma experiência pioneira realizada em 1998, na cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, os inventários participativos são, antes de tudo, um direito das populações de participar da construção de uma memória oficial, do que deve ser lembrado a partir da preservação de seus suportes materiais." (p.63)	Revista CPC - USP	17/12/2016	www.revistas.usp.br/cpc/article/download/111910/15876
Desafios para uma nova Educação Patrimonial. SCIFONI, Simone.	Não	Não	Não	Sim	Não	Artigo "Além das novidades colocadas pela instrução Normativa para a educação patrimonial, a recente instituição de um marco legal para o campo, ou seja, a Portaria 137/2016, deve estimular, também, uma reorientação de práticas, uma vez que, doravante, devem seguir princípios como: favorecer a participação social nas ações educativas; integrá-las no cotidiano e na vida das pessoas; compreender o território onde se atua como espaço educativo; fomentar a relação de afetividade em relação aos bens culturais; e, principalmente, reconhecer que as práticas educativas se inserem em um campo de negociação e conflito entre diferentes grupos sociais. Essa portaria, acompanhada, na sequência, da publicação da metodologia dos inventários participativos (IPHAN, 2016), representam, assim, um deslocamento da matriz em educação patrimonial, no mesmo sentido que Meneses (2009) atribuiu ao papel da Constituição Federal de 1988, em relação ao Decreto-Lei 25 de 1937." (p.10)	Uerj	17/12/2016	www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistatecas/article/download/25231/pdf
GT Baixo Centro	Não	Não	Sim	Não	Sim	O Grupo de Trabalho Baixo Centro foi criado em parceria com o Movimento Baixo Centro (http://baixocentro.org/) com o objetivo de elaborar um Inventário Participativo do Patrimônio Cultural. Para isso, a metodologia e o material foram gentilmente cedidos pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do IPHAN à Repen para uma aplicação-piloto. O processo de realização do inventário participativo já está em andamento e consiste no levantamento das Referências Culturais com a participação da própria comunidade do território que abrange o Elevado Costa e Silva (Minhocão), se enquadrando como uma ação de educação patrimonial de acordo com os princípios da Repen na medida em que o reconhecimento das referências culturais parte da população, respeitando a diversidade dos grupos sociais existentes e sua dimensão política."	Repen		http://repen.fch.usp.br/gt-minhocao

Educação Patrimonial em Arqueologia nas Escolas. ALVARENGA, Ana Gabriela.	Não	Não	Não	Sim	Não	"Pensar em Educação Patrimonial nos processos de patrimonialização é refletir sobre mecanismos de preservação das culturas e modos de valorizá-las. Somente através da educação é possível realizar um trabalho de construir caminhos em prol do patrimônio"	Ibict	17/12/2016	http://www.memoriaesociedade.ibict.br/educacao-patrimonial-em-arqueologia-nas-escolas/
A parceria entre a faculdade de turismo e hotelaria da universidade federal fluminense e o museu do samba, no rio de janeiro: construindo diálogos para a turistificação do museu e seu uso sustável. MACHADO, Marcelo. NUNES, Miguel. GUIMARÃES, Valéria.	Não	Não	Sim	Sim	Não	"Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados das primeiras reflexões e ações envolvendo um projeto integrado de pesquisa, ensino e extensão desenvolvido pela Faculdade de Turismo e Hotelaria (FTH) da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Museu do Samba, no Rio de Janeiro, denominado Sala de Recepção, tendo como preocupação central desenvolver um plano de valorização do Museu do Samba, reconhecendo-o como um equipamento fundamental para a comunidade onde está localizado, para a cultura carioca e um atrativo de grande valor para o turismo. [...] Como metodologia, está sendo utilizado o inventário do Ministério do Turismo, com adaptações para a realidade estudada, juntamente com o Manual de Aplicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos, produzido pelo IPHAN (2016)."	Anptur	17/12/2016	http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.12/DCL1/6_14.pdf
Celebrações e Saberes da Cultura Popular: pesquisa, inventário, crítica e perspectivas	Não	Não	Não	Sim	Não	Discussões institucionais voltadas à Salvaguarda das Culturas Populares	Funarte, Iphan e CNFCP	17/12/2016	http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a349bc9/170/1389456814186129715.pdf
Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. CORÁ, Maria Amélia.	Não	Não	Não	Sim	Não	Artigo "Este artigo parte do entendimento de que as políticas públicas culturais do Estado brasileiro vêm ganhando destaque nos últimos anos. Nesse contexto, surgem questões como: o que o Estado legitima como "cultura nacional"? Como o patrimônio é entendido na perspectiva da política cultural? Elas têm sido necessárias para compreender a gestão de programas culturais voltados aos patrimônios. Assim, esta pesquisa busca realizar um levantamento histórico sobre as políticas públicas culturais voltadas para os patrimônios no Brasil, desde a criação do iphan até a implantação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), em 2000, provocando uma mudança na compreensão dos patrimônios nacionais. A discussão se dá a partir da análise dos discursos de atores envolvidos na implementação da proteção dos bens imateriais, o que poderia ser ressaltado."	Scielo	05/01/2017	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=0034-7612201400500002
A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. GOMES, Alexandre. VIEIRA, João Paulo.	Não	Não	Sim	Sim	Não	Artigo "A proposta inicial, de historiar o processo de organização social dessas comunidades foi modificada no decurso das atividades, diante da percepção da memória enquanto ferramenta de mobilização e articulação comunitária. Assim, a realização dos inventários participativos impulsionou uma demanda para a construção de espaços de memória local, onde estivessem dispostos os acervos comunitários formados através dos processos organizados, planejados, construídos e geridos pelas próprias comunidades." (p.400)	Unochapeco	05/01/2017	https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/cc/article/viewFile/2615/1514
Mapas e patrimônio: a cartografia na identificação do patrimônio cultural. MARTINS, Ana Betânia. LEAL, Cláudia.	Não	Não	Não	Sim	Não	Artigo "Esta pesquisa procurou discutir especificamente o uso da cartografia junto aos instrumentos de identificação do instituto. Dedicou-se à análise dos manuais de dois inventários nacionais, selecionados como instrumentos emblemáticos da instituição, tanto na consolidação do inventário como prática institucional, quanto na afirmação de novas tipologias e procedimentos de atribuição de valor, do processo de identificação e seleção do patrimônio cultural e do próprio uso da cartografia"	Unesp	05/01/2017	https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=19&ved=0ahUKEwugpViNTTahXFUJAKH_BCs4ChAWCFAvC&url=http%3A%2F%2Fvampira.ourinhos.unesp.br%2Fopenjournalssystem%2Findex.php%2Fgeografiaepesquisa%2Farticle%2Fdownload%2F231%2F130&usg=AFQjCNH8HWBjLqJbq4bmQBnG0udnOsw

Portaria IPHAN Nº 159, DE 11 DE MAIO DE 2016	Não	Não	Não	Não	Não	Não	"Art. 1º- Apresente Portaria estabelece requisitos e procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN quando da elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, seja como compromitente, compromissário ou interveniente."	Lex Magister	05/01/2017	http://www.lex.com.br/legis_27137079_PORTARIA_N_159_DE_11_DE_MAIO_DE_2016.aspx
Iphan - AC realiza Oficina de Educação Patrimonial em Xapuri	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	"Com o tema Conceitos e Práticas sobre o patrimônio cultural e sociedade, o IPHAN-AC desenvolverá no dia 03.12.2013 uma Oficina de Educação Patrimonial com a comunidade xapuriense. O objetivo é despertar sensibilidades a respeito das expressões histórico-culturais nos participantes, ao mesmo tempo em que esses possam contribuir na identificação e compreensão do patrimônio ali existente para a equipe técnica da Superintendência Estadual no Acre, numa troca de saberes e percepções acerca da cidade de Xapuri."	Cadernos do Patrimônio	05/01/2017	http://cadernosdopatrimonio.org/tag/educacao-patrimonial/
Nova ferramenta de Educação Patrimonial: Inventários Participativos	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	"Educação Patrimonial: Inventários Participativos (2016)." "Manual de Aplicação - IPHAN. O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que queremos transmitir às próximas gerações."	Sentidos Urbanos	05/01/2017	http://programasentidosurbanos.blogspot.com.br/2016/05/nova-ferramenta-de-educacao-patrimonial.html
Patrimônio Imaterial: Fortalecendo os Sistemas Nacionais. ALENCAR, Rívia.	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Disciplina sobre "instrumentos e práticas utilizados atualmente pelo governo federal para a salvaguarda da dimensão imaterial do patrimônio cultural. As iniciativas propostas pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)" (p.2)	Inspire BR	11/01/2017	http://inspirebr.com.br/uploads/aulas/8271bc7b1ba86d66758ef13d5b8eb4b.pdf
Materiais e cursos gratuitos para quem trabalha ou quer trabalhar com educação em museus e outras instituições culturais	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Divulgação da publicação do Iphan	Educar como Patrimônio	11/01/2017	http://educarcomapatrimonio.com/2017/02/02/materiais-e-cursos-gratis-para-quem-trabalha-ou-quer-trabalhar-com-educacao-em-museus-e-outras-instituicoes-culturais/
Educação Patrimonial e Pluralidade Cultural: um diálogo em construção. AQUINO, Cristiane.	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Monografia "Esta pesquisa discute a relação da educação patrimonial com os discursos em defesa da pluralidade cultural. [...] Analisa a importância da escola como um lugar responsável pela formação identitária e cidadã dos indivíduos e que por isso merece ser valorizada e preservada por seus membros, reafirmando-se assim como um patrimônio cultural."	dspace	11/01/2017	http://dspace.bcbuepb.edu.br:8080/bitstream/123456789/12121/1/PDF%20-%20CRISTIANE%20VALDEVINO%20DE%20AQUINO.pdf
Preservação do Patrimônio Cultural. Nossas Casas e cidades, uma herança para o futuro! BESSA, Altamiro.	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	"Com a elaboração dessa cartilha, pretendemos despertar na população, sobretudo nos jovens estudantes, a vontade e o desejo de participarem das ações de preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e ambiental do lugar onde vivem." (p.05)	Crea MG	11/01/2017	http://www.creamg.org.br/publicacoes/Cartilha/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural.pdf

O projeto de implementação do sistema integrado de conhecimento e gestão no iphan: impactos de sistemas de informações gerenciais nos processos organizacionais enas políticas de gestão. CORRÊA, Maira.	Não	Não	Não	Sim	Não	Trabalho de Conclusão de Curso "O estudo analisa a trajetória recente empreendida pelo IPHAN para articulação de redes de atores nacionais que pactuem com a implementação de ações e programas articulados politicamente a partir de uma matriz comum, construindo, a espelho de outras políticas públicas estruturadas a partir da coordenação do Governo Federal, um Sistema Nacional do Patrimônio Cultural." (p.2)	Enap	11/01/2017	http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/handle/1/1838/Ma%C3%A3Dra_Torres_TCC_EGP9.pdf?sequence=1
...Sem perder a tumba, jamais! Notas sobre a implementação da política de salvaguarda do patrimônio cultural registrado pelo iphan. VIANNA, Letícia; SALAMA, Morena; PAIVA-CHAVES, Teresa.	Não	Não	Não	Sim	Não	Artigo "Este texto apresenta uma síntese do processo de implementação da política de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial Registrado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. De 2000 até hoje, já há experiência significativa e uma história a ser contada. De certa forma, podemos observar três fases: uma fase especulativa, que durou de 2000 a 2006; uma fase de implementação, no período de 2007 a 2012; e a fase de consolidação, iniciada em 2013. Este documento focaliza alguns aspectos da segunda fase, de implementação da política." (p.1)	Ufba	11/01/2017	https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/11808/10926
ISA lança livro Inventário Cultural Quilombola do Vale do Ribeira nesta sexta (23/8), em Eldorado	Não	Não	Sim	Sim	Sim	INRC "Resultado de um processo participativo que incluiu 20 agentes culturais locais e realizou 590 entrevistas com 213 quilombolas, a publicação reúne textos sobre os bens culturais identificados em 16 quilombos do Vale do Ribeira"	Socioambiental	11/01/2017	https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/isa-lanca-livro-inventario-cultural-quilombola-do-vale-do-ribeira-nesta-sexta-238-em-eldorado
LabCEUs – Laboratório de Cidades Sensitivas	Não	Não	Sim	Não	Sim	"O Labinventário foi pensado no formato de um laboratório, que envolvesse a abordagem de tópicos conceituais [consolidados e em trânsito] e uma prototipagem [práticas, experimentos] de registro das referências culturais, no território quilombola de Alegre, município de Horizonte, CE. [...] Como instrumento referencial, escolhi a versão preliminar do caderno de Educação Patrimonial do IPHAN [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional]. Esta versão apresenta algumas pistas que facilitam a abordagem sobre inventário do Patrimônio Cultural, e de forma pedagógica, facilita a organização das etapas de um inventário de patrimônio cultural de base comunitária [ou um inventário participativo], bem como, se apresenta como versão adaptada, que dialoga com o INRC [Inventário Nacional de Referências Culturais], que é mais denso e tem exigências técnicas e institucionais para sua adoção e uso."	Cultura Digital BR	11/01/2017	http://culturadigital.br/labinventario/projeto/

Sistematização de busca para "Inventários Participativos"

Titulo	Divulgação da Publicação	Eventos	Experiências	Referência Bibliográfica	Notícia	Descrições	Fonte	Acesso em:	URL
Educação Patrimonial: Inventários Participativos	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicação em meio digital	Iphan	14/01/2017	http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo iphan	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	Iphan	14/01/2017	http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3551
Programa Pontos de Memória faz levantamento de inventários participativos	Não	Não	Não	Não	Sim	Chamada Pública "O Programa Pontos de Memória convida as redes territoriais e temáticas de memória e museologia social a fazerem um levantamento das iniciativas que tenham desenvolvido ou estejam em processos de realização de seus inventários participativos."	Ibram	14/01/2017	http://www.museus.gov.br/tag/inventario-participativo/
Oficina - Caminhos da Memória: inventários Participativos	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A oficina é voltada para gestores e atores culturais, professores, pontos de memória, pontos de cultura e profissionais de museus. Tem como finalidade capacitar esses agentes na metodologia proposta para a realização de inventários participativos de referências culturais de comunidades e dos diversos grupos sociais."	Wordpress	14/01/2017	https://educacaopatrimonial.wordpress.com/2016/05/09/oficina-caminhos-da-memoria-inventarios-participativos/
Lançamento de publicações marca comemorações dos 80 anos do iphan	Sim	Não	Não	Não	Sim	[...] a obra Educação Patrimonial: Inventários Participativos, o iphan apresenta ao público uma ferramenta metodológica que tem como objetivo fomentar a discussão sobre patrimônio cultural e estimular a busca, pela própria comunidade, da valorização e identificação de suas referências. O lançamento é um desdobramento do Programa Mais Educação, realizado em parceria com o Ministério da Educação (MEC), nas escolas públicas do Brasil, com o objetivo de fazer com que os alunos identificassem suas referências culturais."	Ipol	14/01/2017	http://e-ipol.org/lancamento-de-publicacoes-marca-comemoracoes-dos-80-anos-do-iphap/#more-9641
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo iphan	Sim	Não	Não	Não	Sim	Divulgação da publicação do iphan	Ipol	14/01/2017	http://e-ipol.org/tag/inventario-participativo/
Oficina tem como tema Inventários Participativos de Referências Culturais	Não	Sim	Não	Não	Sim	a oficina gratuita Inventários Participativos de Referências Culturais. O objetivo é apresentar e vivenciar a experiência do inventário como instrumento educativo e político, promovendo o entendimento da metodologia a partir de abordagens teóricas e práticas, além de mostrar suas bases históricas e conceituais, problematizando o campo da Educação Patrimonial, bem como compartilhar e auxiliar experiências de inventariar.	USP	17/01/2017	http://www.eventos.usp.br/?events=oficina-tem-como-tema-inventarios-participativos-de-referencias-culturais

A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo. FEIJÓ, Cláudia.	Não	Não	Não	Sim	Não	<p>Artigo "Como proposta de implantação de metodologias para a criação e desenvolvimento dos Pontos de Memória, - incentivados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) -, a partir do ano de 2009 propõe-se o desenvolvimento da metodologia de inventários Participativos (IP) no âmbito das comunidades onde os Pontos de Memória estão instalados. Partindo do pressuposto que o inventário é composto por bens materiais e imateriais, o mesmo deve contemplar o desenvolvimento processual, no intuito de aprimorar os acervos que representam as iniciativas comunitárias de memória e museologia social." (p.1)</p>	Anpuh	17/01/2017	http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27_1_371346502_ARQUIVO_Claudia_FEIJO_ANPUH_2013.pdf
Desafios à participação no campo dos museus e do património	Não	Não	Não	Sim	Não	"[...] o caso da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, da UNESCO, e a Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, de 2005. A Convenção de 2003, em particular, tem tido um impacto significativo ao chamar a atenção para o envolvimento das comunidades e grupos nos processos de salvaguarda do património cultural imaterial. O desenvolvimento dos chamados inventários participativos tem sido, porventura, uma das consequências mais evidentes desta Convenção, ainda que por "participação" se subentenda, em muitos casos, apenas a mera consulta aos grupos e/ou comunidades, sem explorar níveis mais profundos de colaboração. Significa que se avançou na direcção de um novo modelo de gestão do património, mas a sua implementação constitui para muitos dos envolvidos uma novidade, sejam especialistas ou não-especialistas, o que traz uma complexidade acrescida do ponto de vista da sua exequibilidade nos moldes a que se propõe."	No mundo dos museus	17/01/2017	https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/inventarios-participativos
Inventários participativos são tema de debate em São Paulo - BRASIL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	<p>resultados das atividades que estão sendo desenvolvidas por meio de Grupos de Trabalho (GT). Para tanto, o evento vai contar com as mediadoras Ingrid Hötte Ambrogi, professora do Programa de Pós Graduação em Educação Arte e História da Cultura e do Curso de Pedagogia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e Sônia Regina Rampim Florêncio, Coordenadora de Educação Patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (iphan). Durante o II Encontro também será lançada a publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos do IPHAN. A publicação é uma ferramenta para a sociedade civil evidenciar a cultura como eixo de desenvolvimento local. A metodologia está sendo utilizada pela REPEP no círculo Araripe para apresentar a definição de inventário</p>	Crespial	17/01/2017	http://www.crespial.org.pt/Noticias/Detalle/4020/inventarios-participativos-sao-tema-de-debate-em-sao-paulo-brasil
Ponto de Memória Lomba do Pinheiro	Não	Não	Sim	Não	Não	<p>participativo adotado pela equipe do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro: O inventário participativo consiste no procedimento de relacionar bens patrimoniais de caráter material e imaterial de forma participativa, ou seja, criando e promovendo mecanismos capazes de considerar a opinião e a participação constante de um número significativo de pessoas e/ou grupos pertencentes à comunidade que possui o patrimônio a ser inventariado"</p>	Issuu	17/01/2017	https://issuu.com/museulp/docs/claudia_feijolomba_dopinheiro.pdf

Inventários participativos são tema de debate em São Paulo	Sim	Sim	Não	Não	Sim	"Durante o II Encontro também será lançada a publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos do IPHAN. A publicação é uma ferramenta para a sociedade civil evidenciar a cultura como eixo de desenvolvimento local. A metodologia está sendo utilizada pela REPEP no GT Baixo Centro."	Jornal Brasil	17/01/2017	http://jornalbrasil.com.br/noticia/inventarios-participativos-sao-tema-de-debate-em-sao-paulo.html
Educação Patrimonial - Inventários Participativos - Manual de Aplicação - IPHAN	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Venda ilegal da publicação	Portal dos Livreiros	17/01/2017	http://www.portaldoslivreiros.com.br/livro.asp?codigo=54289&titulo=Educação_Patrimonial:_Inventários_Participativos_(Manual_de_Aplicação)_IPHAN
Inventarios participativos de fauna para el ordenamiento territorial comunitario del ejido de Tumbiscá: importancia para la toma de decisiones.	Não	Não	Não	Não	Não	Apresentação de slides sobre a fauna	Emaze	18/01/2017	https://www.emaze.com/@ALTWOQQ/inventarios-participativos.pptx
Inventário Florestal Participativo	Não	Não	Não	Sim	Não	Livro sobre inventários Florestal	Google Livros	18/01/2017	https://books.google.com.br/books?id=8aazek914RUCC&q=PA134&dq=inventarios+participativos&source=bl&ots=S9BWIVQiuQ&sig=mXvLWV5oF-eAYzgRcvsgV9Pw&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwip6brBvtnAhWFJAKHdGYDDs4ChDoAQhMAo#v=onepage&q=inventarios%20participativos&f=false
Património, museologia e participação: estratégias museológicas: participativas no concelho de peniche. JANEIRINHO, Raquel.	Não	Não	Não	Sim	Não	Dissertação de Mestrado "Podemos concluir afirmando que o inventário Participativo do Património Cultural de Atouguia da Baleia incentivou as populações desta freguesia a serem sujeitos na definição dos ativos patrimoniais das suas localidades, despertando o conhecimento e a valorização dos locais e patrimónios identificando, qualificando os seus saberes e capacitando-as para o uso e fruto e defesa deste mesmo património." (p.111)	Museologia Portugal	18/01/2017	http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/raquel_janeirinho.pdf
O inventário Participativo no colóquio de Gemona (Junho 2016)	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Observações de Hugues De Varine sobre o Patrimônio	Global Heritages	18/01/2017	https://globalherit.hypotheses.org/tag/inventario-participativo
Inventarios participativos y registros concertados departamentalizado de algunod componentes del patrimonio cultural delos municipios de cerro de San Antonio, Plato, Snta Bárbara de Pinto, Santa Ana, Sabandas de San Ángel, Ciénaga, El Retén, Fundación y pueblo viejo del departamento del Magdalena. MENDONZA, Maira. PORRAS, Fina. GARCIA, Claudia.	Não	Não	Sim	Sim	Não	Artigo "El inventario patrimonial llevado a cabo en los nueve municipios del Magdalena, municipios consignados en el fragmento inicial de la introducción de este aparte, se fundamentó en el trabajo de campo dialógico entre la comunidad y los profesionales, es así como el método etnográfico estuvo acompañado de la realización de talleres que como herramienta metodológica permitió la comunicación de la comunidad, posibilitó puentes de concertación y acuerdos, y el trabajo en equipo, para realizar la caracterización de cada manifestación de la mejor manera posible." (p.4)	Oraloteca	18/01/2017	http://oraloteca.unimadrid.edu.co/wp-content/uploads/2016/06/Fundaci%C3%B3n%20B3n.pdf

Apontamentos ao inventário participativo: breves comentários a proeminência da participação da comunidade. RANGEL, Tauã.	Não	Não	Não	Sim	Não	<p>Artigo "ao se analisar o inventário participativo, cuida evidenciar que o ideário que norteia esta forma de inventariar repousa na busca de promover a participação direta do cidadão, e não somente a opinião técnica, não estando simplesmente adstrita na concepção óbvia de que as ações públicas devem ser participativas para ter êxito em ampla representatividade social. Ao lado disso, quadra frisar que o inventário participativo nem tão pouco na premissa de que envolver a comunidade é uma forma de "educação patrimonial" e de conscientização social. Um pouco mais que isto, a concepção de inventário participativo tem por trás de si o debate sobre o direito de decidir o que é e o que não é possível de preservação e, portanto, merece todos os esforços do poder público para a sua valorização, difusão e preservação, o que evidentemente deve ser de todos, questão esta colocada primeiramente pela Constituição Cidadã de</p>	Conteúdo Jurídico	18/01/2017	http://www.conteudojuridico.com.br/artigo/apontamentos-ao-inventario-participativo-breves-comentarios-a-proeminencia-da-participacao-da-comunidade-na-pr_54455.htm
Programa Pontos de Memória faz levantamento de inventários participativos	Não	Não	Não	Não	Sim	"O Programa Pontos de Memória convida as redes territoriais e temáticas de memória e museologia social a fazerem um levantamento das iniciativas que tenham desenvolvido ou estejam em processos de realização de seus inventários participativos."	FCC	22/01/2017	http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural/?mod_pagina&id=17900
Secult-PE e Fundarpe levam formação em patrimônio cultural para comunidades quilombolas. Iniciativa direcionada para professores e profissionais de educação começa nesta quinta-feira (16), na comunidade quilombola de Engenho Siqueira, em Rio Formoso	Não	Não	Sim	Não	Sim	Apresentando conceitos chave através de referências em patrimônios culturais pernambucanos, como inventários participativos, mapas mentais e o Jogo do Patrimônio 2.0, ferramenta desenvolvida pelos técnicos da GPCult/Fundarpe, o ciclo visa possibilitar a socialização dos relatos de aplicação feitos por professores e arte-educadores, e de outras ferramentas realizadas em escolas de comunidades quilombolas.	Secult PE	22/01/2017	http://www.cultura.pe.gov.br/secult-pe-e-fundarpe-levam-formacao-em-patrimonio-cultural-para-comunidades-quilombolas/
Seminário Educação Diferenciada e Memórias Indígenas	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Oficina: Memórias indígenas, museus e inventários participativos	Gente de opinião	22/01/2017	http://www.gentedeopiniao.com.br/noticia/seminario-educacao-diferenciada-e-memorias-indigenas/150470
Iphan e Fumcul promovem oficina de Educação Patrimonial e inventários participativos	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A equipe de Educação Patrimonial do iphan desenvolveu material pedagógico para a realização de inventários participativos. Essa ferramenta está fundamentada na noção de referências culturais, que pressupõe a existência dos sujeitos para os quais o patrimônio cultural faz sentido. A ideia é incentivar professores e estudantes a identificarem o que eles consideram patrimônio no entorno da escola, no seu bairro ou na cidade. E o material orientará como fazer o registro desses elementos em diversos suportes documentais, elaborando uma noção do que seja patrimônio a partir de experiências próprias."	Paranaguá	22/01/2017	http://www.paranaqua.pr.gov.br/noticias/noticia8189.html
Inventario Florestal Participativo. Manual de campo. STOCKDALE. M. C. y CORBETT. J. M. S. Corbett.	Não	Não	Não	Sim	Não	"La información de un mapa o cuadro de inventario puede ser obtenida por personas ajena a la comunidad para usarla en su propio beneficio. Por ejemplo, pueden usar la información con el objeto de ubicar los recursos y aprovecharlos para su propio beneficio. Si un recurso forestal con un alto valor comercial está concentrado en un solo lugar, puede ser una buena idea excluir de los resultados del inventario la información sobre su ubicación." (p.30)	Funsepa	22/01/2017	http://www.funsepa.net/soluciones/pubs/MzI2.pdf
Participação: Partilhando a Responsabilidade. CARVALHO, Ana.	Não	Não	Não	Sim	Não	"O desenvolvimento dos chamados inventários participativos tem sido, porventura, uma das consequências mais evidentes desta Convenção, ainda que por "participação" se subentenda, em muitos casos, apenas a mera consulta aos grupos e/ou comunidades, sem explorar níveis mais aprofundados de colaboração. Significa que se avançou na direção de um novo modelo de gestão do patrimônio, mas a sua implementação constitui para muitos dos envolvidos uma novidade, sejam especialistas ou não-especialistas, o que traz uma complexidade acrescida do ponto de vista da sua exequibilidade nos moldes a que se propõe" (p.38)	Repositório Universidade de Évora	22/01/2017	https://dspace.uevora.pt/dpc/handle/10174/18658

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado. QUEROL, Lorena.	Não	Não	Não	Sim	Não	"Propomos que o inventário participado, variante democrática desta função patrimonial, seja definido como a intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como património cultural." (p.17)	Universidade de Coimbra	22/01/2017	http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Para%20uma%20gram%C3%A9tica.%20Rev.%20de%20Sociologia.%20ISO.pdf
Por falar em ocupar: urgências de um novo horizonte ou vai dá certo! (?)	Não	Não	Sim	Não	Sim	"Esse canjê também resultava de uma expectativa em sensibilizar @s co-ocupantes para os recentes contextos de narrar o patrimônio cultural em "primeira pessoa", que diversas comunidades vem protagonizando, a partir de experiências com a produção de inventários participativos. Aliado à perspectivas de autonomia e de atuação em rede, o patrimônio cultural, pensado, identificado, documentado e difundido nas bases comunitárias, impulsionam novos horizontes às políticas de sua preservação e salvaguarda."	Cultura Digital BR	22/01/2017	http://culturadigital.br/labinventario/2015/07/31/ocupar/
Memória e esquecimento nos museus	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Palestra Memórias indígenas e museus A palestra refletirá sobre a maneira pela qual os indígenas foram representados historicamente nos espaços museológicos e como a partir da década de 1990, com a organização de museus criados e geridos pelos próprios indígenas em suas comunidades. Estas instituições foram apropriadas, reinventadas e transformadas em espaços de (re)significação de si, de suas memórias coletivas e de seus processos sociais para espaços que propiciam a educação diferenciada, a organização comunitária e a visibilidade étnica. Será apresentada a experiência do Museu Indígena Kanindé (CE) e sua permanente construção coletiva de ações educativas, inventários participativos, sistema de classificação de objetos e principalmente as ações que tem repercussão no fortalecimento das trocas de experiências, dos processos formativos e das experiências em rede indígena. Com João Paulo Vieira e Suzenalson Kanindé.	Sesc SP	22/01/2017	http://centredepesquisaeformacao.sescsp.org.br/atividade/memoria-e-esquecimento-nos-museus
Exposição Lomba do Pinheiro: Patrimônio Inventariado e Itinerários Culturais	Não	Sim	Sim	Não	Sim	"O Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, de Porto Alegre (RS) inaugura o seu Ponto de Memória com a exposição Lomba do Pinheiro: patrimônio inventariado e itinerários culturais, no dia 15 de dezembro, quinta-feira, às 19h. A exposição é fruto do protagonismo da comunidade que contou com o incentivo do Museu para a realização de seus inventários Participativos. Os Inventários são resultado do trabalho da comunidade na reconstrução da memória e da história."	Rede de Educadores em museus/ RS	22/01/2017	http://remrgs.blogspot.com.br/2011/12/exposicao-lomba-do-pinheiro-patrimonio.html
Inventário Participativo garante formação de acervo do Museu Virgínia Tamanini	Não	Não	Sim	Não	Sim	"Segundo a museóloga Paula Nunes, o Inventário Participativo de Itapina foi proposto para a formação de acervo do Museu Virgínia Tamanini, através da identificação do acervo e produção de material audiovisual sobre a história local. "Ter a Faculdade Castelo Branco como parceira neste processo nos permite a inserção de futuros profissionais no sítio histórico e o torna objeto de estudo nas mais diversas áreas, desenvolvendo seu potencial turístico", afirma."	Faculdade Castelo Branco	22/01/2017	http://www.fcb.edu.br/noticias/480/INVENTARIO-PARTICIPATIVO-GARANTE-FORMACAO-DE-ACERVO-DO-MUSEU-VIRGINIA-TAMANINI.htm

Sistematização de busca para "Inventários Participativos Experiências"

Titulo	Divulgação da Publicação	Eventos	Experiências	Referência Bibliográfica	Notícia	Descrições	Fonte	Acesso em:	URL
Programa Pontos de Memória faz levantamento de inventários participativos	Não	Não	Não	Não	Sim	Chamada Pública "O Programa Pontos de Memória convida as redes territoriais e temáticas de memória e museologia social a fazerem um levantamento das iniciativas que tenham desenvolvido ou estejam em processos de realização de seus inventários participativos."	Ibram	07/02/2017	http://www.museus.gov.br/tag/inventario-participativo/
Nova ferramenta de educação patrimonial é disponibilizada pelo iphan	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Divulgação da publicação e experiência: "Alessandra Gama, utilizou o Inventário, ainda no âmbito do Programa Mais Educação, com o Coletivo Salvaguarda da Capoeira de Campinas, que reuniu 12 grupos. O trabalho de inventariar as referências culturais, o exercício documental e de pesquisa impactou os processos de apropriação das expressões culturais que envolvem a capoeira e, agora, estão sendo sistematizados esses dados para que sejam apresentados à sociedade."	Iphan	07/02/2017	http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3551
A atuação participativa entre historiadores e comunidade: processo metodológico de inventário participativo. FEIJÓ, Cláudia.	Não	Não	Não	Sim	Não	Arguo "Como proposta de implantação de metodologias para a criação e desenvolvimento dos Pontos de Memória, - incentivados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) -, a partir do ano de 2009 propõe-se o desenvolvimento da metodologia de inventários participativos (ID) no âmbito das comunidades onde os Pontos de Memória são salvaguardados"	Anpuh	07/02/2017	http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1_371346502_ARQUIVO_Claudia_FEIJÓ_ANPUH_2013.pdf
Desafios à participação no campo dos museus e do património	Não	Não	Não	Sim	Não	Património Cultural Imaterial de 2003, da UNESCO, e a Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, de 2005. A Convenção de 2003, em particular, tem tido um impacto significativo ao chamar a atenção para o envolvimento das comunidades e grupos nos processos de salvaguarda do património cultural imaterial. O desenvolvimento dos chamados inventários participativos tem sido, porventura, uma das consequências mais evidentes desta Convenção, ainda que por "participação" se subentenda, em muitos casos, apenas a mera consulta aos grupos e/ou comunidades, sem explorar níveis mais aprofundados de colaboração. Significa que se avançou na direcção de um novo modelo de gestão do património, mas a sua implementação constitui para muitos dos envolvidos uma novidade, sejam especialistas ou não-especialistas, o que traz uma complexidade acrescida do ponto de vista da sua exequibilidade nos moldes a que se propõe."	No mundo dos museus	07/02/2017	https://nomundodomuseus.hypotheses.org/tao/inventarios-participativos
O lugar do Património Imaterial em debate na Universidade de Évora	Não	Não	Não	Sim	Sim	Entrevista com Hugues de Varine "No encontro do Creusot houve preocupação do registo da memória? Nos primeiros anos do Creusot quando fazíamos uma exposição os objectos tinham sempre um sentido material e imaterial. Quando começámos a pensar nas questões científicas - porque a parte do inventário participativo, como dizemos agora, do património da comunidade, é uma seleção feita pela comunidade. Mas, depois é importante complementar e estudar os objectos, ou seja, a vertente técnico-científica. E no Creusot isso também acontece devido às relações estabelecidas com antropólogos, arqueólogos e outros especialistas. E cada vez que havia um programa de investigação sobre os objectos faziam-se recolhas de histórias de vida, recorrendo ao vídeo."	No mundo dos museus	07/02/2017	https://nomundodomuseus.hypotheses.org/tao/inventario-participativo

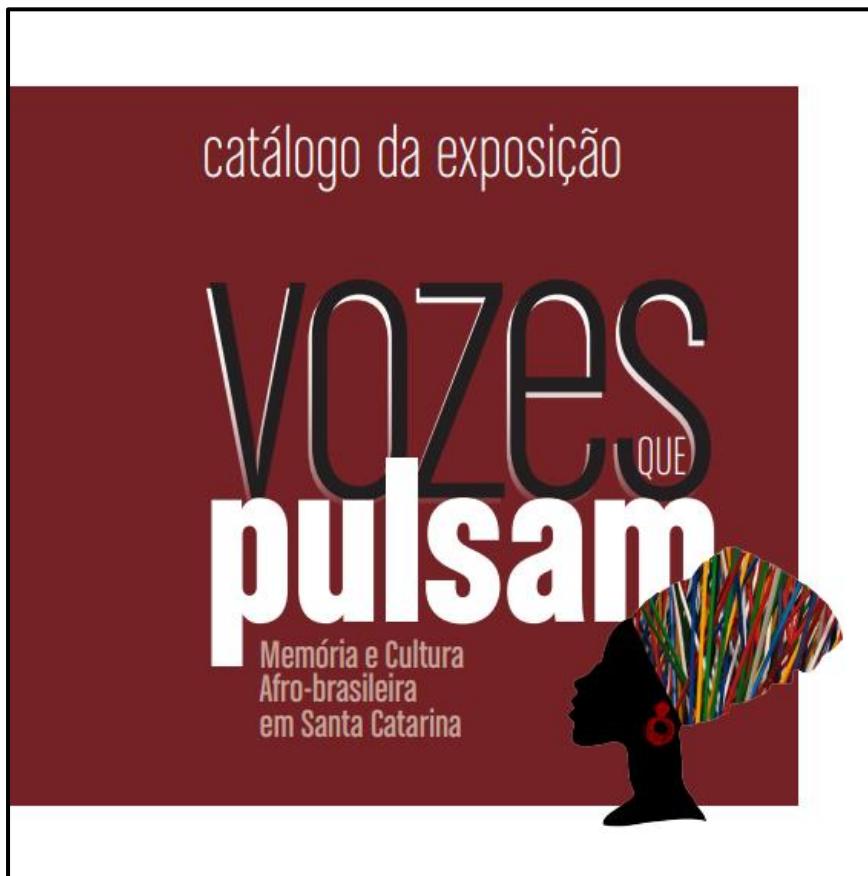
Belo Horizonte (MG) – VII Mestres e Conselheiros – Oficinas	Não	Sim	Não	Não	Sim	O VII Fórum Mestres e Conselheiros anuncia suas oficinas, que poderão ser cursadas gratuitamente por todos os inscritos no evento. Cabe observar que a presença nas oficinas será considerada pelo IEPA-MG para fins de pontuação no ICMS-Cultural de 2015. Oficina 1: Educação Patrimonial no campo da Arqueologia: desafios e contribuições – Carluíco Baima e Fernanda Biondo (IPHAN/DF); Oficina 2: Inventários Participativos e Territórios Educativos – Sônia Rampim e João Paulo Vieira (IPHAN/DF)	Defender	07/02/2017	http://defender.org.br/tag/inventarios/?print=print-search
Oficina tem como tema Inventários Participativos de Referências Culturais	Não	Sim	Não	Não	Sim	"O Centro de Preservação Cultural (CPC) da USP promove a oficina gratuita Inventários Participativos de Referências Culturais. O objetivo é apresentar e vivenciar a experiência do inventário como instrumento educativo e político, promovendo o entendimento da metodologia a partir de abordagens teóricas e práticas, além de mostrar suas bases históricas e conceituais, problematizando o campo da Educação Patrimonial, bem como compartilhar e auxiliar experiências de inventariar."	USP	07/02/2017	http://www.eventos.usp.br/?events=oficina-tem-como-tema-inventarios-participativos-de-referencias-culturais
Metodologia do Inventário Participativo de Referências Culturais	Não	Não	Não	Sim	Não	Publicação inventário Pedagógico em meio digital		13/02/2017	https://redespmuseologiasocial.wordpress.com/referencias/educ_manualaplic_mais_educ_iphan/
Oficina: Inventários Participativos de Referências Culturais	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A oficina tem como objetivo apresentar e vivenciar a experiência do inventário Participativo de Referências Culturais como instrumento educativo e político, promovendo o entendimento da metodologia a partir de abordagens teóricas e práticas e apresentar o Inventário Participativo de Referências Culturais por meio de suas bases históricas e conceituais, problematizando o campo da Educação Patrimonial, bem como compartilhar e auxiliar experiências de inventariar."	CPC	13/02/2017	https://www.facebook.com/cpcusp/posts/716940025153553:0
Oficina Inventários Participativos de referências culturais - CPC USP	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A oficina tem como objetivo apresentar e vivenciar a experiência do inventário Participativo de Referências Culturais como instrumento educativo e político, promovendo o entendimento da metodologia a partir de abordagens teóricas e práticas e apresentar o Inventário Participativo de Referências Culturais por meio de suas bases históricas e conceituais, problematizando o campo da Educação Patrimonial, bem como compartilhar e auxiliar experiências de inventariar."	Educar com o Patrimônio	13/02/2017	http://educarcompatrimonio.com/2017/02/21/cursos-com-inscricoes-abertas/
Oficina de Inventário Participativo em Referências Patrimoniais	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Oficina no Museu de Arqueologia de Itaipu	Museu de Arqueologia de Itaipu	13/02/2017	https://www.facebook.com/malibrام/photos/ms_eJxZdENwCAMA9GNqjBjT5~;sUrQwu~,TSQfNWVt01JlBx9wgw6ldr5g3MV8Ha0AstIVg0iAsSnkPxxEfoss7Q_Ox4R2JNWAd0178Aer0Jgw~~.bps.a.1677303775856001.1073741847.1645597949026584/1677303869189325/?type=3&theater
Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado. QUEROL, Lorena.	Não	Não	Não	Sim	Não	"Propomos que o inventário participado, variante democrática desta função patrimonial, seja definido como a intervenção de pessoas e comunidades na identificação e na documentação dos seus recursos culturais, o que envolve o seu reconhecimento como elementos de identidade local e pessoal, isto é, como patrimônio cultural." (p.17)	Universidade de Coimbra	13/02/2017	http://www.cef.ue.pt/myces/UserFiles/livros/1097_Para%20uma%20gram%C3%A9tica%20Rev.%20de%20Sociologia.%20LSQ.pdf

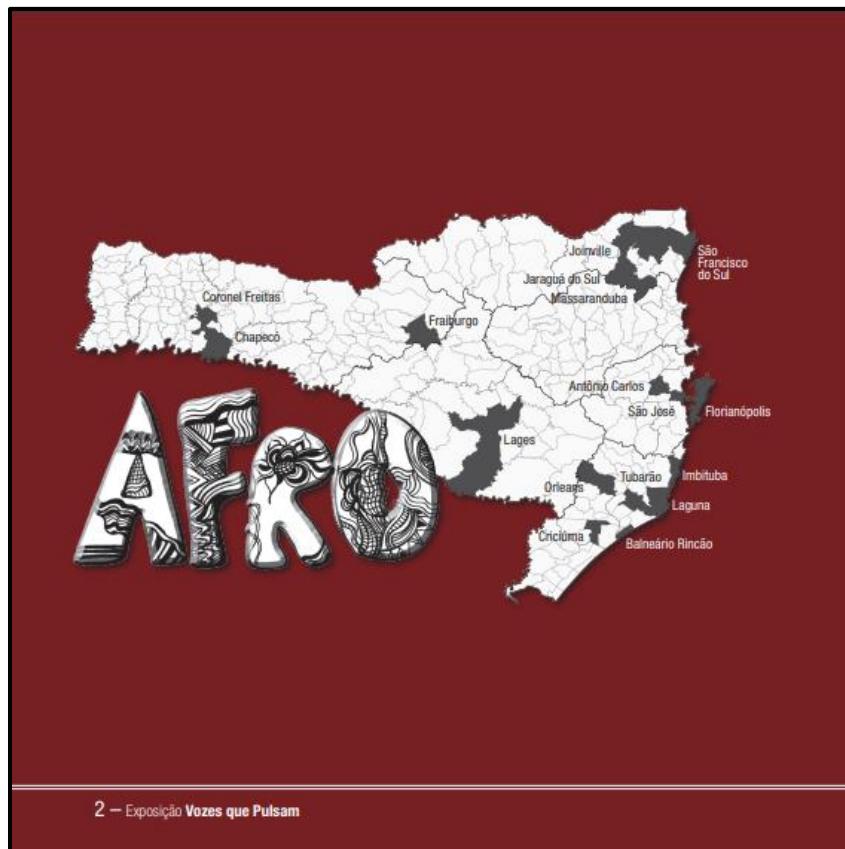
Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia. JANEIRINHO, Raquel.	Não	Não	Não	Sim	Não	"O inventário participativo, como ferramenta de pesquisa, é uma das formas utilizadas na aproximação das instituições museológicas à comunidade pois a participação das populações no inventário oferece a esta ação museológica uma componente dialética."	Cadernos de Sociomuseologia	13/02/2017	revistas.ulisofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4523/3053
Encontro Regional de Formação Colaborativa para os Pontos de Memória e Iniciativas de Museologia Social no Ceará	Não	Sim	Não	Não	Sim	"Nos dias 13 e 14 de maio acontecerá um minicurso sobre inventário Participativo, ministrado pelo historiador e mestre em preservação do patrimônio cultural João Paulo Vieira. O objetivo do curso é estimular grupos, comunidades e movimentos sociais a desenvolverem em seus territórios processos de inventários participativos (seleção, identificação, registro, difusão etc) das referências culturais como ferramentas de salvaguarda e inclusão dos valores e sentidos atribuídos pela população local aos seus processos de musealização."	Secult CE	13/02/2017	http://www.secult.ce.gov.br/index.php/component/content/article/118-museu-do-ceara/44579-programacao-marco-2015-museu-do-ceara
Debate relete memória e esquecimento no museus sob a ótica racial. Memórias indígenas e museus.	Não	Sim	Sim	Não	Sim	"A palestra refletirá sobre a maneira pela qual os indígenas foram representados historicamente nos espaços museológicos e como a partir da década de 1990, com a organização de museus criados e geridos pelos próprios indígenas em suas comunidades. Estas instituições foram apropriadas, reinventadas e transformadas em espaços de (re)significação de si, de suas memórias coletivas e de seus processos sociais para espaços que propiciam a educação diferenciada, a organização comunitária e a visibilidade étnica. Será apresentada a experiência do Museu Indígena Kanindé (CE) e sua permanente construção coletiva de ações educativas, inventários participativos, sistema de classificação de objetos e principalmente as ações que tem repercussão no fortalecimento das trocas de experiências, dos processos formativos edas experiências em rede indígena."	CEERT	16/02/2017	http://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/12551/debate-relete-memoria-e-esquecimento-no-museus-sob-a-otica-racial
Museu do Ceará sedia encontro regional promovido pelo Ibram	Não	Sim	Não	Não	Sim	"Nesses dois primeiros dias, acontecerá um minicurso sobre inventário Participativo, ministrado pelo historiador e mestre em preservação do patrimônio cultural João Paulo Vieira. O objetivo do curso é estimular grupos, comunidades e movimentos sociais a desenvolverem em seus territórios processos de inventários participativos (seleção, identificação, registro, difusão etc) das referências culturais como ferramentas de salvaguarda e inclusão dos valores e sentidos atribuídos pela população local aos seus processos de musealização."	Diário do Nordeste	16/02/2017	http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/online/museu-do-ceara-sedia-encontro-regional-promovido-pelo-ibram-1.1291192
Memória, Patrimônio e Museologia Social	Não	Não	Não	Não	Sim	"Curso: MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E MUSEU NA CONTEMPORANEIDADE: A PERMANÊNCIA DA GOTA DE SANGUE. REFLEXÕES E PRÁTICAS DE INVENTÁRIO PARTICIPATIVO E CARTOGRAFIA SOCIAL. Memórias, patrimônios e museus em debate. Memórias, patrimônios e museus como dispositivos de ocupação do passado, do presente e do futuro. Museus, patrimônios, lugares de memória e monumentos como heterotopias. Reflexões e práticas de inventário participativo e cartografia social na atualidade."	SESC SP	16/02/2017	http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/avida/memoria-patrimonio-e-museologia-social
Da Aldeia ao Quilombo: Oficina de Inventário Participativo nas comunidades tradicionais do Maciço de Baturité	Não	Sim	Sim	Não	Sim	"A oficina de inventário participativo é uma ação integrante do Plano de Educação Colaborativa em Museologia Social do Programa Pontos de Memória e objetiva atender as demandas de formação das iniciativas comunitárias de memória e ao mesmo tempo impulsionar um processo de articulação e consolidação de redes regionais, estaduais e temáticas de pontos de memória e museologia social."			https://museuscomunitarios.wordpress.com/2014/01/15/da-aldeia-ao-quilombo-oficina-de-inventario-participativo-nas-comunidades-tradiccionais-do-maciaco-de-baturite-2o-etapa/

A emergência da Museologia Social. GOUVEIA, Inês. PEREIRA, Marcelle	Não	Não	Não	Sim	Não	"A proposta era de que as memórias fossem debatidas, sistematizadas e divulgadas por meio de publicação, exposição, vídeos e outros produtos, conforme a escolha dos grupos. Nesta etapa a formação estava centrada em conteúdos próprios de Museologia, Patrimônio, Memória Social e Diversidade Cultural. Como desdobramento, os pontos de memória foram incentivados a realizar um primeiro inventário participativo. O objetivo era estimular a identificação e o registro das referências culturais locais."			https://portalseer.ufba.br/index.php/nculturais/article/download/16794/14256
Livros, conversas, debates compõem atividades dos museus	Não	Sim	Sim	Não	Sim	"A outra oficina, "inventário Participativo", será realizada na manhã do dia 24, também no IFRN, e vai tratar dos conceitos de "museu", "memória", "patrimônio cultural", "inventário participativo" e "referências culturais", oferecendo propostas para a identificação, registro, preservação e salvaguarda do patrimônio cultural de grupos, comunidades, pontos de memória e de cultura. Os trabalhos serão coordenados pelo consultor João Paulo Vieira Neto e Suzenalon Kanindé, do Ponto de Memória Museu Kanindé."	Revista Minc		http://www.cultura.gov.br/documents/10883/1167407/SITE_revista+4+Teia+_DIGITAL.pdf/34cc3981-b7d4-441e-9cf9-e51f79b5ee86
FUMCUL: IPHAN realiza Oficina de Educação Patrimonial Inventários Participativos na Biblioteca Mário Lobo	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A equipe de Educação Patrimonial do iphan desenvolveu material pedagógico para a realização de inventários participativos. Essa ferramenta está fundamentada na noção de referências culturais, que pressupõe a existência dos sujeitos para os quais o patrimônio cultural faz sentido. A ideia é incentivar professores e estudantes a identificarem o que eles consideram patrimônio no entorno da escola, no seu bairro ou na cidade. E o material orientará como fazer o registro desses elementos em diversos suportes documentais, elaborando uma noção do que seja patrimônio a partir de experiências próprias."	Ilha do Mel FM	16/02/2017	http://ilhadomeilm.com.br/fumcul-iphan-realiza-oficina-de-educacao-patrimonial-inventarios-participativos-na-biblioteca-mario-lobo/
Inventário Participativo para o Monumento Natural do Estado Vargem da Pedra. ARMOND. Márcia.	Não	Não	Sim	Sim	Não	Artigo " Ecomuseu Mocambeiro, um museu comunitário e de território que surge numa Área de Preservação Ambiental (APA) do Votor Norte trabalha a partir da comunidade para a valorização e de salvaguarda do seu patrimônio e realiza um inventário Participativo que estuda a relação da população com o Monumento Natural Estadual Vargem da Pedra. Este inventário é uma experiência de apropriação cultural dos moradores, que foram levados a trabalhar a percepção ambiental e conhecer profundamente o potencial da região, em especial a Vargem da Pedra. Mostra a percepção da comunidade com a paisagem na qual está inserida através de desenhos e mapas mentais, através da coleta de dados e relatos orais. Alguns resultados desta pesquisa são discutidos pela percepção da população com os impactos na paisagem local representado pelo Monumento Estadual Vargem da Pedra. O Inventário foi fundamental para ações de salvaguarda em Mocambeiro durante seu processo de elaboração. "	Ecomuseu Mocambeiro	16/02/2017	http://ecomuseumocambeiro.blogspot.com.br/2012/11/oficina-de-animacao-vargem-da-pedra.html
Oficina Patrimônio Cultural na escola será realizada em Londrina	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A oficina é um projeto de Educação Patrimonial voltada aos professores da rede pública de ensino. Para sua realização, o iphan desenvolveu um material pedagógico para a realização de inventários participativos, fundamentada na noção de referências culturais, que será apresentado aos professores. Conforme informações do iphan, a ideia é incentivar professores e estudantes a identificarem o que eles consideram como patrimônio no entorno da escola, no seu bairro ou na cidade. O material pedagógico vai orientar como fazer o registro desses elementos em diversos suportes documentais, elaborando uma noção do que seja patrimônio a partir de experiências próprias."	Londrina tur	16/02/2017	http://www.londrinatur.com.br/sesc-caidecultural-londrina/noticia/oficina-patrimonio-cultural-na-escola-sera-realizada-em-londrina
Jenipapo-Kanindé: inventário descreve a utilização das espécies vegetais	Não	Não	Não	Não	Sim	A comunidade indígena Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz-CE, recebeu ontem (07/05) mais uma oficina para a construção do inventário participativo da fauna e da flora da região. Agora, a comunidade está concentrada em fazer o levantamento da flora, registrando de que forma são utilizadas as espécies vegetais encontradas na aldeia.	Aldeco	16/02/2017	http://adelco.org.br/2015/05/%EF%BB%BFjenipapo-kaninde-inventario-descreve-a-utilizacao-das-esppecies-vegetais/

Programa de Preservação do Patrimônio Cultural da Região do Anglo. LEAL, Nors. GASTAULD, Caria. SILVA, Sarah.	Não	Não	Não	Sim	Não	"Inventário Participativo, no qual a comunidade foi chamada a discutir e se pronunciar, a partir do seu ponto de vista, em relação aos seus bens materiais e imateriais. Houve a necessidade de entender como as comunidades se relacionam com seus bens e o que lhe é conhecido enquanto um bem cultural. O inventário faz a comunidade perceber a importância destes bens como elementos que lhes identificam socialmente. Por isso, é importante o nome de inventário, esses bens com a participação efetiva da comunidade. O inventário também é uma forma de descrição detalhada e permanente para conhecimento de todos, que resulta em levar a comunidade a se ver enquanto grupo, a perceber que possui um patrimônio, material e imaterial, que a identifica, e que a faz saber constituída de pessoas possuidoras de memórias e de talentos, capazes de construir alternativas de crescimento e desenvolvimento social." (p.244)	UFPEL	03/03/2017	https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php_saextenso/article.../8546/5563
Museu da Rocinha realiza ação sonora-visual na praça	Não	Sim	Sim	Não	Sim	O próprio livro 'Varal de lembranças' é um inventário participativo que foi feito de forma coletiva. A professora Lygia com o morador Seu Inácio, fez uma provocação aos alunos de alfabetização sobre identidade cultural e eles começaram a fazer uma pesquisa e essa pesquisa fizeram andando pela Rocinha, conversando com as pessoas. Então, preservar a memória não é uma coisa nova aliás, como o Museu da Rocinha fez essa obra incrível. Primeiro, por ter sido produzido por moradores que estavam em processo de alfabetização discutindo identidade local e cultura; segundo, por ter sido feito no período da ditadura; e, terceiro, por ter a associação de moradores naquela época envolvida nesse processo. Todas as associações de moradores da época estavam sob vigilância da DOPS, eu tive esse documento nas mãos. Então, tudo isso me chama a atenção sobre o valor dessa obra. Uma das ações que queremos fazer em breve é transformar o 'Varal de lembranças' em projeto de reproduzi-lo, mas para compartilhá-lo em outro formato". Dentre as suas ações, o Museu Sankofá* realiza em parceria com Museu do Horto, também um museu comunitário, o percurso do Capim Milagroso que parte do Parque da Cidade para o Horto e precisa ser agendado. As visitas para realização desse percurso e de outros tem custo a ser combinado com o museu e que é revertido para sua manutenção. Para agosto desse ano, o Museu Sankofá programa a realização de oficinas de educação patrimonial e inventário participativo.	Jornal o Cidadão	03/03/2017	http://jornalocidadao.net/museu-da-rocinha-realiza-acao-sonora-visual-na-praca/
2016 - Oficina Cultural "Labinventário"	Não	Sim	Não	Não	Sim	"A Escola Municipal de Cultura e Arte - EMCeA da Secretaria Municipal de Cultura disponibiliza à população, a oficina cultural "Labinventário" Laboratório de Processos e Inventário Participativo de Referências Culturais, que tem como objetivo apresentar formas de pesquisar, coletar, organizar e comunicar informações sobre as referências culturais existentes nas comunidades dos participantes da oficina, com ênfase nos aspectos de proteção e promoção da diversidade cultural local. A oficina abordará temas teóricos, com ferramentas de aplicação e desenvolvimento de inventários participativos."	Portal Cultura	03/03/2017	https://portalcultura.campinas.sp.gov.br/editais/emcea/2016/labinventario
Livro que traz metodologia dos Pontos de Memória está disponível para download	Não	Não	Não	Sim	Sim	Referência para o desenvolvimento em âmbito brasileiro da Museologia Social – que preconiza a construção, por grupos sociais e comunidades, de suas próprias narrativas museais – a metodologia de trabalho do programa Pontos de Memória, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), foi reunida em livro lançado em 2016. Pontos de Memória: Metodologia e Práticas em Museologia Social apresenta o processo de implementação dos 12 primeiros Pontos de Memória, iniciado já no ano de criação do Ibram (2009), o qual lança as bases de uma metodologia que utiliza ferramentas da Museologia a serviço da memória social: identificação, qualificação, realização de inventários participativos, difusão de memórias, formação de redes.	ibram	03/03/2017	http://www.museus.gov.br/tag/ibram/pag/4/
ECOMUSEU DE MOCAMBEIRO: PAISAGEM CULTURAL DA GRANDE BH Inestimável tesouro arqueológico e magnífico cenário natural merece dos poderes competentes um projeto bem estruturado de desenvolvimento sustentável	Não	Não	Sim	Sim	Não	"São várias oficinas nas escolas envolvendo o público urbano e rural do distrito, encontros com professores e militares, debates, palestras, rodas de inventário participativo, no qual os acervos da região são levantados pela comunidade. Os inventários participativos acontecem por vários meses, quando especialistas dão aulas sobre Arqueologia, Espeleologia, Biologia e várias outras disciplinas para a comunidade. Conforme cita Furriela (2002, p. 54) "a participação é um forte instrumento para a transformação, e que se pode trabalhar de dentro para fora"."	Colóquio Ibero Americano	03/03/2017	http://www.forumpatrimonio.com.br/paisage.../artigos/pdf/68.pdf
Inventário Participativo em comunidade rural a partir de uma proposta do curso de alternância do pronera	Não	Não	Sim	Sim	Não	Proposta para um trabalho de inventário participativo	Uniara	03/03/2017	https://www.uniara.com.br/legado/nuped/or_2014/Trabalhos%20Completos/5_Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20e%20novas%20pol%C3%ADticas%20educacionais/5_B_Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20e%20novas%20pol%C3%ADticas%20educacionais/4_Maria%20Barbosa.pdf

ANEXO





2 – Exposição *Voices que Pulsam*

Apresentação

A exposição *Voices que pulsam: Memória e Cultura Afro-Brasileira em Santa Catarina*, fruto de uma parceria entre Ibram, OEI, SEM/SC e Neab/Udesc, é resultado das atividades do Curso de Capacitação Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, voltado para profissionais que atuam em instituições museológicas, em Pontos de Memória e Pontos de Cultura.

Várias referências culturais e aspectos do patrimônio afro-brasileiro foram inventariados e apresentados, em forma de imagens, fotos e vídeos, possibilitando o envolvimento com uma face invisível do patrimônio histórico e cultural de Santa Catarina. Parte desse levantamento está aqui, neste espaço do Museu Histórico de Santa Catarina, no significativo Palácio Cruz e Sousa.

As referências apresentadas estão espalhadas pelas sete regiões museológicas do estado, e almejam inspirar outras instituições, cidades e políticas públicas, a fim de garantir a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro em Santa Catarina, o respeito à diversidade e o fortalecimento de ações e políticas educativas de combate ao racismo e a discriminações.

Além da pesquisa, a curadoria da exposição foi feita com a participação dos cursistas. Assim como o projeto gráfico, foi construída de forma compartilhada, para apresentar um pouco dessas referências culturais afro-brasileiras em Santa Catarina. A exposição tem a intenção de tornar-se itinerante, para ser exposta nas instituições e cidades de origem dos cursistas.

Sejam bem vindos.

Introdução

Numa parceria entre Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), o Sistema Estadual de Museus da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC), foi oferecido, no período de agosto a novembro de 2016, no Museu Histórico de Santa Catarina em Florianópolis, o Curso de Capacitação Museu, Memória e Cultura Afro-Brasileira, voltado para profissionais que estão atuando em instituições museológicas, em Pontos de Memória, Pontos de Cultura e, ainda, a pesquisadores e acadêmicos que atuam no estado de Santa Catarina.

A iniciativa buscou socializar e discutir metodologias, como o Inventário Participativo, e meios e insumos necessários para pesquisar, registrar, preservar e difundir iniciativas culturais, a fim de garantir a valorização da cultura e do patrimônio afro-brasileiro em Santa Catarina, o respeito à diversidade e o fortalecimento de ações e políticas educativas de combate ao racismo e a discriminações.

A ideia primeira foi sensibilizar o olhar dos

profissionais, para que voltassem para as instituições e, a partir das atividades e da base teórica debatida, buscassem inventariar, discutir e refletir sobre o patrimônio afro-brasileiro em instituições e cidades de origem. A partir destas discussões foram realizados pequenos exercícios de levantamento e reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro presentes em seus locais de origem, em todo o estado.

As referências apresentadas estão espalhadas pelas sete regiões museológicas do estado, e podem inspirar outras instituições, cidades e mesmo o poder público, na forma de políticas públicas, a expandir a pesquisa do inventário em todo o território catarinense.

A exposição está dividida, didaticamente, em 4 módulos, a partir da metodologia de inventário participativo que vem sendo desenvolvida por IPHAN e IBRAM para tratar o patrimônio, memórias e outras referências culturais, utilizando diferentes categorias: objetos e saberes, lugares, formas de expressão e celebrações. Além da pesquisa, a curadoria da exposição foi feita pelos cursistas, em um primeiro momento, através de discussões realizadas virtualmen-

4 – Exposição *Vozes que Pulsam*

te na plataforma Saber Museus, e depois pela equipe do curso. Assim, a curadoria e o projeto gráfico foram construídos de forma compartilhada, buscando apresentar um pouco dessas referências culturais afro-brasileiras em Santa Catarina.

O estado de Santa Catarina é por vezes imaginado como um espaço diferenciado do conjunto da formação brasileira, um "pedacinho da Europa no sul do Brasil". Em oposição a um povo "mísicgenado" que emerge de um "cadinho cultural" pleno de diferentes influências. Fenômenos e mecanismos culturais de outras origens, acabam, por vezes, invisibilizados, tanto em pesquisas e estudos quanto em manifestações de divulgação e celebração de aspectos culturais catarinenses. A formação dessa memória perpassa um processo histórico significativo que foi, portanto, construído.

Desta forma, entendemos que conhecer e aprofundar as discussões pode nos fornecer dados para pensar políticas públicas, que auxiliem os esforços para que essas parcelas da população deixem de ser excluídas e invisibilizadas, e também chamar a atenção de outras instituições, municípios e políticas públicas para a necessidade do enfrentamento das desigualdades na gestão do patrimônio e da memória no estado de Santa Catarina..

Maristela Simão



Mestre Khrovão, Florianópolis.

Foto: Juliana Falchetti

Exposição *Vozes que Pulsam* – 5



Módulo Objetos e Saberes

Todos os **OBJETOS** possuem uma história, uma função e um significado que mudam de tempos em tempos e de acordo com os usos (e desusos!) que as pessoas lhes dão. Investigar essas mudanças ao longo do tempo ajuda a compreender a história e o modo de vida dos grupos que produzem ou utilizam um objeto. Nesta categoria estão incluídos aqueles objetos produzidos e utilizados que se relacionam fortemente com a memória e a experiência das pessoas, por estarem associados a fatos significativos de sua história, tornando-se assim uma referência cultural para elas.

Estão presentes nos vários espaços, desempenhando funções também variadas.

SABERES são formas próprias de produzir um bem ou realizar um serviço, como a receita de uma comida ou uma técnica especial utilizada para tocar ou produzir um instrumento musical. Tem sentidos práticos ou rituais e, às vezes, reúnem as duas dimensões como as relacionadas à cura, às benzeduras ou pajelanças.

Envolvem o conhecimento de técnicas e matérias-primas, que dizem muito sobre o meio ambiente e o modo como as pessoas interagem com ele. Exploram muito da história de uma comunidade, práticas que eram feitas há tempos por populações que habitavam o território e que não existem mais e estão presentes em vários lugares, mas se desenvolvem de maneira diferente em cada um, como formas de cultivo e uso da mandioca ou de destilação da cana.

(IPHAN, 2013)

6 – Exposição **Vozes que Pulsam**

Foto de operários da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, na década de 1970. A Ferrovia, construída no final do século XIX, tem sido presença constante em diversos aspectos da organização econômica e demográfica da região. Durante esse tempo foi ampla a presença de ferrovários negros entre as equipes, tanto na manutenção e condução das composições, na conservação das vias e oficinas e em atividades correlatas, como a indústria carbonífera. Na página anterior, uma chave de porca, ferramenta utilizada para a manutenção de locomotivas a vapor, sob a guarda do Museu Ferroviário de Tubarão.



A imagem ao lado é o registro fotográfico e histórico do casamento entre uma descendente afro-brasileira e um descendente europeu, em Jaraguá do Sul, provavelmente na década de 1920 do século XX. A fotografia pertence ao acervo do Museu Histórico Emílio da Silva.



Já no século XXI (entre 2005 e 2008) a artista plástica da mesma cidade, Arlete Schwedler cria um óleo sobre tela, inspirada no registro antigo, fazendo uma releitura do evento e da imagem.



Exposição **Vozes que Pulsam** – 7



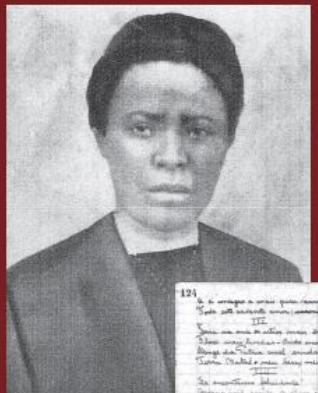
Professor
Orlando
Alberto
da Cruz

Orlando Alberto da Cruz, nascceu em Piratuba, SC em 1928. Professor autodidata, aos 33 anos, foi convidado a lecionar na colônia onde morava em 1961. Apesar de dedicar sua vida à educação, como professor, aposentou-se como auxiliar de serviços

gerais. Foi conselheiro e amigo do Padre Biagioli prefeito da cidade entre 1989 e 1992. Uma de suas sugestões ao amigo resultou na criação do bairro popular, o São Miguel, atualmente o mais populoso da região de Fraiburgo, onde Orlando reside até hoje.

Acima, o professor Orlando Alberto da Cruz com a turma de professores em 1970, na escadaria da escola Sedes Sapientiae (foto do acervo do Museu do Jaguunço da Cidade Santa do Taquaruçú)

8 – Exposição Vozes que Pulsam

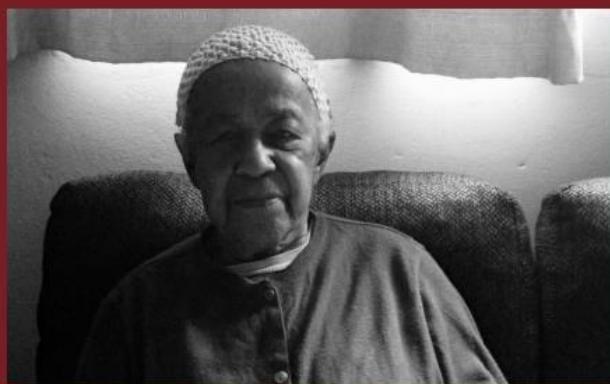


Professora Joana
Rosa dos Santos

A professora Joana Rosa dos Santos, tinha o hábito de registrar tudo em um caderno: desde anotações cotidianas, contas de clientes do armazém de secos e molhados da sua família, receitas culinárias, hinos, poesias até peças de teatro e atividades escolares. A versão digitalizada encontra-se no Museu Arqueológico Balneário Rincão e o original pertence a sua filha.

Quando era uma professora recém chegada na Escola de Sanga Funda, em 1945, distrito de Içara, teve sua casa incendiada pela população local, que não queria uma professora negra. Em 1954 foi nomeada professora em Rincão e para lá se mudou com toda a família.

Exposição Vozes que Pulsam – 9



Professora Maria Aurora da Silva

Nasceu em São José, 1925, Maria Aurora foi professora na Escola de Educação Básica Nossa Senhora da Conceição e na Escola de Educação Básica Oswaldo Rodrigues Cabral. Foi catequista por mais de 50 anos e uma das fundadoras da Igreja Nossa Senhora Aparecida do Roçado, São José.

10 – Exposição *Vozes que Pulsam*



Catia Silene Travassos



Nanci Alves da Rosa

"Nunca tive problema com minha cor. Sempre me amei assim como sou: negra. Eu sabia que eu era observada e sempre tinha quem quisesse ver realmente se eu era capaz"

Professora de história na Escola Pedro Aleixo, irmã salesiana, eleita Conselheira Tutelar de Massaranduba, 11ª filha de sua numerosa família. Nasceu em 1976.

"Às vezes é preciso forçar as portas.... Bem sabemos que nem sempre as encontramos abertas".

Nasceu em Lages. É professora, pesquisadora com formação em Artes Visuais. Uma das fundadoras do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, Lages. Seu trabalho de pesquisa tem como objetivo visibilizar e sensibilizar à presença do negro na Região Serrana.

Exposição *Vozes que Pulsam* – 11

"Ele viu que eu estava pronta e só estava com medo de colocar para fora o que sabia. Então ele me incentivou a pintar cada vez mais. A minha insegurança nas cores, ele disse que eu podia delirar nas cores. Então deixa comigo."

Nasceu em 1953, em Piratuba, SC. Pintora reconhecida e premiada duas vezes na Bienal de Arte Naiô em Piracicaba, SP. Frequentou aulas nas oficinas do Centro Integrado de Cultura - CIC, com o artista e professor Fernando Lindote.

É uma das fundadoras da "Associação Novo Alvorecer" (Vila Aparecida, Coqueiros) e trabalha com oficinas de pintura para crianças,



Tercilia dos Santos

em projetos apoiados pela Fundação Franklin Cascaes. O Museu de Arte de Santa Catarina possui em seu acervo uma obra doada por Tercilia.

"Esse interior que vemos através das pinturas de Tercilia está situado em um lugar desconhecido no mapa. Onde as linhas e as medições são ineficazes, e onde o tempo corre em um outro rio, exatamente lá, vive este povo desconhecido. Que leis regem essa natureza, também nos escapa. Mas esse interior existe, e a prova disso são as imagens expostas, aqui e agora [...]

Fernando Lindote



12 – Exposição *Vozes que Pulsam*



Valda Costa

Nasceu em Florianópolis em 1951 e faleceu em 1993. Desde 1970 frequentava os circuitos locais das artes. Considerada primitiva, naiô, foi discípula direta de Martinho de Haro.

"Ao olhar um quadro de Valda Costa [...] fui capturada por alguns instantes: uma negra ninfa de cabelos loiros, tal qual Afrodite, nascida das espumas do mar, que me olhava de olhos grandes, tristes e penetrantes como das estátuas votivas da antiga Mesopotâmia [...] Quem era essa deusa que se projetava no primeiro plano do quadro com leveza, sensualidade, com ar melancólico e brejeiro? Seria um autorretrato da artista que pintou a tela?"

Jacqueline Wildi Lins

Módulo Formas de Expressão

Nas formas de expressão estão presentes os valores e significados da cultura de um grupo e fazem parte dos momentos da vida coletiva. Desde o cotidiano até os momentos de celebração, transmitindo a visão que as pessoas têm da vida, algumas são marcantes para os grupos sociais, pois dão visibilidade e nos falam de suas identidades. São muitas as maneiras e os recursos pelos quais uma comunidade expressa e comunica sua cultura: pintura, escultura, fotografia, filmes, artesanatos; atividade corporal ou encenação, como a dança, o teatro, um espetáculo, um corso, uma procissão; literárias que podem ser escritas ou

orais; tradições orais, provérbios, lendas, mitos, contos, cânticos, ditados, rimas, trovas, adivinhações, orações, ladinhas, expressões regionais, gírias e muitas outras. Algumas tradições, mesmo sendo orais, comumente são veiculadas de forma escrita, como a literatura de cordel.

A principal forma de comunicação de um grupo é a própria língua. É uma língua em comum que possibilita que pessoas tão diferentes, com modos de vida tão diversos, se entendam e partilhem de um mesmo referencial de sentidos e significados.

(IPHAN, 2013)



À esquerda, o Grupo Mestre Sergipe, de Fraiburgo. Na página ao lado, do alto, o Grupo de Capoeira Muzenza, Jaraguá do Sul, o Grupo Iê Menino, de Coronel Freitas e o Curso de Capoeira do PróArt, de Orleans.

14 – Exposição *Vozes que Pulsam*



"A Capoeira, nascida como luta de resistência e criada pela ânsia de liberdade, permaneceu viva durante toda a história brasileira graças aos Mestres e seus discípulos. Mesmo no período em que foi proibida, ela esteve presente nas ruas, terreiros, quintais, largos e praças, cantando a história de sofrimentos e de alegrias do mundo oprimido – negros heróis homéricos –, que os livros didáticos tentaram apagar, mas que permaneceu viva no coro e nas rodas, ao som do atabaque e do berimbau."

Michel França



"Iê Menino surge do anseio de mostrar para o mundo o poder da capoeira como agente de transformação social. E quer, através de fomento, pesquisa e muito foco, estimular a criação, a promoção da cultura, a construção da cidadania e a integração entre diferentes grupos."

Tiago de Macedo



Exposição *Vozes que Pulsam* – 15



Cacumbi

Também conhecido como catumbi, tem referências por todo o estado, ainda que muitas das comunidades que o praticavam não o façam mais e o enredo apresente variações. Essa congada que alude aos reis do Congo e Bamba, presta uma homenagem a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito e compõe-se de cantos de chegada, louvores religiosos, cantos soltos e uma parte de guerra entre os dois reis. Os cantos são denominados marchas e marchas de fogo e são acompanhados por música de pandeiro e pelo batuque dos tambores em várias toadas.



Acima, o Grupo Catumbi do Itapocu.

Ao lado, o Cacumbi do Capitão Amaro, de Florianópolis. Na partitura, o ritmo do Cacumbi.

16 – Exposição *Vozes que Pulsam*

Dança do Vilão

Dança de conjunto cujos participantes se subdividem pela função: batedores, balizadores, músicos, regente e chefe do grupo. Os batedores, portando bastões de madeira e organizados em semicírculo, realizam batidas nos bastões do parceiro, ao ritmo da marcação do regente e da execução musical da banda. Há movimentos que compreendem giros de corpo, volteios dos bastões, troca de lugares, encerrando com uma sequência de sete outros gestos rapidíssimos, chamados “cerradinhos”, que constam de batidas realizadas com os batedores agachados.

(Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira, IPHAN)



Grupo folclórico Dança do Vilão de São Francisco do Sul

Exposição *Vozes que Pulsam* – 17

Boi de Mamão



Boi de Mamão da Justina
Imbituba



Com quase cem anos de existência, o Boi de Mamão de Jaraguá do Sul continua a fazer parte da vida cultural da cidade mesmo após a morte de seu grande incentivador, Manuel Rosa, mais conhecido como Manequinha (nas fotos acima). Hoje encenado pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Ribeirão Molha mantém, entre os mais jovens, o encantamento por este folguedo. Uma das manifestações culturais mais

comumente associada ao estado de Santa Catarina, o Boi-de-mamão espalha-se por seu território, assimilando referências de diversas origens.

Na brincadeira do Boi de Mamão unem-se a dança, a música e o enredo, com alguns toques cômicos, que com o passar do tempo, como acontece naturalmente, sofre mutações agregando novos elementos e modificando ritmos.

18 – Exposição *Vozes que Pulsam*

Carnaval



Maior das festas populares do Brasil, o carnaval tem sido adotado, inclusive internacionalmente, como um de seus principais símbolos. Pode ser encarado como uma metáfora da relação do país com suas populações de origem africana, oscilando entre a

proibição e o incentivo, entre uma estigmatização e o deslumbramento. O carnaval, como é celebrado hoje, tem suas origens, principalmente, entre as populações negras urbanas, sendo ao longo da história importante ferramenta de resistência e de construção de identidades.

A esquerda, Seu Lídinho, da Copacabana, e, acima, a Unidos da Colonia, de Florianópolis. E, à direita, o Clube União de Orleans.



Exposição *Vozes que Pulsam* – 19



1897

Módulo Lugares

Algumas territórios ou parte deles podem ter significados especiais que costumam estar associados à forma como são utilizados ou valorizados por um certo grupo; são as experiências dessas pessoas que dão sentido especial a um lugar. Podem ser um bosque, um rio, um sítio arqueológico, uma praça, uma construção, ou mesmo um conjunto desses elementos (uma paisagem inteira!).

Em quase todas as cidades há sítios com vestígios de ocupações dos antepassados das

pessoas da comunidade, ou de populações anteriores que ocuparam aquele mesmo espaço e que podem ser muito ricos para a pesquisa.

Os espaços construídos pelo homem como as edificações de diferentes épocas e estilos e servem para diferentes finalidades. Representam uma referência para as pessoas, seu dia a dia, suas crenças e significam novas descobertas, novos patrimônios que precisam ser cuidados.

(IPHAN, 2013)

20 – Exposição *Vozes que Pulsam*



Morro do Rosário

O Morro Nossa Senhora do Rosário, em Laguna (nas duas fotos acima), presenciou, com vista privilegiada, o desenrolar da história. Localizado em pleno centro histórico, participou ativamente da vida urbana da Laguna do século XIX. Passou a ter esse nome a partir de 1880 por abrigar em seu cume a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída em 1845 pela Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, composta em sua maioria por escravos negros.

Esta capela fazia parte do itinerário das procissões que saíam da Matriz, e também

possuía grande destaque na paisagem do centro histórico, não só por estar localizada no alto do morro, mas principalmente por ser uma edificação imponente, como se pode avaliar pelas fotografias antigas.

A Igreja foi demolida em 1933 e o terreno rebaixado em 1996. Intensamente ocupado por edificações ao ponto de não ser mais visível, o morro ainda possui uma área pública, um terreno baldio central e de grande inclinação, periférico ao centro histórico e mantido desconnectado de toda a rica história que possui.

Exposição *Vozes que Pulsam* – 21

Laguna



O pintor Chachá (Richard Calli Bulos), nascido no Rio de Janeiro em 1935, mudou-se para Laguna e ficou conhecido por retratar o cotidiano das comunidades às margens da Lagoa Santo Antônio dos Anjos de Laguna, pescadores, lavadeiras, benzedeiras e o carnaval.

'O que pinta Richard?
Richard o que pinta? O branco no preto!
Está leve a tarrafa, balão vazio, marola
canoa, contrário é o vento
Chachá joga cores. Chachá joga tinta.
Richard o que pinta?...'"

Fátima Barreto

22 – Exposição **Vozes que Pulsam**

Morro Boa Vista



Os primeiros habitantes do morro foram trabalhadores negros vindos do Norte e do Rio de Janeiro, que trabalhavam para Emílio Carlos Jourdan no Estabelecimento Jaraguá – um engenho de açúcar, farinha de mandioca, fubá, olaria e serraria, criado em 1877. Contudo, os negros não foram para o morro por causa da tranquilidade, mas sim porque foram sistematicamente expulsos das regiões centrais do que hoje é Jaraguá do Sul (especialmente da Rua Coronel Procópio Gomes). Primeiro quando o Estabelecimento Jaraguá fechou e os deixou na mão, sem lugar para ficar e sem pagamento; depois, no início do século XX, quando foram expulsos por ordem judicial conseguida pelos proprietários da companhia que comprou as terras que haviam pertencido a Jourdan. Como ocorreu em outros lugares, mesmo diante da trajetória adversa, construíram ali sua comunidade.



Norberto Rosa, neto de Domingos Rosa, patrono da comunidade afro-brasileira do Morro Boa Vista, Jaraguá do Sul.

Exposição **Vozes que Pulsam** – 23



Módulo Celebrações

Celebrações são momentos em que os grupos se reúnem por diferentes motivos: religiosos, lazer, comemoração de datas especiais de seu lugar, cidade, estado ou país.

São importantes para uma comunidade e passam de geração em geração. Com o decorrer do tempo, alguns elementos podem ser modificados, retirados ou inseridos nas celebrações. É muito interessante saber quais foram essas transformações, porque isso aconteceu, uma vez que contam sobre os propósitos, os desejos e a história da comunidade que as faz. Algumas transformações ocasionaram o fim de algumas celebrações. As celebrações, por terem vários elementos, envolvem várias pessoas e grupos na sua preparação. Cada etapa, como a organização do espaço, preparação de

comidas, danças, encenações, apresentações, e muitas outras, tem como responsáveis pessoas diferentes. Muitas celebrações estão presentes em vários locais, mas cada lugar acaba tendo uma característica particular.

As celebrações possuem vários significados: religioso, como as festas dos santos padroeiros das cidades, ou as festividades dos terreiros de candomblé; podem ser de caráter cívico, como as comemorações das datas importantes da pátria ou da cidade; ou relacionadas aos ciclos produtivos, podem ser formas de marcar momentos especiais da vida de uma pessoa junto à sua comunidade, como acontece nos rituais de passagem para a vida adulta de alguns povos indígenas ou nas festas de casamento. (IPHAN, 2013)

24 – Exposição *Vozes que Pulsam*

Oferendas para Iemanjá



Oferendas para Iemanjá, Balneário Rincão, década de 1970.
(Acervo Museu Arqueológico Balneário Rincão)

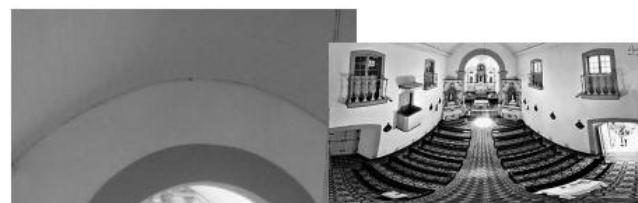
Como em outras regiões com forte presença de populações de origem africana, Santa Catarina é palco de diversas manifestações religiosas. Entre elas destacamos os rituais ligados a Iemanjá, que se desenvolvem em especial nas regiões litorâneas. Como mostram as fotos, essas manifestações têm ocorrido no decorrer da história do estado, ainda que por vezes não sejam reconhecidas como parte da diversidade religiosa e cultural que nos forma.

Exposição *Vozes que Pulsam* – 25

Irmandade do Rosário

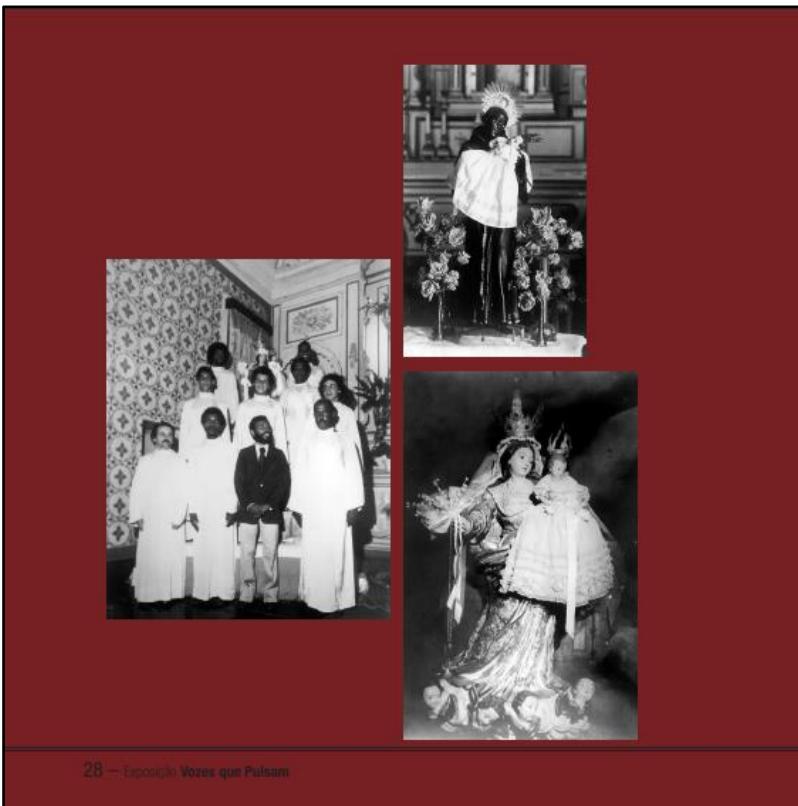


26 – Exposição *Vozes que Pulsam*



A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída no século XVIII. A igreja apresenta linhas arquitetônicas barrocas. Seu interior singelo abriga alfaias e imagens, como a de Nossa Senhora do Rosário. Do alto da sua escadaria, o artista Victor Meirelles pintou, no século XIX, amplo panorama da cidade, tendo ao fundo a Baía Sul. Na Escadaria do Rosário, localizam-se bares e restaurantes.

Exposição *Vozes que Pulsam* – 27



28 — Exposição *Vozes que Pulsam*

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Desterro (atual Florianópolis) tinha por objetivo, segundo o compromisso firmado em 1842, "prestar devoto culto a Maria Santíssima do Rosário", "sepultar os Irmãos defuntos e sufragar as suas almas", "cuidar na educação dos filhos legítimos dos Irmãos que morrerem em indigência" e "libertar da escravidão aos Irmãos Cativos". Presente como importante espaço de sociabilidade e solidariedade entre as populações de origem africana e uma das referências na paisagem cultural, social e religiosa da Ilha de Santa Catarina desde o início de suas atividades, na primeira metade do século XVIII, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito é uma das mais perenes instituições da história da cidade. Nestes quase três séculos de atividade, as celebrações da Irmandade do Rosário têm, do alto de sua escadaria, se mantido como espaço de resistência de populações constantemente invisibilizadas.

Exposição *Vozes que Pulsam* – 29



30 – Exposição *Vozes que Pulsam*

Maria Terezinha Agostinho, é a atual Provedora e a primeira mulher a ocupar o cargo, nos quase três séculos de história da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. No âmbito dos museus, as ações afirmativas implicam o reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro e a construção de novos projetos museais e expositivos, que respondam ao silêncio e a exclusão com que a memória e a história dos afrodescendentes

têm frequentemente sido tratada nos museus brasileiros. De outro lado, a investigação das memórias, da história e da cultura da comunidade negra não são assuntos que dizem respeito apenas às populações negras, mas constituem-se em um tema que interessa a toda sociedade brasileira, na medida em que contribuem na desconstrução de preconceitos e estereótipos étnico-raciais, no combate ao racismo e à discriminação étnico-racial.

Lisandra Maria Rodrigues Machado.

Equipe

Coordenação geral

Maristela Simão

Produção e expografia

Angelo Biléssimo

Cesar Valente

Katia Bordinhão

Lucia Valente

Marli de Fávero

Pesquisa e

Curadoria Compartilhada

Ademir Pfiffer

Alice da Silva Meis

Ana Maria Camillo

Ana Paula da Rosa Shishido

Andrea Oliveira

Artêmio Valter de Souza Filho

Bruno Espíndola

Carla Julianne Nogueira de Souza

Dionara Bard

Elisangela da Silva Machieski

Eloisa Costa Gonzaga

Ingrid Muniz de Lima Diniz

Juliana Resende Dutra

Karolinne Paula Tonietto

Lizandra Felisbino

Luciana Maria da Silva Silva

Luciana Scussel d'Eça Neves

Mara Paulina Wolff de Arruda

Maria Helena Rosa Barbosa

Maria Ivroni C. Spezia

Michel França

Miriam T.L. Lucio

Tamelusa Ceccato do Amaral

Tiago de Macedo

Valdirene Böger Dorigon

Agradecimentos

Equipe do Museu Histórico de

Santa Catarina

Aqueles que gentilmente

compartilharam

sus histórias

Referência

Instituto do Patrimônio Histórico

e Artístico Nacional (Iphan).

Educação Patrimonial : Manual

de aplicação : Programa

Mais Educação / Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional. – Brasília, DF :

Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc,

2013.

32 – Exposição *Vozes que pulsam*

A Exposição *Vozes que pulsam: Memória e Cultura Afro-brasileira em Santa Catarina* é uma mostra elaborada a partir de exercícios de levantamento e reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro presente no estado. As referências apresentadas estão espalhadas pelas sete regiões museológicas, e podem inspirar outras instituições, cidades e mesmo o poder público, na forma de políticas públicas, a expandir a pesquisa do inventário em todo o território catarinense.

Realização



systema estadual de
museus de santa catarina

